

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Interculturalidade e Internacionalização das Empresas Portuguesas em
Moçambique:**

Colonialidade e Decolonialidade – o caso Ferpinta

Manuela Rocha

Doutoramento em Relações Interculturais

05/2022

UNIVERSIDADE ABERTA



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Interculturalidade e Internacionalização das Empresas Portuguesas em
Moçambique: Colonialidade e Decolonialidade, o caso Ferpinta**

Manuela Rocha

Orientador: **Professor Doutor Nuno Vidal**

Coorientador: **Professor Doutor João Caetano**

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor
em **Relações Interculturais**

JÚRI

Presidente

- Professor Doutor José das Candeias Montes Sales

Vogais:

- Professor Doutor José António Ferreira Porfírio
- Professor Doutor Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
- Professor Doutor Nuno Carlos de Fragoso Vidal
- Professor Doutor Luca Bussoti (2º arguente)
- Professora Doutora Maria Judite Mário Chipenembe (1ª arguente)

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é o resultado de uma forte motivação pessoal e impulsionado pelo desejo de enriquecimento cognitivo que, de alguma forma, pudesse contribuir para o aperfeiçoamento das minhas competências profissionais.

Quero agradecer a todos aqueles que sempre me apoiaram das mais diferentes formas, no tempo e no espaço, direta ou indiretamente.

Porém, não posso deixar, de modo muito restrito, de agradecer à minha família todo o apoio e compreensão, e encorajamento que me deram ao longo de todo o meu percurso, pessoal, escolar e profissional, sem os quais certamente não seria possível concretizar esta dissertação.

Ao meu marido, mãe e filhas, pela compreensão, paciência, e por todos os sacrifícios que sei que foram muitos.

Quero reconhecer e agradecer a importância crucial do apoio dado pelos meus orientadores Sr. Professor Doutor Nuno de Fragozo Vidal e Sr. Professor Doutor João Caetano, pela sua dedicada orientação, auxiliando no desenvolvimento deste trabalho, por todas as sugestões e contributos, bem como pela sua postura de ânimo, boa disposição, e de uma excelente coordenação.

A todos os colegas e amigos, que sempre se disponibilizaram para me ajudar.

A todos que, direta ou indiretamente, colaboraram na execução deste trabalho, em especial aos intervenientes que estiveram em Moçambique, que se sempre se mostraram disponíveis para colaborar.

DEDICATÓRIA

Dedico essa tese de doutoramento a todas as pessoas que me apoiaram durante esse processo.

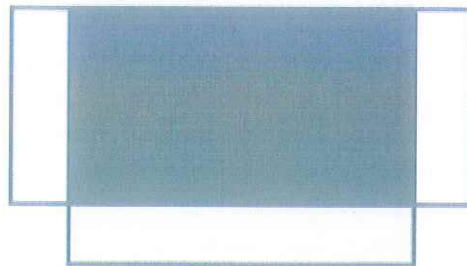
Não podia deixar de dedicar este trabalho aos meus pais, pois o mesmo simboliza para mim a materialização de um objetivo que desde cedo ambicionaram para mim. Embora não possa viver fisicamente este momento ao meu lado, como tanto desejaríamos, estou certa de que com este trabalho dou também ao meu pai uma enorme alegria.

Aos meus amigos que se tornaram a família que tive o prazer de escolher para me acompanhar nesta caminhada.

Dedico essa tese de doutoramento a cada professor que passou pela minha vida. Com um apreço especial pelos meus orientadores desta etapa. Jamais serei capaz de agradecê-los como merecem. Minha conquista só foi capaz através de cada um de vocês. Essa tese é nossa!

Dedico essa tese de doutoramento a melhor instituição que eu poderia escolher. Por todo apoio, estrutura e portas que me foram abertas, hoje sei que não poderia ter feito escolha melhor

Dedico esse título de doutora a todos vocês com muito amor e com a certeza de que estarão presentes em todas minhas próximas conquistas!



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho.

Confirmo que em não recorri à prática de plágio ou a qualquer forma de falsificação de resultados.

Universidade Aberta, 24 de maio de 2022

Assinatura: Luíza Luísa Silveira de Rocha

RESUMO

A filosofia ocidental baseia-se essencialmente no pensamento moderno do velho continente europeu e, por conseguinte, as teses filosóficas diligenciaram diálogos e investigações baseadas nas categorias do pensamento moderno europeu. Assim se justifica a existência de uma recorrente deslegitimação das filosofias externas à filosofia europeia, em especial, denota-se uma discriminação excessiva no que se relaciona com o continente africano. Verifica-se a existência de uma teoria hegemónica que sempre classificou a produção de conhecimento africano como incapaz de um diálogo equânime com a tradição europeia.

Esta tese, focada no objetivo de estudar e avaliar o processo de internacionalização de uma empresa portuguesa em Moçambique, vai-se deparar com várias questões de interculturalidade ligadas a um quadro mental ainda arraigado na Colonialidade, focando-se na necessidade da Decolonialidade enquanto perspectiva oposta e alternativa e de perceber como as empresas, essencialmente Portuguesas e mais concretamente a empresa aqui objeto do estudo de caso, que foram para Moçambique ainda numa perspectiva da Colonialidade, enfrentaram inúmeros problemas daí resultantes, necessitando de um processo de Decolonialidade que aqui será analisado.

Por isso, nesta tese coloca-se a seguinte questão: Tendo como estudo de caso a empresa Ferpinta em Moçambique, será que a eficácia de internacionalização depois da independência foi reduzida durante as primeiras fases precisamente pelo fato de os primeiros prospetores enviados terem sido antigos colonos, com uma perspectiva paternalista, de um certo complexo de superioridade cultural da Colonialidade?

A empresa melhora a sua eficácia empresarial em Moçambique quando percebe que a suposta vantagem que pensava ter nos antigos colonos era afinal uma desvantagem, tendo optado por alterar a postura e o perfil de quem enviava para Moçambique e com isso conseguiu ultrapassar os anteriores obstáculos e deficiências dos anteriores agentes?

Destas questões resultam as nossas hipóteses centrais:

A eficácia de uma estratégia empresarial de internacionalização em África depois das independências é beneficiada pela adoção de uma perspetiva Decolonial.

Numa tal estratégia de internacionalização empresarial, uma perspetiva Decolonial é especialmente importante quando a empresa é oriunda de uma antiga potência colonial e o mercado visado é o de uma ex-colónia dessa mesma potência devido a todo o histórico de relações de Colonialidade.

A suposta vantagem competitiva empresarial de uma tal empresa, com base no facto de ser oriunda de uma ex-potência colonial será uma desvantagem caso a perspetiva dominante seja ainda de matriz da Colonialidade.

Para respondermos a estas questões e aferirmos destas hipóteses, foi desenvolvida uma análise e discussão teórico-conceptual orientada por teóricos decoloniais, entre os quais muitos latino-americanos e pensadores africanos contemporâneos, sendo em grande parte produtores de estudos em língua francesa e inglesa. Seguidamente tomámos o estudo de caso da empresa Portuguesa Ferpinta, cuja estratégia de internacionalização em Moçambique nos pareceu um excelente exemplo para aferirmos das nossas hipóteses.

Palavras-Chave: Globalização; Interculturalidade; Colonialidade e Decolonialidade; Internacionalização empresarial; Relações Portugal-África.

ABSTRACT

Western philosophy is essentially based on the modern thinking of the old European continent and, consequently, the philosophical theses carried out dialogues and investigations based on the categories of modern European thought. This justifies the existence of a recurrent delegitimization of philosophies external to European philosophy, in particular, an excessive discrimination in relation to the African continent is denoted. It is verified the existence of a hegemonic theory that has always classified the production of African knowledge as incapable of an equitable dialogue with the European tradition.

Initially, this thesis focused on the objective of studying and evaluating the process of internationalization of a Portuguese company in Mozambique, will face several issues of interculturality linked to a mental framework still rooted in Coloniality, focusing on the need for Decolonialization as an opposite and alternative perspective and to perceive how companies, essentially Portuguese and more concretely the company here subject to the case study, who went to Mozambique from a colonial perspective, faced numerous problems resulting from it, requiring a process of decolonization that will be analyzed here.

Therefore, in this thesis the following question arises: having as a case study the company Ferpinta in Mozambique, was the effectiveness of internationalization after independence reduced during the first phases precisely because the first prospectors sent were former settlers, with a paternalistic perspective, of a certain complex of cultural superiority of Colonialism? Or the company becomes effective when it realizes that the supposed advantage it thought it had on the former settlers was after all a disadvantage, having opted to change the posture and profile of those who sent to Mozambique and thus managed to overcome the previous obstacles and shortcomings of the previous agents?

These issues result in our core hypotheses:

The effectiveness of a business strategy of internationalization in Africa after independence benefits from the adoption of a Decolonized perspective.

In such a strategy of business internationalization, a Decolonize perspective is especially important when the company comes from a former colonial power and the market targeted is that of a former colony of that same power due to the entire history of colonial relations.

To answer these questions and assess these hypotheses, a theoretical-conceptual analysis and discussion was developed guided by decolonial theorists, including many Latin Americans and contemporary African thinkers, being largely producers of studies in French and English. We then took the case study of the Portuguese company Ferpinta, whose strategy of internationalization in Mozambique seemed to us an excellent example to measure our hypotheses.

Keywords: Globalization; Interculturality; Coloniality and Decoloniality; Business internationalization; Portugal-Africa relations

RÉSUMÉ

La philosophie occidentale se fonde essentiellement sur la pensée moderne du vieux continent européen et, par conséquent, les thèses philosophiques ont mené des dialogues et des investigations à partir des catégories de la pensée européenne moderne. Ceci justifie l'existence d'une délégitimation récurrente des philosophies extérieures à la philosophie européenne, en particulier une discrimination excessive par rapport au continent africain est notée. Il est vérifié l'existence d'une théorie hégémonique qui a toujours classé la production du savoir africain comme incapable d'un dialogue équitable avec la tradition européenne.

Cette thèse portait initialement sur l'objectif d'étudier et de vérifier les conditions d'internationalisation d'une entreprise au Mozambique, elle finit par étendre cet objectif à une enquête sur la philosophie africaine, en se concentrant sur la Décolonisation et comment elle a affecté essentiellement les entreprises portugaises qui se sont rendues au Mozambique, toujours dans une perspective coloniale. Dès lors, dans cette thèse se pose la question suivante : Se pourrait-il que l'efficacité de l'internationalisation après l'indépendance ait été réduite dans les premiers temps par le fait que les premiers prospecteurs envoyés étaient d'anciens colons, issus d'un certain complexe de supériorité culturelle de la coloniolité? Ou l'entreprise devient efficace lorsqu'elle se rend compte que l'avantage supposé qu'elle pensait avoir sur les anciens colons était après tout un inconvénient, ayant choisi de changer la posture et le profil de ceux qui ont envoyé au Mozambique et ainsi réussi à surmonter les obstacles et lacunes précédents des précédents agents ?

Et pour répondre, une analyse bibliographique a été développée guidée par des théoriciens décoloniaux, dont de nombreux latino-américains, par des philosophes hégémoniques et, principalement, par des philosophes africains, étant largement producteurs d'études en français et en anglais. Dans un premier temps, l'enquête s'appuie sur le colonialisme épistémologique et son fondement sur l'idée d'humanisme qui légitime l'épistémicide. Dans cette thèse, les arguments philosophiques sur l'identité africaine et ses divergences sont discutés à travers des thèmes tels que : la mémoire historique, le partage des interprétations du monde et des conceptions de la race.

Mots-clés : Mondialisation ; Interculturalité ; Colonialité et Décolonialité ;
Internationalisation des entreprises ; Relations Portugal-Afrique.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iv
DEDICATÓRIA	v
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE.....	vi
RESUMO	vii
ÍNDICE.....	xiii
ÍNDICE DE TABELAS.....	xiv
ÍNDICE DE FIGURAS	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I.....	6
1. INTRODUÇÃO	7
1.1. MOÇAMBIQUE, OS PRIMEIROS PASSOS NA HISTÓRIA	10
1.2. OS PORTUGUESES: PRIMEIROS CONTACTOS.....	13
1.3. UMA NOVA COLONIALIDADE.....	20
1.4. O GERMINAR DE UMA NOVA NACIONALIDADE.....	28
1.5. MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE E SOCIALISTA.....	41
1.6. O MULTIPARTIDARISMO E A ECONOMIA DE MERCADO.....	50
CAPÍTULO II.....	56
2. INTRODUÇÃO	57
2.1. IDENTIDADE CULTURAL: ENCONTROS E DESENCONTROS DA COLONIZAÇÃO.....	58
2.2. O PÓS-COLONIALISMO: AS VISÕES ACADÉMICAS	71
2.3. COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE	80
CAPÍTULO III	96
3. INTRODUÇÃO	97
3.1. A PROBLEMÁTICA E OS OBJETIVOS DO ESTUDO	98
3.2. TIPO DE ESTUDO	102
3.3. ESTUDO DE CASO.....	105

3.3.1.	PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	107
3.3.2.	PESQUISA DOCUMENTAL	107
3.3.3.	OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE.....	108
3.3.4.	ENTREVISTAS	108
3.4.	PROCEDIMENTOS E TRATAMENTO DE DADOS	109
3.5.	A AMOSTRA DE ENTREVISTADOS PARA ESTE ESTUDO	111
3.6.	CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	116
CAPÍTULO IV		118
4.	INTRODUÇÃO	119
4.1.	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO GRUPO FERPINTA	120
4.1.1.	O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO GRUPO FERPINTA	122
4.1.2.	A COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE NA INTERNACIONALIZAÇÃO	127
4.1.3.	ENTRADA EM MOÇAMBIQUE	135
4.2.	DIFICULDADES ENCONTRADAS NOS DIFERENTES PERÍODOS HISTÓRICOS (ANTES E DEPOIS DA TRANSIÇÃO).....	138
4.3.	AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS DIVERSAS FASES DE ACORDO COM A POSTURA DA EMPRESA.....	148
CONCLUSÕES		160
BIBLIOGRAFIA		172
ANEXO I		183

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Dados dos entrevistados.....	114
---	-----

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Colonialidade do poder	129
--	-----

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

BCP - Banco Comercial Português

BIM - Banco Internacional de Moçambique

CONCP - Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas

COREMO - Comité Revolucionário de Moçambique

CPI - Centro de Promoção de Investimentos

FMI - Fundo Monetário Internacional

FNLA - Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

JSN - Junta de Salvação Nacional

MANU - União Nacional Maconde

MC - Modernidade/Colonialidade

MFA - Movimento das Forças Armadas

MPLA - Movimento Popular para a Libertação da Angola

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU – Organização das Nações Unidas

OUA - Organização da Unidade Africana

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB – Produto Interno Bruto

PIDE - Polícia Internacional de Defesa do Estado

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

UDENAMO - União Democrática Nacional Africana de Moçambique Independente

UNAMI - União Nacional Africana de Moçambique Independente

UPA - União dos Povos de Angola

ZANU - União Nacional Africana do Zimbabué

INTRODUÇÃO

A internacionalização não é um fenómeno dos nossos dias. Contudo, a dimensão, pertinência e características que a internacionalização tem vindo a assumir nas últimas décadas, em conjunto com a globalização, tornam este fenómeno progressivamente relevante, com uma dimensão intercultural e transcultural de crescente complexidade, dando-lhe um novo fôlego e justificando um interesse renovado no seu conhecimento e na forma como se articula com questões culturais e, mais concretamente, com questões de interculturalidade.

Com a era da globalização as operações de internacionalização das empresas são cada vez mais essenciais à sua sobrevivência, como forma de resistir e superar os diversos desafios económicos e financeiros, incluindo as crises que regularmente afetam os sistemas económico-financeiros, tendo como exemplos recentes as crises que se viveram na Europa, e em Portugal em particular, de 2011 em diante, para além da eventual nova vaga de recessão que poderá decorrer da pandemia de Covid-19.

Por um lado, as estratégias de internacionalização destacam-se em contexto empresarial, enquanto resposta à abertura e alargamento dos mercados, aumento da concorrência e do ritmo de inovação, constituindo, assim, uma das respostas empresariais ao desafio da globalização. Por outro lado, as estratégias de internacionalização empresarial num mundo globalizado, com diversas e complexas dinâmicas interculturais, não podem ser concebidas sem a apreciação das diversas dimensões culturais e interculturais envolvidas.

As empresas portuguesas, muito por questões de uma pré-assumida proximidade cultural e cultura-administrativa, aliada ao potencial económico e de crescimento de mercado de Moçambique e Angola, deslocaram-se em força para estes países, sendo que esta tendência se verificou com mais incidência a partir da segunda década deste século, muito por força das contingências económicas que grassavam na Europa.

No decurso desse processo de internacionalização, as empresas portuguesas, nos contextos africanos lusófonos em geral, e em Moçambique em particular, deparam-se com

uma realidade cultural que, regra geral, não correspondia às suas perspetivas iniciais. Num contexto moçambicano, com características multiculturais, Cristãs e Muçulmanas, articulando espaços estratégicos da Lusofonia e da Anglofonia, historicamente ligado ao Índico e ao Atlântico, perceberam rapidamente que a sua presença não se pode limitar a uma postura passiva no mercado, que daria como adquirido um qualquer imaginado capital histórico-cultural que em si mesmo constituísse uma vantagem competitiva face a concorrentes estrangeiras. Perceberam, pelo contrário, que a postura teria de ser bastante mais proactiva para responder aos novos desafios e ao contexto cultural que afinal era para elas desconhecido, que se tinha modificado bastante no período pós-colonial, sob pena de verem a sua sobrevivência ameaçada. Perceberam, sobretudo, a necessidade de operar um processo mental interno de desfazer pré-conceitos de proximidade cultural e cultural-administrativa e de algum paternalismo próprio de um ex-colonizador.

O processo mental pelo qual países colonizados e países que foram colonizadores têm de passar para se livrarem de estereótipos e arquétipos impostos pelo processo colonial, tem vindo a ser desenvolvido teórico-conceitualmente por uma linha ou corrente de pensamento que de forma generalizada tem sido denominada de decolonial.

O pensamento pós-colonial e a crítica do eurocentrismo constituem uma base sólida para a exploração de novas condições de articulação de epistemologias alternativas e para um questionar das narrativas dominantes que têm dado forma à nossa compreensão do mundo. No entanto, na nossa pesquisa pouco conseguimos encontrar da aplicação das teorias da decolonialidade às estratégias de internacionalização empresarial, sendo que, segundo a nossa perspetiva, é uma área onde por excelência este tipo de estudos deve ser utilizado de forma pragmática e objetiva, com efeitos concretos e com um impacto palpável, não só do ponto de vista da própria lógica empresarial económico-financeira, mas igualmente do ponto de vista de uma perspetiva de relações empresariais internacionais que sejam pacíficas e de respeito mútuo, num contexto de maior cooperação e articulação, com preocupações sociais e relações mutuamente vantajosas para as empresas e sociedades nas quais pretendem atuar.

Deste modo, o contributo do presente estudo consiste em aplicar esses conceitos, também, aos empresários dos países ex-colonizadores, que por necessidade de sobrevivência

económica ou de expansão dos seus negócios, tiveram de encarar uma realidade diversa da que esperavam e, muitos deles, tiveram de passar por processos semelhantes de decolonialidade das suas estruturas mentais de raciocínio para conseguirem prosseguir com as suas relações de negócio nos países para onde se deslocaram.

A autora trabalha na área da internacionalização de um Grupo Empresarial Português – Ferpinta S.A., e percebeu ao longo do seu percurso profissional que, no caso concreto de um país Africano, ex-colónia de Portugal, a esperada proximidade cultural não se verificava na prática, sendo que, em muitos casos relatados, verificou-se que os empresários portugueses sentiram tanto ou mais que empresários de outros países as diferenças culturais, agravadas por um sentimento de repúdio pelo país, que um dia foi o colonizador.

Perante esta situação, as empresas encontraram desafios acrescidos e inesperados que as obrigaram a elaborar estratégias para os ultrapassar, percebendo que efetivamente teriam de repensar e reestruturar as suas perspetivas e modos de entendimento sobre África e sobre o país onde queriam permanecer e prosperar.

Foi a partir desta experiência pessoal-profissional que a autora sentiu a necessidade e o entusiasmo de aprofundar o estudo de um fenómeno que considera de extrema importância e complexidade para as estratégias de internacionalização empresarial e que podem ter um peso crucial para o sucesso ou insucesso de tais estratégias.

Com o ingresso no Doutoramento em Relações Interculturais da Universidade Aberta, a autora decidiu desenvolver este tema, estudando o caso concreto do grupo Ferpinta em Moçambique, que poderá de igual modo ser extrapolado para outras situações semelhantes em países africanos lusófonos e não lusófonos.

Através do estudo de caso, iremos aqui identificar os fatores que caracterizam o processo de internacionalização das empresas portuguesas no mercado moçambicano, percebendo as expectativas dos empresários portugueses que apostaram em Moçambique e como as eventuais deceções em relação às expectativas criadas foram encaradas e eventualmente ultrapassadas.

Neste contexto, o objetivo desta dissertação é a elaboração de um estudo analítico relativo às temáticas da internacionalização e da interculturalidade em Moçambique, tendo por base um estudo de caso específico, ancorado na aplicação das perspetivas de decolonialidade às empresas que, na sua estratégia de internacionalização em África, tiveram que passar por um tal processo de reestruturação mental e de perspetivas sobre a postura da sua relação com o país onde pretendem permanecer e prosperar.

Tendo como estudo de caso a empresa Ferpinta em Moçambique, será que a eficácia de internacionalização depois da independência foi reduzida durante as primeiras fases precisamente pelo facto de os primeiros prospectores enviados terem sido antigos colonos, com uma perspetiva paternalista, de um certo complexo de superioridade cultural da colonialidade?

A empresa melhora a sua eficácia empresarial em Moçambique quando percebe que a suposta vantagem que pensava ter nos antigos colonos era afinal uma desvantagem, tendo optado por alterar a sua postura e o perfil de quem enviava para Moçambique e com isso conseguiu ultrapassar os anteriores obstáculos e deficiências dos anteriores agentes e da anterior fase?

Destas questões resultam as nossas hipóteses centrais.

A eficácia de uma estratégia empresarial de internacionalização em África depois das independências é beneficiada pela adoção de uma perspetiva Decolonial.

Numa tal estratégia de internacionalização empresarial, uma perspetiva Decolonial é especialmente importante quando a empresa é oriunda de uma antiga potência colonial e o mercado visado é o de uma ex-colónia dessa mesma potência, devido a todo o histórico de relações de Colonialidade.

A suposta vantagem competitiva empresarial de uma tal empresa, com base no facto de ser oriunda de uma ex-potência colonial será uma desvantagem caso a perspetiva dominante seja ainda de matriz da Colonialidade.

Faz-se uma abordagem de alguns aspetos-chave do fenómeno da internacionalização, esclarecendo conceitos, percebendo as dinâmicas sócio-histórico-culturais no âmbito das empresas e apresentando possíveis teorias explicativas relativas ao processo da internacionalização, focalizando a falsa percepção de proximidade cultural como propulsor de estratégias de internacionalização: seus riscos, seus principais determinantes e formatos e o processo de decolonialidade como capaz de encarar e ultrapassar esses desafios com eficácia.

No âmbito da temática e da discussão acima expostas, o trabalho foi estruturado em quatro capítulos. O primeiro apresentou um enquadramento histórico do tema, apresentando o caso de Moçambique na ótica do antes e do depois da colonização. O segundo capítulo, de base teórico-conceitual, abordou a temática das identidades culturais e dos encontros e desencontros da colonização, servindo igualmente de espaço a discussão e reflexões sobre a colonialidade e a decolonialidade. As questões metodológicas que embasaram a construção do caminho de pesquisa percorrido foram apresentadas no terceiro capítulo e, por último, no quarto capítulo apresenta-se o estudo de caso efetuado e as respetivas conclusões de todo o percurso investigativo.

CAPÍTULO I

**ENQUADRAMENTO HISTÓRICO – MOÇAMBIQUE DO PERÍODO COLONIAL
AO PÓS-INDEPENDÊNCIA**

1. INTRODUÇÃO

Este primeiro capítulo é um enquadramento histórico do período colonial ao pós-independência, sendo fundamental para percebermos a evolução do quadro de relações que se estabeleceram aquando da chegada das empresas portuguesas a Moçambique no pós-independência.

No século XIX, assistimos a um novo colonialismo que promoveu um forte sentimento nacionalista de identidade e, sobretudo, de independência. Com o fim da Segunda Guerra Mundial temos o germinar de uma nova nacionalidade, com o desmoronamento de grande parte dos impérios europeus. Portugal passou a ser muito pressionado internacionalmente para libertar as colónias. Moçambique, a 25 de junho de 1975, inicia o projeto de um novo país independente, caracterizado pelo poder de partido-estado – a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique). Finalmente, com o fim da Guerra Fria, vemos Moçambique entrar num processo de transição para o multipartidarismo e para a economia de mercado.

Estas etapas ajudam a perceber o percurso e o contexto que será encontrado pelas empresas portuguesas depois da independência, e sobretudo, depois da transição da década de 1990, como foi o caso da empresa aqui em análise, a Ferpinta.

Moçambique é um país africano que alcançou a sua independência como resultado de uma luta armada contra o colonialismo português, marcada por várias estratégias de invocação de memórias, que constituem a referência a partir da qual o presente é vivido e o passado confrontado. Qualquer história nacional visionária é reflexo de uma escolha política. O projeto de história nacional produzido a partir da independência, alcançada em 1975, está envolto em silêncios que espelham desigualdades de poder na construção desta narrativa: desigualdades de classe, de género, étnico-raciais, etárias, de cariz religioso, entre o campo e a cidade, etc. Enquanto narrativa nacional moçambicana, esta história é um projeto em permanente (re)construção (Ranger, 2004), onde se encontram e confrontam diversas vozes, projetos e experiências: grupos políticos, instituições públicas e iniciativas privadas (Meneses, 2011; 2017).

No pós-independência, a chegada das empresas portuguesas a Moçambique, com o intuito de aí se instalarem e continuarem o seu crescimento, foi de certa forma limitada pelo período de crise económica da década de 1970 e pelo novo regime Socialista que se instalou em Moçambique, que levou ao encetamento de laços muito peculiares entre moçambicanos e portugueses, que pretendiam reinstalar-se em Moçambique.

A história nacional de Moçambique é confrontada com vários relatos da memória, que, por vezes, desafiam de forma antagónica a narrativa nacional e ajudam a explicar as razões dos conflitos que ainda marcam a sociedade moçambicana. Segundo Luise White, estas memórias e os conflitos com a versão histórica nacionalista oficial sugerem que silêncios, mentiras, e meias-verdades, revelam muito sobre uma sociedade, ao funcionar mais como um tipo de informação do que propriamente como uma ocultação (White, 2000). De facto, a opção sobre o que esquecer ou silenciar faz parte da construção de qualquer narrativa histórica.

É importante perceber que a história de Moçambique, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, é atravessada por conflitos violentos. Um dos episódios importantes, como a luta armada que conduziu à independência do país (1963-1974), fruto da intransigência colonial portuguesa em aceitar o direito à autodeterminação, foi aproveitada pela FRELIMO, principal movimento nacionalista, para arquitetar o gérmen da narrativa nacionalista oficial. Este projeto historiográfico assentou no saneamento de múltiplas memórias da luta nacionalista independentista, gerando uma narrativa simplificadora que ganhou um quase estatuto de exclusividade.

O direito à própria história, pela autodefinição, ultrapassando qualquer narrativa legitimadora da presença colonial, foi um dos elementos que guiaram a luta armada emancipadora, liderada pela FRELIMO. Porém, no país recém-independente, o objetivo principal do projeto político do grupo foi o de estabelecer uma proposta de roteiro do passado a ser usado para a construção unificadora da comunidade - Moçambique como um todo - no presente, como salienta João Paulo Borges Coelho (Borges Coelho, 2015). Neste sentido, este projeto de história nacional, patriótica, revela-se uma história parcial, impulsionada por uma agenda política: o desejo de reunir os múltiplos segmentos da sociedade em apoio ao

partido no poder, ao mesmo tempo que se apresenta uma imagem positiva do país ao mundo exterior.

Aceitando que o passado é experienciado e vivido de formas diferentes pelos vários sujeitos que participaram da luta, a análise das memórias pessoais e de materiais disponíveis em arquivo ajuda a descodificar os passados sociais, abrindo uma janela para explorar a consciência histórica e a intersubjetividade do Moçambique contemporâneo. Esta situação contrasta com a empresa historiográfica conduzida pelo Estado (liderado pelo partido FRELIMO), de produzir uma versão singular e "correta" da heroica luta nacionalista.

Discutir o papel das memórias e da história é fundamental para ampliar o debate sobre os significados da descolonização nos espaços definidos pela memória de África, neste caso específico com enfoque no contexto geopolítico da colonização portuguesa em Moçambique. Ciente que as memórias devem ser retidas em função da experiência social do grupo, há que ter em atenção a relação entre o evento lembrado e a importância social do facto recordado, em função da experiência social vivida por quem recorda (Ricoeur, 2010). Neste sentido, em linha com o alerta de Iwaylo Znepolski, um passado por resolver é uma ameaça, se o deixarmos afundar num esquecimento sem memória (Znepolski, 2001). Nunca esquecendo que as memórias do passado recente são matéria de contestação na vida quotidiana, abre-se caminho para uma história construída num diálogo entre o passado, o presente, e o futuro.

Assim, este capítulo está estruturado em seis subcapítulos.

O primeiro faz um breve apanhado da história do território, desde o século X, data dos primeiros documentos conhecidos.

O segundo, concentra-se nos primeiros contatos com os portugueses, sendo que essas primeiras relações acabam por ser importantes em moldar em boa medida as relações que se vão estabelecer, com restícios que resistirão até aos nossos dias e caracterizando as marcas da interculturalidade que foi crescendo entre os dois povos.

O terceiro subcapítulo debruça-se sobre o aparecimento de uma nova colonialidade, que tem origem no colonialismo, mas que se mantém após a experiência colonial, pois mesmo com o fim do colonialismo, a colonialidade propaga-se, mantendo a lógica de relações coloniais entre saberes e modos de vida impostos pelos colonizadores.

O quarto subcapítulo trata do germinar de uma nova nacionalidade, visto que o povo moçambicano tenta contrariar os efeitos do colonialismo e impor os seus próprios costumes, no entanto depara-se com variados obstáculos em termos políticos e económicos.

O quinto subcapítulo explora a independência de Moçambique que ocorreu em 1975, após uma luta armada de libertação nacional - FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), que conduziu a luta durante 10 anos e formou o primeiro governo com orientação socialista.

O sexto e último subcapítulo aborda a implementação do multipartidarismo e da economia de mercado, abrindo-se o espaço de participação política e alargando-se a iniciativa privada.

1.1. MOÇAMBIQUE, OS PRIMEIROS PASSOS NA HISTÓRIA

Moçambique conta, no seu espólio historiográfico, com registos escritos datados do século X e, de acordo com estes documentos assinados por Almagudi, na Costa Norte e Centro deste território, onde se verificava por esta altura um significativo movimento comercial entre as nações situadas na região do Golfo Pérsico e os “Zanjes” da “Bilale as Sofala”, que são os nomes que o viajante árabe atribui à atual região moçambicana nos seus escritos de viagem.

Antes destes registos, e em conformidade com registos arqueológicos, é possível estimar que a ocupação da região de Moçambique remonte ao distante período de transição do Paleolítico para o Neolítico, altura que coincide com o início da sedentarização e com o aparecimento das primeiras e ainda muito rudimentares formas de agricultura.

Os Homens desse neolítico na região de Moçambique, que remonta há mais de 10 mil anos, terão sido os Khoisan, também conhecidos por Bosquimanos, que viviam da caça e da coleta e que foram aproveitando também a fertilidade natural e decorrente da configuração geográfica do território. Mais tarde, e já entre os séculos I a IV (d.C.), de acordo com os mesmos registos arqueológicos, a região em estudo terá sido escolhida como ponto de fixação pelos Povos Bantu¹, que, para além da agricultura, introduziram as artes metalúrgicas do ferro (NEWITT, 1997).

A organização social dos Bantu era baseada na estrutura de família alargada, liderada por um chefe, e o sustento garantia-se por meio do cultivo da mapira e da mexoeira. A par da produção agrícola, e como forma de suportar e de suprir as necessidades das células familiares, foram sendo desenvolvidas a olaria, a tecelagem e a metalurgia, sendo que as poucas trocas comerciais que existiam se faziam de forma esporádica e direta (Newitt, 1997). Com o passar dos séculos, a sociedade moçambicana foi assumindo uma maior complexidade, mas, na sua base, ficaram galvanizadas as regras desta organização tradicional, que atualmente ainda tem uma forte expressão no sentido de linhagem (Pélissier, 1987).

Tal como lembra Newitt, a miscigenação dos povos moçambicanos sofreu uma nova e forte alteração entre os séculos IX e XIII, dado que nesta altura se verificou um amplo movimento de fixação de povos oriundos do Golfo Pérsico, nesta região que então já se apresentava, por via das suas condições geográficas, como entreposto comercial privilegiado. É então, por este motivo, que Almagesti passa em Moçambique e regista o que vê e regista nos seus escritos, deixando retratado esse intenso fluxo de trocas que envolviam produtos como o ouro, o ferro, e outros metais, entre as terras de Sofala e a Índia. Neste contexto, o ferro tinha muita importância comercial, sendo até usado como moeda. Mais

¹ Os bantus, também chamados de bantos, são povos pertencentes a um mesmo grupo linguístico, que se foram dividindo em centenas de grupos e subgrupos étnicos diferentes ao longo dos séculos, mantendo a unidade linguística (a língua de raiz Bantu). De acordo com alguns registos históricos, os bantus serão originários dos Camarões e do Sudeste da Nigéria e as suas origens remontam a cerca de 2000 anos antes de Cristo. Após a sua formação, estes povos rapidamente começaram um processo de expansão (em consonância com as características nómadas dos povos de então) para a floresta equatorial da África central. Cerca de 1000 anos antes de Cristo, estes povos deram início a uma segunda fase de expansão, desta vez, para leste, e mais tarde haveriam de alargar a sua implantação territorial ao sul do continente africano, tendo, pelo meio, constituído episódios de miscigenação com os povos que foram encontrando pelo caminho. Ao misturarem-se com grupos autóctones, os bantus iam dando origem a novas sociedades (NEWITT, 1997).

tarde, o elemento das trocas entre comerciantes passou a ser os meticais, pequenos tubos das penas de aves cheios de ouro em pó (Newitt, 1997).

Os povos que se fixavam e navegavam entre o Sul do Sudão e o Norte de Moçambique e que empreendiam transações comerciais entre si, ao longo de toda a costa do Índico, eram denominados de Swahilis. Tratava-se de povos que percorriam a costa moçambicana e que traziam e levavam para Quíloa ou Mombassa bens para trocar e negociar. Por esta altura, os produtos que dominavam estas transferências comerciais, para além do ferro e do ouro, eram o marfim, as penas de avestruz, a prata e as especiarias. Alguns chefes Swahilis ocuparam e estabeleceram mercados no norte de Moçambique e, por aí, faziam ligações comerciais com o oriente e também se dedicavam ao comércio de escravos, que, com o decorrer dos tempos, se viria a tornar o negócio dominante (Costa e Silva, 2002).

Esta movimentação e fixação de povos deu origem a um exponencial aumento demográfico, mas também fomentou invasões e atraiu mercadores, o que marcou a transformação da estrutura política e social e o seu aumento de complexidade, sendo que as linhagens de outrora permaneceram, mas agora sob a imposição das linhagens mais fortes sobre as mais fragilizadas. Foi neste confronto entre linhagens que se estabeleceram as bases de fundação de alguns Estados da região, nomeadamente o Estado do Zimbabwe (Pélissier, 1987).

O primeiro Estado do Zimbabwe terá sido formado por volta de 1250 e terá perdurado por cerca de dois séculos. No entanto, muito antes desta época já ali existiam povos que se comunicavam por meio da língua chiShona, que é ainda, nos nossos dias, a principal língua da região. Os primeiros sinais de criação de um Estado estarão, então, associados à língua comum dos habitantes do território e, também, às muralhas de pedra que esses nativos construíram para se proteger e que, de resto, viria a dar o nome toponímico ao lugar, pois esses elementos eram chamados de madzimbabwe (The Met Museum, 2001). A expressiva extensão dessas construções amuralhadas e a sequência de caniços, que a entorna e de que ainda existem vestígios, leva a crer que os habitantes primitivos do lugar eram em número considerável e a sua ocupação não se limitava a uma região circunscrita, pois também

existem ruínas de madzimbabwe na província de Inhambane, a cerca de 450 km do Grande Zimbabwe.

Segundo Newitt, a rápida ascensão social e demográfica do Zimbabwe terá ficado ligada à agricultura, mas também, e com muita expressividade, à mineração, à metalurgia e ao ouro, muito procurado por parte dos mercadores que a toda a hora ali chegavam vindos da região do Golfo Pérsico (Newitt, 1997). As razões que sustentam o desaparecimento do primeiro império do Zimbabwe não são totalmente conhecidas, mas conforme alguns historiadores (Pélissier, 1987; Newitt, 1997), na mesma altura terão ocorrido naquele território invasões de outros povos, também falantes de chiShona, que viriam a submeter os povos nativos e a estabelecer as bases para a criação de um outro império, o dos Mwenemutapas.

Dos registos das invasões ocorridas, sabe-se que entre 1440 e 1450, o planalto zimbabwiano foi acometido pelas tropas de Nyantsimba Mutota que, conseguindo os seus intentos dominadores, viria a estabelecer a capital da dinastia dos Mwenemutapas, num local próximo do Rio Zambeze, que é hoje a chamada província de Manica. Em pouco mais de um século, este povo estendeu o seu domínio a toda a região limitada pelo rio e que se estendia do Norte até ao Oceano Índico e de Leste quase até ao Deserto do Kalahari, em fronteira com os impérios de Butua e Venda, com quem estabeleceram relações de boa vizinhança. O ouro continuaria a ser para este povo o principal elemento comercial e motivo de atração dos mercadores que chegavam de todo o Golfo Pérsico e, mais tarde, da Europa (Pélissier, 1987).

1.2. OS PORTUGUESES: PRIMEIROS CONTACTOS

A primeira paragem dos navegadores portugueses em terras de Moçambique, no final do século XV, parece ter sido pacífica, apesar da estranheza sentida pelos locais face aos homens de cor pálida e vestes estranhas que saltavam de gigantes navios, que de tão grandes nunca tinham sido vistos, para barcolas mais pequenas e se aproximavam vestidos de forma insólita para recolherem água e trocar pequenos objetos com quem se encontrava em terra. Após um contacto fugaz, os ocupantes dos navios voltaram às embarcações e zarparam rumo ao desconhecido sem que os habitantes tivessem podido saber o motivo da visita, porque

falavam uma língua estranha. Estavam longe de imaginar, até os que ocupavam os navios saberiam, que ali se travava de um encontro que lançaria um futuro comum, intrinsecamente ligado ao despontar da hegemonia planetária a que hoje, tantos séculos passados, chamamos de Globalização (Cabaço, 2009).

Dois anos após aquele primeiro contacto, os nativos das zonas costeiras de Moçambique começaram a ver cada vez mais embarcações cheias de gente a combater e interpelar àquelas outras a que já se tinham habituado e que serviam os navegadores e mercadores swahilis, árabes e indianos que também frequentavam aquelas costas. Eram combates que visavam, principalmente, os domínios das rotas marítimas e que raramente tinham interferência com a vida em terra, mas, de quando em vez, e tal como relatou Lobato, lá resultavam numa ou noutra desistência por parte dos peles-brancas que, desertavam dos navios e se aventuravam por terra para governarem as suas próprias vidas (Lobato, 1953).

Estes são, então, os primeiros registos de ocupação dos europeus em solo moçambicano que, em alguns pontos estratégicos do litoral, e por causa da necessidade de se controlar as rotas comerciais marítimas, também assistiu ao levantamento de fortalezas, onde os portugueses se instalaram para ajudar na defesa das suas frotas. Dessas fortalezas também viriam a sair à socapa alguns homens que preferiram procurar aventura e fortuna sozinhos, ou em pequenos grupos de homens armados, embrenhando-se pelo interior. A par dos europeus, também muitos indianos, visando os mesmos objetivos, se foram instalando por Moçambique.

Com vista a alcançar os seus objetivos, estes primeiros colonizadores usaram de estratégias diferentes para sobreviverem, entre as quais a realização de alianças com os potentados locais, a realização de casamentos com as filhas de chefes de tribos locais, o comércio ou as artes da diplomacia. Os primeiros contactos dessa Europa exploradora, liderada por Portugal, com Moçambique, também registam a presença de alguns missionários que, com o intuito evangelizador, foram ficando e instalando-se naquelas terras (Cabaço, 2009).

Nestes primeiros anos de ocupação e contactos entre portugueses e os locais, poucas vezes se recorreu à força das armas, até porque quem chegava estava em menor número e a desvantagem estratégica era evidente, mas em pouco tempo o governo de Portugal estabeleceu campanhas bélicas para levar a cabo naquele território expedições de recolha de ouro e de prata, que não viriam a ter bons resultados, pois os locais tinham grande capacidade de resposta e as características geográficas da região eram muito adversas aos estrangeiros (Rosales, 2007).

A primeira destas grandes expedições organizada pelos portugueses envolveu cerca de 650 homens, liderados pelo ex-Governador da Índia, Francisco Barreto, contudo os locais não tiveram que sair para a luta, já que as doenças tropicais dizimaram quase todos os soldados e o líder. Esta primeira tentativa de colonização por parte dos portugueses ficou marcada pelo insucesso (Oliveira, 1996).

Assim, e ao contrário do que se passava já em outros países da África, Moçambique foi passando os séculos sem conhecer uma forte influência da autoridade colonial portuguesa, servindo apenas de ponte de ligação entre as redes mercantis do Índico e como território fornecedor de mão-de-obra, sobretudo para o Brasil. O poder colonial aparecia longínquo e difuso e tinha expressão apenas em alguns pontos estratégicos do litoral, deixando todo o restante território à disposição das imposições de outras sociedades dominantes africanas que, mormente, atuavam sem constrangimentos, já que não existia uma estrutura, quer local quer colonial, capaz de impor ordem e autoridade (Oliveira, 1996).

Uma dessas sociedades que por aquela altura mais influência detinha em grande parte do território moçambicano era o reino Angune de Gaza, que foi tendo importante destaque até à década de 1830, tendo chegado a conseguir acordos com os portugueses instalados no litoral, que denotam que os europeus se encontravam numa situação de fragilidade e dependência, pois que acordaram o pagamento de tributos a Gaza, como forma de conseguirem paz. A partir da metrópole, as poucas políticas definidas com vista ao reforço do estabelecimento colonial português no território, e que passavam sobretudo pelo envolvimento e apoio a frações em conflito já existentes, eram quase sempre um fracasso,

resultando em pouca ou nenhuma influência na evolução da situação de Moçambique (Valentim, 1998).

Os sucessivos fracassos portugueses resultavam da pouca capacidade militar disposta para o território e da escassa canalização de recursos económicos, sendo que, também ao longo dos séculos, nunca houve a partir de Lisboa a imposição de um suporte à colónia devidamente organizado por parte do aparelho de Estado colonial. Os próprios funcionários coloniais enviados para o território, pouco ou nada faziam em prol das ambições do Estado, dedicando-se principalmente a agir por conta própria, negociando, sobretudo escravos, e almejando riquezas pessoais (Valentim, 1998).

A ideia de abandono dos propósitos políticos da metrópole por parte dos seus colocados é reforçada por Valentim, lembrando que os cargos públicos ocupados na colónia de Moçambique serviam aos seus ocupantes como argumento e meio de aumento e controle do poder no âmbito das atividades comerciais que cada um desempenhava (Valentim, 1998).

Só quando o panorama comercial e industrial europeu sofreu uma mudança estrutural integral é que o cenário colonialista moçambicano começou a sofrer alterações, fruto da necessidade que a Europa passou a ter de matérias-primas e de novos consumidores. Falamos da revolução Industrial e das consequências que este novo período, agora dominado pelo capitalismo concorrencial, viria trazer a toda a região de África e às colónias que esta albergava. De facto, e tal como sustenta Hobsbawm, os novos moldes de produção em massa e os primeiros anos do capitalismo determinaram a urgência de expansão das fronteiras de controle e impuseram a necessidade de domínio das matérias-primas, bem como de fontes de energia como o carvão e a borracha, que vinham, precisamente, das colónias (Hobsbawm, 1998).

Por estas razões, a partir da década de 1880, começaram a ocorrer em Moçambique alguns movimentos que visavam a implantação de um estado colonial moderno e que eram, em si mesmos, também inovadores. A nível económico, por exemplo, assistiu-se a um aumento considerável de trocas e relações comerciais estabelecidas com os mercados europeus, sendo que toda esta movimentação económica viria a beneficiar do decréscimo de

importância do tráfico de escravos. A relação existente entre a diminuição do interesse pela escravatura e a promoção de uma colónia sólida, explica-se com a redução da instabilidade em todo o território e pelo interesse de comerciantes indianos, que até então geriam os processos de escravidão, em procura de novos circuitos financeiros junto das empresas europeias (Direito, 2013).

A abertura do Canal do Suez foi outra das ocorrências que contribuiu para a aproximação dos mercados de Moçambique às praças europeias, embora também tenha servido de ponte ao estabelecimento de comerciantes franceses na região, que depressa se haveriam de associar aos indianos já instalados, com vista a alargar os seus circuitos e conhecimentos comerciais. O aumento verificado no índice de exportações de Moçambique desde a década de 1870, fica a dever-se, em grande parte, à chegada desses empreendedores franceses que viram, na borracha e nas oleaginosas, excelentes oportunidades de negócio. Estes, juntamente com os comerciantes que já ali se encontravam (índios, portugueses e swahilis, entre outros), promoveram o desenvolvimento de importantes centros comerciais de cariz capitalista. Esta nova forma de estar e encarar o comércio, haveria de vir a ter um impacto significativo em toda a colónia de Moçambique (AJAYI, 2010).

No plano comercial, ainda durante o século XIX, Moçambique também foi palco de uma inusitada procura por via da produção de cana-de-açúcar, que se desenvolveu, sobretudo, na região de Natal e que viria a suscitar um fluxo inédito de emigração, dada a demanda de mão-de-obra. Isto foi de tal forma que, em meados do século, o Governador de Lourenço Marques foi forçado a publicar uma portaria régia, com o selo de Lisboa, com vista a regulamentar os fluxos migratórios, tendo passado também a taxar os mesmos através da emissão de um passaporte para quem desejasse trabalhar naquele ofício (Valentim, 1998).

A compor a conjuntura que viria a despertar a atenção definitiva da metrópole para com Moçambique, temos ainda o conturbado processo de construção de uma estrada de ligação entre Lourenço Marques e a região de Transval, que acolhia o porto de mar mais próximo da futura capital moçambicana e que, por via desta característica geoestratégica, também chamou a atenção dos britânicos, forçando o governo português a assinar um tratado de comércio e amizade em 1869, que fixava as fronteiras entre o Transval e o *hinterland* de

Lourenço Marques. A partir da fixação deste tratado dar-se-ia início à construção da estrada entre o porto de Lourenço Marques e o Estado Bóer, seguindo-se outros acordos que promoviam a liberdade de trânsito de mercadorias entre estes dois países e a construção de uma ferrovia entre a capital moçambicana e o Transval (Albuquerque, 1934).

Pela mesma altura, assiste-se ao desenvolvimento do setor mineiro na África do Sul, o que terá consequências em Moçambique, na medida em que despoleta uma nova carreira de migração de mão-de-obra entre a colónia portuguesa e os países exploradores de ouro (Neves, 2008).

As mudanças paulatinas a que o território de Moçambique foi assistindo ao longo do século XIX, ditaram que o panorama político, ainda que de forma morosa, também se alterasse, e, por esta via, aos poucos, também se foram descrevendo alterações no panorama político que se viriam a traduzir na composição de um novo aparelho de Estado colonial onde, entre outros motivos políticos, se procurava o reforço da segurança e a estabilidade, por forma a assegurar proteção e confiança aos exportadores dos excedentes de produção na Europa e aos importadores de matérias-primas locais (Arendt, 2006).

Esta intervenção da força do Estado não foi um acontecimento exclusivo da construção colonial moçambicana, tendo, pelos mesmos motivos, acontecido em vários outros países deste Continente, e tendo sido patrocinada por outros países europeus, como a Inglaterra e a França. Destas ações se construiu um estreitar de relações entre a Europa e os povos de África e da Ásia que vigora, reforçada, neste nosso século (Direito, 2013).

Ao tempo a que agora nos reportamos, e por via deste estreitar de relações, a África, e em particular Moçambique, haveriam de beneficiar, ainda que de forma tímida, dos avanços tecnológicos que a Europa somava, nomeadamente a máquina a vapor. No entanto, e tal como sublinha Hannah Arendt, todos estes exemplos de transferência tecnológica da metrópole para a colónia ficariam marcados pela rápida obsolescência das máquinas e demais instrumentos, pelo que nunca foi plenamente possível a qualquer região africana colonizada concorrer de igual para igual com os produtores e mercados europeus (Arendt, 2006).

Apesar deste facto menos positivo para a evolução da economia africana, outros fatores decorrentes da revolução industrial concorreram para o desenvolvimento das regiões colonizadas e todos eles viriam a ter um papel fundamental na emancipação nacionalista que, décadas mais tarde, atingiria o apogeu. Um destes fatores, certamente dos mais marcantes, foi o facto do emergente capitalismo europeu se mostrar contrariado com a prática da escravatura, pressionando os governos e as companhias comerciais, e toda a rede esclavagista instituída, a estabelecerem alterações a antigos acordos e alianças que inviabilizavam o tráfego humano e davam primazia à contratação de mão-de-obra assalariada (Arendt, 2006).

Todo este processo não decorreu de forma pacífica, pois as referidas alterações que se iam registando aqui e acolá de forma lenta, mas pujante, reforçavam a burocracia dos “invasores”, que colocavam em perigo o conforto dos colaboracionistas locais e das elites instaladas e, em modo de resposta ou “contra-ataque”, foram sendo organizadas campanhas de resistência que primaram, principalmente, pelo argumento da invasão e da necessidade de se “expulsar” os invasores. Assim, aos poucos, foram sendo organizados grupos de resistência político-militares, bem como ações diplomáticas, que uniam forças com vista à defesa dos territórios e aumentavam a cada ano a confrontação com as metrópoles (Arendt, 2006).

Importa salientar que, em todo este processo, as metrópoles não estavam em sintonia, sendo que neste contexto em particular, e ao contrário da maioria dos países europeus que geriam territórios em África, Portugal se destacava em termos argumentativos, reforçando a sua posição de colonizador com fundamentos históricos, ao invés da força do capital e da indústria que a maioria dos países defendia. Por esta razão, registou-se até um curioso episódio que deixou o nosso país de fora de uma conferência internacional, onde se discutiu a ocupação e o reforço colonial de África. Tratou-se de um encontro promovido por Leopold II da Bélgica em Bruxelas, em 1876, com o objetivo de “abrir à civilização a única parte do globo onde ela não tinha entrado” (Brunschwig, 2011: 33).

Portugal não foi convidado a participar deste encontro, que tinha também por objetivo contornar as áreas de conflito entre os interesses das potências imperiais, pois o promotor do mesmo não reconheceu a legitimidade histórica em que os lusitanos sustentavam a ocupação das suas colónias. Neste encontro foi constituído o Estado Independente do Congo, propriedade pessoal do Imperador da Bélgica, que viria mais tarde (1908) a ser doado ao Governo belga, e desta constituição nasceria um novo conflito, desta vez centrado no comércio e nas rotas comerciais que abarcavam aquele território (Lucas, 1992).

Apesar de não ter feito parte desta conferência internacional, Portugal foi indiretamente afetado pelos resultados que dela advieram, pois, os conflitos que mais tarde ocorreram em torno do novo Estado do Congo, deram origem a uma reunião entre o Ministro dos negócios estrangeiros britânico e um representante do mesmo ministério alemão, para a qual se viram forçados a convidar Portugal e França. Estávamos em 1884, e o que se discutia naquele encontro de ministros eram as questões africanas e o comércio no território. Terá sido este o encontro que marcou a preparação da Conferência de Berlim, a 15 de novembro de 1884, e que se repetira, meses mais tarde, em 26 de fevereiro de 1885, e donde saíram as premissas oficiais dos direitos à ocupação efetiva dos territórios africanos (Lains, 1998).

Por via dos acordos conseguidos nestas conferências, foram prevenidas situações de conflito entre os países europeus envolvidos, na medida em que se estipularam regras com vista à partilha de África e se acordaram as áreas para a exploração colonial. Nasceu aqui uma nova configuração geográfica colonial e alguns dos antigos territórios colonizados desapareceram, tendo muitos quinhões de terra sido divididos pelos novos parceiros. A esta estratégia divisória escaparam as regiões de Angola e Moçambique pois, tal como afirma Hobsbawm, os atuais rivais do Império português mostraram-se incapazes de chegar a acordo quanto à forma de dividir entre si aquelas duas colónias (Hobsbawm, 1998).

1.3. UMA NOVA COLONIALIDADE

Alguns itens da ata que se registou em função das conferências de Berlim importam de sobremaneira para se compreender a importância destes encontros para a história do colonialismo africano e, conseqüentemente, a história de Moçambique, e o crescendo do

sentimento nacionalista, de identidade e, principalmente, de independência, que começou a florescer e a ganhar força nos finais do século XIX. Entre eles, o artigo 6º, que previa a proteção, por meio de disposições, dos missionários e dos viajantes, mas também, e sobretudo, dos povos indígenas. O mesmo artigo ditava que todos tinham direito à liberdade religiosa. No âmbito da liberdade estabelecia-se a liberdade humana e individual ao proibir-se, determinantemente, a comercialização de seres humanos, sendo que, para este assunto se reservou todo o capítulo II da ata. Acresce a estes prescritos a regulamentação estipulada para a navegação no Rio Níger (capítulo V) e a garantia do princípio de ocupação, consagrada por meio da obrigação, a que se submeteram as potências signatárias, de garantir “autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos e, se for caso disso, a liberdade do comércio e do trânsito nas condições em que ela for estipulada” (Brunschwig, 2011: 38).

Neste novo contexto sociopolítico, em que as colónias passam a ser para as metrópoles mais do que uma fonte de produção de alimentos e de captação de matérias-primas, para além de bons mercados recetores dos produtos produzidos na Europa, passam também a ser um excelente argumento de discussão e afirmação política. Perante isto, tal como bem defendeu Pakenham, Portugal não teve outra opção senão a de dirigir atenção para a semiabandonada colónia de Moçambique, solidificando objetivos diplomáticos e imperativos económicos e reforçando o seu carácter imperial que viria a subsistir, mesmo que sob o disfarce da República e do Estado Novo (Pakenham, 1997).

Por meio dos acordos e ditames estabelecidos nas Conferências de Berlim, a que nenhum líder africano foi chamado, ocorre uma significativa transformação histórica em África, que deixa de ser um espaço mercantil e escravagista para passar a ser, efetivamente, lugar do outro, a colónia do outro (Lains, 1998).

Moçambique conheceu aqui essa efetiva transformação. Agora as matérias-primas que pululam nas colónias não são de exploradores e comerciantes aventureiros a lidar em nome individual ou em grupos, por vezes até sob a égide pomposa de companhias comerciais, são das metrópoles, dos governos das metrópoles e, como as matérias-primas, também os meios de produção dos territórios ultramarinos passam a ser controlados pela sede governamental. Por esta via, e como se torna conseqüentemente evidente, a economia

africana secundariza-se, na medida em que está subordinada ao que se passa e se pensa no continente europeu, que não só demanda as estratégias de produção como também determina o destino daquilo que se produziu (Dias, 1991).

A conjuntura, no entanto, não se resume à economia. Outros fatores, sobretudo sociais, terão tido um importante papel nas linhas que a história escrevia a partir do início do século XX. A verdade é que África e a Europa estavam tão distantes entre si em termos sociais e culturais como os quilómetros que as separavam e os governos das metrópoles parecem não ter tido estes elementos em grande consideração, preferindo uma abordagem dominadora ao invés da aproximação compreensiva e integrativa (Dias, 1991).

Fazendo sobrelevar a radical alteridade cultural europeia, as metrópoles, todas elas, não deram conta do crescimento de um movimento de polarização que desaguou no aparecimento de um desequilíbrio económico e para a construção de um cenário social marcado por duas grandes e opostas classes, os dominantes e os dominados. Para além disso, a esta superioridade político-económica sobrepõe-se a ideia social de destrição racial, em que a “raça” se estabelece como um dos princípios da estrutura política de cada lugar e a burocracia se assume como princípio do domínio exterior (Arendt, 2006). Esta polarização marca de forma profunda a separação entre o que se vive e o que são as colónias e as sociedades metropolitanas.

Compreender este cenário social à luz dos preceitos e direitos do Homem que o mundo hoje consagra e respeita, pode parecer, por vezes, algo rudimentar, mas importa de sobremaneira sublinhar o que era aquela sociedade colonial para que também se venha a perceber a importância da emancipação e o conceito de decolonialidade. É que na sociedade colonial encontram-se, como bem descreveu Cabaço:

Frente a frente, bem demarcados, não só “branco e preto”, “indígena e colonizador”, mas também “civilizado e primitivo”, “tradicional e moderno”, “cultura e usos e costumes”, “oralidade e escrita”, “sociedade com história e sociedade sem história”, “superstição e religião”, “regime jurídico europeu e direito consuetudinário “,

“código do trabalho indígena e lei do trabalho”, “economia de mercado e economia de subsistência” (Cabaço 2009: 38).

Todos estes contextos, em que os homens de Moçambique e demais colónias africanas se movimentam, estão ainda marcados por um forte jugo hierarquizador e de separação, em que todos parecem compreender e aceitar a dualidade da existência humana e o facto de que uns são a negação dos outros e os mais importantes são a razão de ser dos inferiores (Arendt. 2006).

Também Georges Balandier se mostrou afeto a esta explicação, reafirmando a ideia de dualidade humana nas vivências coloniais, quando afirmou que “a sociedade colonizada difere da sociedade colonial pela raça e pela civilização” (Balandier 1993: 113). Neste contexto, as fronteiras não são só aquelas que marcam as linhas geográficas dos territórios, são fronteiras erguidas pela força dos quartéis e dos postos de polícia:

O mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos da polícia. Nas colónias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão, é o polícia e o soldado” (Fanon, 1968: 34).

A partir dos novos cenários de classificação dos territórios africanos começam a desenhar-se diferenças evidentes entre o que era o antigo imperialismo, que justificou a ocupação dos territórios sob o jugo da força e do medo, e o novo colonialismo comercial, em que os países colonizados passam a assumir-se como importantes pontos estratégicos para a economia geral dos países a que estão subjugados (Arendt, 2006).

Em Moçambique, fruto dos longos séculos de desatenção por parte do Império e da brusca necessidade de atuar com vista à formalização do território enquanto colónia, o envio de funcionários civis e militares concorreu para a proliferação de sentimentos nacionalistas, na medida em que para muitos destes funcionários, recém-chegados da Europa e imbuídos

de novas ideologias, o sistema tradicional se mostrava obsoleto e as antigas realidades coloniais lhes pareciam incompreensíveis (Cabaço, 2009).

Estes sentimentos de inconformidade baseados nas ideias progressistas e de nacionalidade que floresciam na metrópole e de que vinham embeberados, serviram de raiz ao nascimento de um processo de alterações políticas coloniais, que se centram nas relações da autoridade colonial com o Reino de Gaza e nas relações da autoridade com o sistema de prazos, ambos estruturantes da política Moçambicana (Newitt, 1997).

De lembrar que esse sistema de prazos, também denominado, Prazos da Coroa, foi um sistema que a Coroa Portuguesa empreendeu com vista ao processo de colonização e que se caracterizava pelo envio de colonos (muitos de origem indiana) para o território, a partir de 1600. Os primeiros colonos de Moçambique estabeleceram linhagens, algumas poderosas, através de casamentos com filhas de chefes e através do controle do comércio e da agricultura. No entanto, em meados do século XVII, o Governo português ordenou que as terras ocupadas por estes portugueses em Moçambique passassem para a propriedade da Coroa, que então as arrendava, por prazos de três gerações e eram transmitidos por via feminina (Newitt, 1997).

A estrutura definida pelo sistema de prazos nunca foi, de resto, muito bem firmada pelo Governo imperial que, se umas vezes o parecia tolerar na medida em que se apresentava como a única maneira capaz de assegurar a presença portuguesa na região, outras o rejeitava, pelas poucas vantagens que daí advinham diretamente para a Corte. Tratava-se de um sistema, que tal como lembra Valentim Alexandre, colocava uma barreira à autoridade direta de Lisboa e impedia a metrópole de exercer o poder de forma direta (Valentim, 1998).

No contexto de fim de século e de proliferação de ideias nacionalistas, importa frisar o facto de que o território de Moçambique, àquele tempo, albergava distritos que dominavam regiões como é o caso do Império de Gaza, situado a sul, ou da Zambézia, localizada na região centro de Moçambique. Estes territórios foram-se formando por deficiência do sistema de prazos, que foi alvo da negligência da governação colonial e da ambição dos seus gestores, abrindo espaço à constituição de um distrito com poder equiparado ao poder de

Estado, detendo o seu próprio exército e um sistema de cobrança de impostos de que se beneficiavam, pois não pagavam o valor do prazeiro ao Estado colonial. O Império de Gaza, fundado por Sochangane em 1828, por seu turno, conseguiu a sua elevação por via do conflito que se desenrolou entre o povo Zulu. Segundo se sabe, este império não se dedicava ao comércio de escravos, não reconhecia a figura legal da escravatura, e nunca devolvia aos portugueses um escravo que para ali fugisse (Newitt, 1997).

O facto destes potentados existirem dentro do território da colónia incomodava o Estado português que, volta e meia, se imiscuía nos conflitos internos destes impérios, firmando acordos de apoio militar e logístico em troca da prestação de vassalagem à Coroa portuguesa e de benefícios de acesso a caça e mercados, tendo em vista uma cada vez maior aproximação a estes grupos poderosos, com vista a estabelecer alianças que ajudassem à consolidação do Estado colonial. No entanto, estas negociações nem sempre corriam bem e, volta e meia, registavam-se recuos que se traduziam em verdadeiros entraves à implantação do poder português em Moçambique (Newitt, 1997).

A força das correntes imperialistas que corriam na metrópole nas últimas décadas do século XIX e a conjuntura política Europeia, com vista ao estabelecimento do poder no território africano, ditaram, como já acima referimos, a necessidade do Estado virar a atenção completa para o território de Moçambique, estabelecendo, a pouco e pouco, um Estado colonial moderno, que começou por levar a cabo campanhas de pacificação e por tratar da constituição do corpo de territórios agregados e pela definição das fronteiras, bem como pelo início da ocupação efetiva de todo o território moçambicano. O processo de pacificação não foi, no entanto, linear. Por uma ou outra vez, registaram-se episódios de sublevação que importa registar na medida em que são sinais que a história foi plantando com vista à territorialidade, identidade e independência naquele país (Costa e Silva, 2002).

Um desses episódios ocorreu já na última década do século XIX, altura em que se deu uma revolta liderada pelos régulos Tsonga na região de Lourenço Marques e que chegou a colocar a capital em risco. Este movimento de revoltosos prejudicou as já de si frágeis relações entre as autoridades oficiais e o Reino de Gaza, na medida em que estes últimos almejavam a expulsão, por mar, dos portugueses. O conflito, que se prolongou por alguns

anos, esteve na origem da batalha de Marracuene² e só através da força das armas foi possível aos portugueses dominarem o movimento de insurreição e abrir caminho à pacificação da região de Lourenço Marques. No rescaldo desta batalha, o governo de Lisboa mostrou-se inflexível quanto ao estabelecimento de acordos de paz com o líder dos revoltosos, contribuindo assim para uma maior instabilidade e fragmentação do Reino de Gaza e favorecendo o terreno para a solidificação do poder de Portugal e da sua capacidade de se afirmar em África, em plena campanha europeia de disputa por todos os territórios colonizados daquele continente (Costa e Silva, 2002).

Este momento da história de Moçambique fixa-se, assim, como um dos pontos de viragem do papel do império lusitano naquele território e será também a mola impulsionadora de uma política de destruição dos potentados africanos em Moçambique, que haveria até de servir de exemplo a implantar noutras colónias portuguesas daquele continente (MacQueen, 1998).

Das observações tecidas por Norrie MacQueen, este episódio em particular e os efeitos que o mesmo teve na política de intervenção colonial portuguesa em geral, viriam a impulsionar e a revitalizar o projeto colonial português, ajudando o país a reforçar a sua posição em África e a ultrapassar os planos de usurpação das suas colónias por parte dos alemães e dos ingleses. Este episódio e outros que dele decorreram noutras colónias, viriam a dotar Portugal de um estatuto de potência colonial com considerável relevância no mundo e, assim, a posição do nosso país na cena internacional saiu engrandecida de todo este processo (MacQueen, 1998).

É neste clima de grandiosidade colonial que as regiões colonizadas de Portugal chegam à administração de Oliveira Salazar, altura em que se dá início a uma nova fase de administração das colónias, que reflete o desejo de rutura com a administração colonial republicana e que expressa desejos imperialistas, nacionalistas e centralizadores, que, como já sabemos, não eram bem quistos em Moçambique, já desde o século XIX (Fortuna, 1985).

² Ocorrida a 2 de fevereiro de 1895.

O Ato Colonial firmado logo no início da administração de Salazar, e que teve o cunho de Armindo Monteiro e de Guirino Jesus, estabeleceu a nova linha de administração das colónias e estabeleceu um corte radical com três dos principais fundamentos da política colonial republicana. Assim, e por via deste documento orientador da política de gestão colonial, substituiu-se a autonomia administrativa, de que as colónias gozavam durante todo o período republicano, pela centralização. Do mesmo modo, o capital estrangeiro que até então circulava livre e à mercê das necessidades dos mercadores coloniais, foi substituído pelas nacionalizações. Também o desenvolvimento autónomo foi trocado pela integração económica imperial, pelo que a economia e os orçamentos das colónias passaram a estar sujeitos aos interesses centrais da metrópole (Costa e Silva, 2002).

Ao nível das políticas sociais, as mudanças não foram significativas, sendo que a visão dualista da sociedade se manteve e a visão racista que marcava as colónias no final do século XIX não sofreu qualquer tipo de alteração. Assim, os homens negros continuaram a ser creditados como gente de raça inferior, eternamente gratos ao superior branco que ali estava para os salvar da fome e de todas as desgraças (Castelo, 1998).

Com vista a reforçar a imagem de superioridade da metrópole e a promover a afirmação do Estado Novo, Armindo Monteiro³, Ministro das Colónias, promoveu uma campanha de propaganda que visava implementar uma mística no seio da sociedade portuguesa em torno do império e dos grandes feitos nas colónias. Neste sentido, foi colocada em prática a promoção de uma ideologia que o próprio designou de “Política de espírito”, que primou pela organização de conferências, exposições, colóquios, e pela publicação de artigos e reportagens em jornais e revistas, entre outros meios, que serviram, sobretudo, para glorificar o esforço da colonização que as políticas de Salazar empreenderam. Nas palavras deste estadista, o império caracterizava-se como sendo:

(...) uma criação maravilhosa, cimentada pelo esforço de inúmeros pioneiros através de séculos, levantando-se para o céu sobre o soco sangrento de muitos soldados, funantes, missionários, gente de saber

³ Armindo Rodrigues de Sittau Monteiro (1896-1955), foi um diplomata e político que exerceu importantes funções durante o regime do Estado Novo, incluindo as de Ministro das Colónias, de Ministro dos Negócios Estrangeiros e de embaixador de Portugal em Londres durante a fase inicial da Segunda Guerra Mundial.

e gente de aventura, homens de paz e homens de guerra, caídos na luta com o desconhecido dos mares e das selvas (Monteiro, citado por Castelo, 1998:47).

Este movimento febril de exaltação de poder colonial não foi exclusivo dos portugueses, pois durante as primeiras décadas do século XX, outros países europeus caíram na mesma tentação de mistificar os bem-feitos em prol das raças inferiores que habitavam África. Do mesmo modo se realça a designada incansável tarefa de evangelizar e civilizar essas “gentes” que viviam além-mar. Portugal destaca-se neste enquadramento, porque vai mais além e tenta a criação de uma unidade ideológica capaz de sustentar a tríplice de conceitos: identidade nacional, colónias e regime político. Aos olhos do Estado Novo, as colónias portuguesas eram parte da tradicionalidade histórica do país e parte indestrinçável da sua unidade nacional. Com estas propostas e a propaganda que delas emergiram, durante algum tempo, de facto, o ministério das colónias conseguiu abafar movimentos novecentistas pró-nacionalistas e os anticolonialistas perderam voz no espaço de contestação (Costa e Silva, 2002).

Durante o Estado Novo, a relação de Portugal com as suas colónias, elevada por este espírito de unidade e nacionalidade comum, manteve-se assim quase até ao fim da Segunda Guerra Mundial. No entanto, nesta altura, os novos ventos trouxeram ideias de valores humanos até então consideradas por alguns como radicais, impensáveis, e, por via da força da nova conjuntura social e política que grassava Europa fora, o Governo de Salazar teve que recalcular a sua estratégia colonial e tentar promover argumentos capazes de contrariar o direito à autodeterminação dos povos (Fortuna, 1985).

1.4. O GERMINAR DE UMA NOVA NACIONALIDADE

No rescaldo da Segunda Grande Guerra, o mundo acordou revoltado contra os antigos valores da colonização e do racismo e contra eles empreendeu uma luta direta, na qual Portugal se viu envolvido, já que esses novos e florescentes ideais se apresentavam como obstáculos às aspirações do governo. Acresceu a este raiar de novas ideologias, a valorização que muitos começaram a dar ao direito universal de Liberdade e à

autodeterminação dos povos. Tratava-se de valores basilares e fulcrais, imprescindíveis à construção de uma sociedade blindada aos horrores que se conhecera na guerra e aos motivos que a tornaram possível, mas eram também valores que não se podiam circunscrever às fronteiras de uma Europa ferida, sob pena de se tornarem hipócritas na sua fundamentação. Urgia, portanto, que o não ao racismo fosse universal, o não ao colonialismo também e o sim à liberdade e à autodeterminação se estendesse pelo mundo sem barreiras nem impedimentos (Costa e Silva, 2002).

O primeiro passo para o desmoronamento de grande parte dos impérios coloniais europeus firmou-se nos tempos imediatamente a seguir à Guerra, por via da assinatura da Carta das Nações Unidas⁴ e, em resposta a este movimento de pressão internacional, o Governo de Salazar promoveu a revisão do Ato Colonial de 1951, enfatizando, para esta nova versão do documento, o plano jurídico que justificava o nosso país como uma nação pluricontinental, composta por um grande punhado de províncias, que se estendiam da Europa às regiões ultramarinas (Silva, 2018).

Por meio desta estratégia jurídico-legal, Portugal deixou de ter colónias, na forma como estas eram definidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e, assim, também tentou aliviar os problemas com os seus parceiros e vizinhos europeus. Na prática, de facto não *de jure*, a forma de atuar da metrópole perante as suas províncias ultramarinas manteve-se exatamente como até então (Fortuna, 1985).

A estratégia encontrada por Portugal para garantir a manutenção das colónias, apesar de astuta, foi de pouca durabilidade pois, paulatinamente, o país passou a ser alvo de pressões internacionais ao longo da década de 50 que chegaram, inclusive, a relegar o Estado liderado por Salazar ao isolamento, levando à perda das colónias de Goa, Damão e Diu e ao início de confrontos armados em Angola (Costa e Silva, 2002).

⁴ Assinada em 1945 (entrando em vigor em Portugal em 1946) a carta das Nações Unidas articula o compromisso de defesa dos Direitos Humanos por parte das nações subscritoras e estipula um vasto conjunto de princípios que se relacionam com a promoção de padrões de vida mais altos para todos. Este Tratado teve como membros permanentes e originais (que constituem o Conselho de Segurança das Nações Unidas), a República Popular da China, a França, a União das Repúblicas Soviéticas (Rússia), o Reino Unido e os Estados Unidos da América.

De novo, e mais uma vez visando minimizar prejuízos, o Ministério das Colónias avança com uma série de reformas políticas em que se promove a descentralização da administração colonial e se atribui mais autonomia às colónias. Neste impulso reformista também se tratou de abolir a Lei do indigenato.⁵ Por meio deste conjunto de reformas, o governo português pretendia, mais uma vez, minimizar a pressão internacional e, para tal, elevou a sua capacidade de argumentação a novos níveis. Inspirando-se no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre (Sociólogo e escritor brasileiro), conseguiu encontrar a legitimidade científica para a sua política colonial no contexto da diplomacia internacional (Castelo, 1998).

Considerada uma “quase-teoria”, o luso-tropicalismo de Gilberto Freyre postula a especial capacidade de adaptação dos portugueses aos trópicos, não por interesse político ou económico, mas por empatia inata e criadora. Esta teoria defende que a aptidão do português, para se relacionar com as terras e gentes tropicais, a sua plasticidade intrínseca, resultaria da sua própria origem étnica híbrida, da sua bi-continentalidade e do longo contacto com mouros e judeus na Península Ibérica, nos primeiros séculos da nacionalidade portuguesa. Trata-se de uma característica identitária lusitana que se manifesta sobretudo através da miscigenação e da interpenetração de culturas, conforme se verifica na obra “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre (Freyre, 2006).

Dadas as vantagens decorrentes desta teoria, percecionadas pelos governantes portugueses, as obras de Freyre passam a ser utilizadas propagandisticamente de forma amiúde com vista a ajudar Portugal a legitimar a sua política colonial. A importância que esta obra assume para o Governo de Salazar é tal que esta passa a ser distribuída pelas delegações e embaixadas portuguesas em quase todos os pontos do globo (Costa e Silva, 2002).

Com vista a defender a luso-tropicalidade, que distingue os portugueses dos demais povos da Europa e lhes atribui uma nova e muito própria identidade nacional, o Governo português coloca esta doutrina à consideração das Nações Unidas, como resposta ao facto de ter sido acusado por este organismo internacional de desobedecer aos preceitos

⁵ Lei que definia os direitos e sublinhava os deveres dos povos indígenas das colónias portuguesas.

estipulados pelo Artigo 73.º da Carta das Nações. Para suportar o argumento de que não está obrigado aos ditames desse artigo, que consagrava o princípio de autodeterminação dos povos, Portugal afirma que as obrigações ali firmadas não abrangem Portugal, explicando esta posição com base em três razões fundamentais.

Na primeira, o governo deste imenso país, que se estende para além do mar, aponta para os critérios geográficos e sublinha o que já atrás referimos, que não detém colónias, mas sim províncias e que estas, embora separadas por quilómetros de terra e mar e sobrepostas por fronteiras alheias, são terra tão portuguesa quanto o chão de Trás-os-Montes e a areia das praias algarvias. Numa segunda razão, o governo de Portugal garante que em qualquer parte do seu imenso território a igualdade de direitos e oportunidades dos indivíduos é respeitada da mesma forma, e que as raças, as misturas e as fusões culturais, não fazem sentido na medida em que todos são da mesma forma portugueses, portugueses de ADN marcado pelo progresso. Por último, em sua defesa perante os consignatários das Carta das Nações e membros das Nações Unidas, Portugal sustenta que não existe qualquer tipo de exploração económica por parte de Lisboa para com as províncias ultramarinas, de tal forma que em algumas províncias o crescimento económico é até maior e mais relevante do que o de Portugal continental (Castelo, 1998).

Este episódio da história da luta de Portugal pela manutenção das suas colónias tem particularidades interessantes pois, pela primeira vez na história da descolonização mundial, um país dominador usa a seu favor alguns dos argumentos que sustentaram e solidificaram a independência de tantos países: a identidade cultural, a historicidade e territorialidade, e a autodeterminação coletiva (aqui interpretada como direito de todo o conjunto de províncias portuguesas face às determinações da ONU). Os argumentos usados por Portugal resumem-se na ideia geral de que as populações de etnias diferentes, que se espalham pelo mundo nos territórios do império, são Portugueses porque a todos cabe a mesma afinidade cultural.

A estratégia diplomática adotada versava também sobre os argumentos de promoção da fraternidade entre os povos, alheamento total de preconceitos raciais e sensibilidade em interpretar outras culturas, congregando vários povos num mesmo espaço civilizacional, sob a égide dos valores cristãos, do humanismo e tolerância. A estratégia parece ter sido bem

articulada, mas não se mostrou convincente e Portugal continuou a ser alvo das pressões internacionais, que na década de 60 aumentaram significativamente. A essas pressões e aos argumentos contraditórios ao discurso de Salazar, muitas colónias foram buscar força e apoio para darem início às guerras pela sua independência e autodeterminação.

Sendo certo que ao longo dos tempos os povos colonizados foram dando sinais de insatisfação para com a ocupação portuguesa, provocando focos de revolta e de resistência num ou noutro lugar, só a partir da década de 1960 é que essa causa tomou frente organizada e se desenvolveu de forma considerável, indo ao encontro das ideologias anticoloniais que grassavam na cena internacional.

A primeira resposta da metrópole a estes movimentos foi dura e de repressão, pelo que o clima de revolta se agravou e, em contra-ataque político, Portugal envia para os seus territórios ultramarinos, a Polícia Internacional de Defesa do Estado, conhecida pela sigla PIDE (Pélissier, 1987).

Os primeiros grupos independentistas organizados surgiram em Angola⁶ e logo depois outras formações independentistas vieram clamar pela independência da Guiné e de Cabo Verde. Moçambique terá sido o último território do Ultramar a organizar-se de forma mais ou menos formal com vista à sua libertação. No entanto, neste território já existiam organizações regionais como a União Nacional Maconde (MANU), a União Democrática Nacional Africana de Moçambique Independente (UDENAMO) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI) sediada na região do Tete. Estes grupos pré-existentes fundiram-se em 1962, dando origem à Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO (Costa e Silva, 2002).

⁶ Em final dos anos 50, início da década de 1960, formou-se o Movimento Popular para a Libertação da Angola (MPLA); existe até hoje grande controvérsia na historiografia sobre a data oficial de criação do MPLA, sendo indicado oficialmente o ano de 1956, mas tendo sido já muito contestado (Agostinho, 2011).. Vamos abster-nos de entrar nessa discussão, dado que não é relevante para o âmbito da presente Tese. Um ano antes, em 1955, formara-se a União dos Povos do Norte de Angola, que em 1956 se passa a chamar UPA e, mais tarde, em 1962, assume a designação de Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Também em 1956 formou-se o Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde (PAIGC) (Agostinho, 2011).

Segundo Norrie MacQueen, a FRELIMO não podia ser comparada, em termos ideológicos, ao PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde) ou ao MPLA, na medida em que na sua base de fundação não se encontravam argumentos vincadamente independentistas, emanados da vontade das populações de se tornarem livres e independentes, mas antes da pressão que a comunidade internacional exerceu a par dos grupos formados nos demais territórios, que entendiam que a sua causa precisava também de ter expressão em Moçambique para se solidificar (MacQueen, 1998).

Apesar desta *nuance* distintiva entre as organizações, a FRELIMO teve como primeiro presidente, Eduardo Mondlane, um homem de educação sólida, formado academicamente nos Estados Unidos da América e que desempenhava funções profissionais na ONU, apresentando-se e sendo reconhecido como uma figura de elevado estatuto nacional e internacional (Agostinho, 2011).

Por via da sua frágil fundação ideológica, os primeiros anos da FRELIMO ficam marcados por problemas de coesão interna e pelas tentativas, cada vez mais eficazes, de fazer frente às forças de ocupação. O apoio internacional contou muito para que estes obstáculos fossem ultrapassados e, tal como aconteceu com a FRELIMO, também os demais movimentos nacionalistas contaram com o suporte estrutural da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), uma agência de coordenação internacional que promovia a partilha dos princípios ideológicos e organizava programas de apoio político e económico sustentados na ideologia marxista adaptada à realidade africana (Agostinho, 2011).

Os primeiros passos de todos os movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas foram dados nos planos político e diplomático, tendo-se registado, por diversas vezes, a tentativa de estabelecimento de diálogo com a metrópole. Contudo, o Estado Novo não estava disposto a conversar, pelo que optou por uma estratégia de repressão, mobilizando forças militares e policiais com vista a abafar as atividades nacionalistas e independentistas, que colocavam em causa a soberania de Portugal nestes territórios (Correia, 1992).

Não obstante o apoio que os grupos que almejavam a nacionalidade para os seus territórios partilhavam entre si, o início dos confrontos armados nas regiões do Ultramar parece não ter sido concertado entre estas organizações, sendo que, conforme destaca Cabaço (2009), as três campanhas de guerra dos portugueses em África tiveram como gatilho as circunstâncias locais e contextos diferenciados.

Angola foi a primeira colónia a avançar para a luta armada, tendo o seu ponto de partida para esta contenda sido ações de guerrilha contra militares e polícias nas cadeias de Luanda, em 4 de fevereiro de 1961. Depois destas primeiras ações reclamadas pelo MPLA, a União dos Povos de Angola – UPA, lançou vários ataques a postos administrativos portugueses e a fazendas situadas a Norte do território. Estes últimos ataques redundaram em várias centenas de mortes de civis. A campanha militar da Guiné-Bissau começou dois anos mais tarde, em janeiro de 1963, tendo o ataque ao aquartelamento português de Tite sido o mote para o arranque dos confrontos (Pélissier, 1987).

Em Moçambique a guerra só começaria em 1964, envolta num contexto de profundas divisões internas, pois que o líder nacionalista Eduardo Mondlane falhou na missão de promoção de coesão interna da FRELIMO, ao que parece pelo facto de ter sido apoiado por ativistas norte-americanos e outros afro-americanos, situação que gerou contendas e desconfiança entre os seus pares. Os primeiros resultados desta falta de união na organização refletiram-se ao nível da campanha militar, que foi registando derrota atrás de derrota e abriu espaço à PIDE para conseguir anular as tentativas de ações de guerrilha urbana nas cidades situadas mais a Sul, pelo que as forças da FRELIMO tiveram que alterar estratégias e centrar a sua atenção armada para regiões onde a ruralidade era mais prevalente (Pélissier, 1987).

Nos primeiros anos de guerra com a metrópole somaram-se deserções entre os membros da FRELIMO e as divisões internas foram ficando cada vez mais evidentes e, assim, conseqüentemente, abriu-se espaço ao aparecimento de uma nova organização revolucionária e contestatária da ocupação portuguesa, liderada pelo dissidente da FRELIMO, Paulo Gumano – o Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO) –, que passou a rivalizar com a Frente de Libertação de Moçambique de Eduardo Mondlane. Outro importante dissidente da FRELIMO foi Lázaro Kawandame, que se revoltou contra a direção

do movimento, em consonância com um grupo de estudantes do instituto de Moçambique, que a própria FRELIMO havia criado na Tanzânia (Neves, 2008).

Foi neste ambiente conturbado que ocorreu o assassinato de Mondlane, por meio do envio de uma encomenda postal armadilhada, e que ainda hoje não tem responsáveis diretos atribuídos. O desaparecimento precoce do presidente da FRELIMO abriu espaço à nomeação de um novo grupo de líderes, em que três homens passaram a partilhar essa responsabilidade, sendo eles o ex-chefe da UDENAMO, União Democrática Nacional Africana de Moçambique Independente, Uri Simango, o ativista Marcelino dos Santos, e o comandante militar Samora Machel, que viria a ser eleito presidente da FRELIMO em 1970, altura em que, de forma paulatina, se começam a unir as fileiras desta organização e se começa a trabalhar a consolidação do grupo em torno dos ideais marxistas que batizaram o início do movimento (Pélissier, 1987).

É esta FRELIMO, mais coesa, mas ainda muito frágil, que sofre um duro embate por parte das forças armadas portuguesas num confronto preparado pelo comandante-chefe Kaúlza de Arriaga e que ficou conhecido pelo nome de Operação Nó Górdio. Tratou-se de uma campanha que teve por principal objetivo a eliminação das rotas de infiltração das guerrilhas independentistas da FRELIMO em todo o território fronteiriço da Tanzânia, com vista à destruição das bases permanentes desta organização no Norte de Moçambique. Só por via da eliminação destes postos de guerrilha era possível ao Governo de Lisboa levar a cabo o projeto de construção de uma central hidroelétrica em Cabora Bassa, no leito do Rio Zambeze, projetada desde 1966. Esta construção seria de muitas mais-valias para o Estado Novo e para as suas pretensões colonialistas, na medida em que favorecia o alargamento da penetração na economia política daquela região e também serviria de ponte à construção de vínculos entre a metrópole e outras potências europeias (Newitt, 1997).

Ao rol de vantagens que esta construção somava para o governo de Portugal, juntam-se ainda razões como a agregação de empresas agrícolas, pois novas terras cultiváveis seriam disponibilizadas, e a atração, por esta via, de colonos brancos para as zonas rurais, até agora mais fragilizadas em termos defensivos e mais expostas ao poderio étnico e tribal, permitiria reduzir a influência da FRELIMO nesses territórios (Newitt, 1997).

Salazar considerava que este projeto, por via das vantagens enumeradas, poderia constituir-se como um verdadeiro tampão às pretensões nacionalistas da FRELIMO e os resultados obtidos numa primeira investida armada pareciam confirmar isso mesmo, já que as bases operacionais da organização foram efetivamente destruídas e os guerrilheiros se viram forçados a dispersar. No entanto, a maior parte dos combatentes da FRELIMO conseguiu fugir, embrenhando-se pela fronteira Norte para a Tanzânia e pela fronteira Sul, que conduzia ao Malawi e à região de Tete (Newitt, 1997).

Após este primeiro sucesso, o Governo português mostrou-se reticente quanto ao investimento financeiro a disponibilizar para a referida construção e esta hesitação foi quanto bastou aos guerrilheiros fugidos da FRELIMO para se voltarem a infiltrar a partir de Niassa e de Cabo Delgado, resultando no fracasso da Operação Nó Górdio. Nos anos seguintes a esta contrarresposta (1972 e 1973), a FRELIMO intensificou as suas ações de guerrilha avançando para regiões moçambicanas onde a presença de comunidades e colonos europeus era significativa (Sofala e Manica), conseguindo, através destas investidas, amplificar o impacto das suas ações e destacar o seu grito independentista no cômputo internacional (Pélissier, 1987).

Para as comunidades urbanas de Sofala e Manica, fruto do resultado propagandista da máquina de Salazar, a FRELIMO era descrita como sendo um grupo desorganizado de terroristas que atuava longe, na selva, e que não constituía ameaça de facto. No entanto, esta propalada opinião mudou por força dos ataques que os homens liderados por Samora Machel fizeram na região. As Forças Armadas Portuguesas, que até então gozaram do mais alto prestígio junto destas comunidades, passaram a ser olhadas como incompetentes (MacQueen, 1998).

Num outro episódio, ocorrido também em 1973, a credibilidade, já de si bastante abalada do Governo português perante a opinião pública internacional face ao conflito em Moçambique, sofreu um duro golpe, de tal forma que o líder do partido trabalhista inglês chegou a mover uma moção que visava impedir o Presidente do Conselho do Estado Novo que sucedeu a Salazar, Marcelo Caetano, de visitar Inglaterra, tendo-se gerado manifestações

públicas em Londres de apoio a esta pretensão. Tudo se deveu ao facto de ter ocorrido um massacre de populações negras por parte do exército português na região de Wiriamu, que mereceu grande atenção por parte da comunicação social internacional (MacQuenn, 1998).

Desde este momento, intensifica-se a contestação internacional à guerra colonial portuguesa e o descontentamento grassa também entre as próprias Forças Armadas Portuguesas, sendo que, à medida que o descontentamento aumenta, também se agudiza a luta armada no território moçambicano e na Guiné-Bissau. Os esforços de descentralização e de dotação das colónias de autonomia progressiva, consagrados na revisão constitucional de 1971, parecem não surtir qualquer efeito. Marcelo Caetano, que assumiu o poder em 1968, após a morte de Salazar, não cumpre as expectativas de renovação que nele foram depositadas, mostrando-se cada vez mais agarrado à ideia de soberania portuguesa e justificando os seus intentos com as velhas teorias luso-africanas que já haviam servido a Salazar (Costa e Silva, 2002).

Por via destes obstáculos, e de todos os que fomos elencando, os moçambicanos receberam notícias da revolução em Portugal, de 25 de abril de 1974, com muita apreensão. Logo após a implantação da democracia em Lisboa e temerosos do que pudesse vir a acontecer, alguns altos comandos militares e o próprio Governador militar em Moçambique, promoveram ações de resistência e tentaram mesmo fechar o Aeroporto de Lourenço Marques, contudo esta operação fracassou. Durante as semanas seguintes, o clima de tensão foi-se intensificando e as tropas africanas do exército português davam notas de sérias preocupações com relação às consequências da mudança política da metrópole e à situação de incerteza a que as Forças Armadas Portuguesas estavam agora votadas (Pélissier, 1987).

Todos estes sentimentos de insegurança depressa migraram para o seio dos colonos portugueses. Neste período de instabilidade, e aconselhados pelo governo de Lisboa a limitar combates, o Movimento das Forças Armadas (MFA) começou a negociar acordos de cessar-fogo com os guerrilheiros da FRELIMO (Pélissier, 1987).

A par destes acontecimentos, marcados pela incerteza e instabilidade, ocorriam várias greves trabalhistas, que tinham por principal motivo o confronto entre os

trabalhadores negros e os patrões brancos, que afetavam de sobremaneira o sistema produtivo moçambicano, sendo que as docas e os caminhos-de-ferro chegaram a estar totalmente paralisados. Por meio destes movimentos de contestação juntou-se à instabilidade militar e política uma grave crise financeira, que se agudiza quando os colonos brancos começaram a abandonar o território em bandos de mais de mil por semana. Face a estas contingências, Moçambique, no pós-25 de abril, era o território da África portuguesa que mais instabilidade tinha (Costa e Silva, 2002).

A guerra em Moçambique terminaria em setembro de 1974, quando Portugal já era uma democracia. O acordo que estipulou a Paz, o célebre acordo de Lusaka, foi assinado no dia 7 daquele mês entre o Governo português e a FRELIMO. Ao abrigo deste acordo, formou-se um Governo de transição que era composto por ministros portugueses e outros nomeados pela FRELIMO sob a chefia de Joaquim Chissano (Costa e Silva, 200).

Apesar de ter sido fortemente impulsionada pelos motivos que justificaram a passagem de poder e a evolução política em Portugal, a paz e a independência de Moçambique (e demais colónias) não foi uma decorrência imediata da democracia em Portugal e teve que esperar meses até ser firmada porque o Movimento das Forças Armadas (MFA), que liderou a revolução portuguesa e que sempre defendeu o direito à autogovernarão das colónias, alterou o seu discurso no próprio dia 25 de abril de 1974, passando a falar em defesa das políticas ultramarinas com vista à promoção da paz (Pélissier, 1987).

Este virar de sentido discursivo aconteceu por força da Junta de Salvação Nacional (JSN), mas o MFA continuou a almejar o fim da guerra e o reconhecimento da independência nas colónias, contrariando as pretensões do General Spínola (primeiro Presidente da República após o 25 de abril e oriundo da JSN), que visava promover referendos entre as populações das colónias e encetar processos de autonomia progressiva, com vista a alcançar soluções integracionistas de âmbito federalista. Estes pretensiosismos haveriam de cair por terra após a intervenção da ONU, por meio de intensificação de pressões diplomáticas e políticas e da Organização da Unidade Africana – OUA (Pélissier, 1987).

Neste complexo e acelerado processo, sobressai a publicação, em julho de 1974, da Lei 7/74, através da qual se marca uma viragem histórica, tanto para Portugal como para as suas colónias, e se coloca um ponto final nas aspirações da JSN. Por via desta Lei foi, finalmente, reconhecido o direito à autodeterminação e à independência dos povos das colónias. A descolonização passou a ter lugar nos assuntos de Estado e até se criou um ministério com vista a garantir a regularidade e celeridade dos processos de independência de cada região, outrora ultramarina. A partir da promulgação da Lei 7/74, a FRELIMO reconheceu a mudança de estratégia do Governo português e mostrou-se disposta a negociar os termos da independência, exigindo que a transferência de poder lhe fosse passada após o período de governo de transição e que se reconhecesse a esta organização o papel de único porta-voz do povo moçambicano (Newitt, 1997).

Assim ficam estabelecidas as condições que permitiram firmar o acordo de Lusaka, mas neste acordo ainda muito estava por decidir quanto ao que haveria de ocorrer durante o período de transição, sendo que nem quanto à sua durabilidade as partes chegaram a acordo, uma vez que a FRELIMO queria que fosse muito rápido e os representantes do governo português, Mário Soares e Almeida Santos, pretendiam estende-lo o mais possível no tempo, sob o pretexto de preparar melhor a economia para o futuro daquele país independente e para que se pudessem estabelecer programas de formação de quadros da FRELIMO para virem a ocupar cargos de serviços públicos. A extensão do período de transição era também vista pelos portugueses como uma oportunidade para se acalmar os colonos brancos. Neste contexto e perante estas negociações, as partes acordaram que a data da independência de Moçambique seria a 25 de junho de 1975 (Pélissier, 1987).

No dia em que se assinou o acordo de Lusaka, entrou em vigor o cessar-fogo e na mesma data formou-se uma comissão a quem caberia a responsabilidade de supervisionar a libertação dos prisioneiros de guerra. Também se decidiu que durante o período de transição as Forças Armadas portuguesas permaneceriam no território, mas recolhidas às zonas urbanas e, como estas, também as polícias ficariam no território até ao dia da independência (Pélissier, 1987).

No entanto, apesar da independência, não se alcançou a sonhada paz. Na verdade, no dia 8 de setembro, um dia depois de firmadas as assinaturas em Lusaka, uma coligação de forças políticas, forças anti FRELIMO, provocou distúrbios em Lourenço Marques. Os movimentos nacionalistas que não apoiavam a organização moçambicana, que conduziu o processo de independência, começaram a dar conta da sua existência e a mostrar que não desejavam que o poder em Moçambique fosse tomado pelas forças da FRELIMO. Em pouco tempo, estas forças dissidentes organizaram-se de forma oficial, reunindo nas suas hostes os colonos extremistas, os antigos militares da União Nacional e antigos líderes de outros movimentos nacionalistas rivais, tendo-se autodenominado de Movimento Moçambique Livre. Como forma de vincar a disposição de contrariar o poder alcançado pela FRELIMO e de se mostrarem dispostos a lutar pelo direito à participação no governo do território, estes homens promoveram ações coordenadas e com estas conseguiram a libertação de vários agentes da Direção Geral de Segurança (ex-PIDE), que haviam sido presos já depois do 25 de abril. Por um espaço de tempo curto, esta nova força ocupou o aeroporto da capital moçambicana e tomou a Rádio Clube de Moçambique. No entanto, a rebelião durou pouco, tendo sido debelada com a ajuda da unidade de paraquedistas de Nampula, que se mostrou fiel ao MFA (Pélissier, 1987).

A extinção do movimento de confrontação não foi, no entanto, suficiente para acabar com o pulsar de tensão que esta deixou para trás e, aos poucos, este clima de instabilidade, que grassava na capital, espalhou-se por todo o país. Dele decorreram vários episódios de violência, muitas mortes, e a conseqüente instabilidade social e de segurança, que sempre surge quando a tensão e o medo se instalam. Com este crescendo de rebelião, o sentimento de vulnerabilidade da minoria branca aumenta exponencialmente (Cahen, 2010).

Foi perante este cenário que o governo de transição tomou posse e, após alguns meses, conseguiu atenuar a instabilidade e gerir com alguma coerência ao longo de todo o período transitório⁷. No dia previamente marcado para a celebração da independência de

⁷ O governo de transição moçambicano foi constituído por seis ministros nomeados pela FRELIMO e três ministros apontados por Lisboa, sendo o primeiro-ministro um homem da FRELIMO (Joaquim Chissano). Ao lado do primeiro-ministro, e com poderes análogos, laborava um alto comissário nomeado por Portugal, Vitor Crespo. Este alto comissário também assumiu a patente de comandante do exército conjunto da FRELIMO e Portugal. Esta formação militar não tinha poderes sobre o governo provisório, mas podia promulgar decretos (Costa e Silva, 2002).

Moçambique, a 25 de junho de 1975, Samora Machel assume o cargo de Presidente da República Popular de Moçambique (Costa e Silva, 2002).

1.5. MOÇAMBIQUE INDEPENDENTE E SOCIALISTA

Inaugurava-se, a 25 de junho de 1975, o contexto pós-colonial de uma nova nação e começava naquele imaginário coletivo a construção da moçambicanidade, que logo ali já se destacava das demais ex-colônias que falavam português, por ser a representatividade de um intrincado tecido social, onde inúmeras identidades culturais se cruzavam (Santos e Meneses, 2006).

O projeto da nova nação foi idealizado durante o processo de independência e viria a ser reformulado pela centralização do poder pelo partido-Estado, para depois voltar a ser gradualmente redesenhado em função das necessidades da abertura dos mercados na década de 1990 e do modelo neoliberal de governação na atualidade (Santos e Meneses, 2006).

Os primeiros anos da nação independente foram anos eufóricos, e esta era uma euforia que se escondia na sombra da guerra e do poder centralizado nas mãos de um só partido. Assim que os portugueses abalaram do território, a FRELIMO governou, ciente de que caminhava de vitória em vitória. No entanto, governar Moçambique no pleno da sua territorialidade e na conjuntura desse tecido social múltiplo de etnias e subculturalidades não era, nem de perto nem de longe, a mesma coisa do que administrar pequenas parcelas de território libertado. A gestão de um país no seu todo, que chega às mãos dos novos governantes com o papiro de uma herança colonial complexa, implica a reconstituição radical do poder (Meneses, 2015), assim como a capacidade de se tomar novos caminhos, baixando armas e passando a manusear esferográficas com mestria e em concordância com a evolução dos tempos.

Os primeiros meses da administração da FRELIMO, no entanto, vieram mostrar que os novos governantes continuavam de armas empunhadas e, desta vez, apontadas para os proprietários privados. Em pouco mais de um mês da administração de Samora Machel, o sistema judicial, a medicina, a educação e os serviços funerários, já estavam nacionalizados,

no seguimento da política anunciada de anti-privatização, através da qual se tentou eliminar a maior parte das empresas privadas do território e se congelaram as contas bancárias dos empresários e empreendedores (Hanlon, 1984).

Quando a nação moçambicana nasceu, os seus cofres de Estado eram parques em recursos, tendo herdado um défice crónico na balança de pagamentos. Não obstante, o novo governo alcançou progressos rápidos e significativos, em parte por força das expropriações efetuadas, sendo que em pouco mais de cinco anos Moçambique era apontado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como um exemplo para os países do terceiro mundo ao nível do sistema de cuidados de saúde e de prevenção de doenças. O progresso verificado ao nível da saúde também encontrava par nas áreas da educação e da habitação (Hanlon, 1984).

Pouco depois da independência, também a nível político se verificaram alterações, já que o partido FRELIMO, “força dirigente da sociedade e do Estado”⁸, se assumiu como partido de vanguarda Marxista-Leninista e se propôs a mobilizar as massas para a empreitada de construção de uma democracia popular que pudesse ajudar a conduzir o povo ao ideal do Socialismo (Cabaço, 2009). Nesta conjuntura política era impossível fazer-se a distinção entre o que era o Partido e o que era o Estado, sendo que esta separação era apenas possível do ponto de vista teórico, daí que vulgarmente se designe de Partido-Estado.

Com vista à obtenção destes objetivos socialistas, e logo em 1978, foram-se criando grupos dinamizadores, uma espécie de organizações de base da sociedade, que mais não eram do que células do partido, que passaram a ter lugar em todas as empresas e repartições públicas para impulsionar a produtividade e para, de forma imiscuída, irem promovendo a discussão da ideologia Marxista-Leninista. Alguns destes grupos dinamizadores também intervencionaram nos bairros residenciais, visando mobilizar residentes para a realização de várias tarefas como, por exemplo, a limpeza das ruas ou a vigilância popular e até mesmo a ajuda na alfabetização do povo. Da mesma forma, foram sendo criadas células do partido que intervencionaram na universidade, nas fábricas, escolas, e noutros lugares, com vista a propagar e enraizar as orientações da FRELIMO e a controlar a metodologia de trabalho,

⁸ Assim se classificaram no 3º. Congresso do Partido realizado em 1977 (Cabaço, 2009).

colocando um ponto final definitivo nos hábitos que prevaleciam do tempo colonial (Costa e Silva, 2002).

Nos primeiros anos de vida de Moçambique independente, a economia do território sofreu um abalo catastrófico pois, com a saída dos portugueses, os setores vitais da economia colapsaram, tendo o comércio e a agricultura saído bastante fragilizados desta debanda de colonizadores. Segundo Kruks, a *débaçle* económica deste novo país teve como explicação a aludida partida dos portugueses rumo à metrópole, mas também a fuga de capitais e vários atos de sabotagem deliberada em muitas das plantações até então existentes. Muita da maquinaria que suportava as produções, nomeadamente os sistemas de rega, foi deliberadamente destruída. Muitos animais foram abatidos e as produções existentes foram estrategicamente retiradas dos mercados para que quem ficasse sofresse de escassez alimentar (Kruks, 1987).

Vale recordar que estes atos de destruição dos instrumentos de produção não ocorreram de forma gratuita, tendo resultado de sucessivas campanhas movidas contra o novo regime governamental ainda durante o tempo da governação portuguesa, na época em que se debatia a continuidade ou descontinuidade colonial do país. De facto, e tal como lembra Rocha Pombo, citando Bragança e Wallerstein (1978) e Rita-Ferreira (1988),

Após tentativas de negociação para uma transição política favorável a Portugal “buscando dividir e seduzir as pessoas com meias promessas” (...) os dirigentes coloniais chegaram o ponto de, em suas linhas de transmissão, decretar a total falência do novo regime antes mesmo da sua implantação, buscando difundir ainda a ideia de que o governo da FRELIMO estava propenso a confiscar imediatamente os bens de todos residentes brancos de Moçambique assim que possível por puro revanchismo racial (Rocha 2018: 256).

Em resultado destas tentativas de minar na base os independentistas, “muitos brancos entraram em pânico face à perspectiva de serem governados por ‘terroristas’” (Minter, 1998: 125-126) e assim, não só destruíram o que não podiam levar consigo, como deixaram Moçambique delapidado de saber-fazer, já que era no seio da minoria branca que se

encontravam os altos funcionários e os melhores quadros, tanto da administração pública como da administração privada (Minter, 1998).

Como forma de responder a esta situação, a FRELIMO ocupou as indústrias e empresas abandonadas, alargando mais do que inicialmente previsto a quota de valores da coisa pública. O colapso das relações comerciais entre o setor comercial e urbano foi inevitável e a produção de bens alimentares também se ressentiu do facto do Estado ter passado a dirigir toda a sua atenção para as herdades tomadas para o setor público em detrimento do setor familiar (Minter, 1998).

Ao longo dos primeiros cinco anos do pós-independência, o número de desempregados na região Sul de Moçambique subiu drasticamente, pois o Governo Sul-africano reduziu para mais de metade a quota de trabalhadores emigrantes autorizados a laborar no setor mineiro e, assim, com vista a reduzir o impacto económico desta decisão, o governo da FRELIMO decidiu incrementar a produção agrícola naquela região, autorizando, simultaneamente, a continuidade do fluxo migratório, apesar da expressiva redução que este havia sofrido. As políticas agrárias do Governo de Samora Machel para aquela região, viriam, no entanto, a geminar em focos de descontentamento popular, pois foram criadas aldeias comunais e os trabalhadores obrigados a ali viverem, deixando para trás as suas famílias e locais sagrados e tendo que passar a viver de forma coletiva, num sistema de corporativismo produtivo (Cabaço, 2009).

A tensão social teve ainda como causa para os frequentes atritos que se registavam entre as classes favorecidas e os menos favorecidos, os brancos e os negros, e os portugueses que foram ficando, o facto dos militares e os polícias terem adotado uma atitude de inércia no período imediatamente a seguir à independência, não obstante os acordos estabelecidos entre a FRELIMO e Portugal que previam que estas forças ficavam no território para ajudar a assegurar a paz.

A “ausência” dos militares da função de manutenção da lei e da ordem e a conseqüente substituição dessa função por autoridades administrativas e policiais locais, foi iniciativa suficiente para

proporcionar desordens, atos de violências e saques a cantinas e estabelecimentos comerciais no meio rural. A destruição, encerramento ou ocupação desses comércios e outras atividades produtivas em posse de indivíduos de origem asiática e de pequenos agricultores locais, causaram um primeiro êxodo de pessoas, em geral do campo para as cidades, com igual fuga em massa e transferência do pessoal especializado dos complexos agroindustriais e de empresas privadas para países vizinhos, bem como para Portugal e Brasil (Rita-Ferreira, 1988: 130-131).

Também do ponto de vista político e geoestratégico foram encontrados obstáculos difíceis de contornar, como foi o caso das relações com a Rodésia do Sul, que começaram com o fecho de fronteiras com aquele país e com o corte de relações económicas, em decorrência do apoio evidente que a FRELIMO prestava à União Nacional Africana do Zimbabué (ZANU).⁹ Esta decisão da FRELIMO viria a despoletar sérias consequências na economia rodesiana, uma vez que a rota comercial do corredor da Beira, que incluía a linha de caminhos-de-ferro, a estrada e o oleoduto que ligava o porto da Beira a Salisbúria,¹⁰ era muito importante para o Governo Rodesiano, que, recorde-se, não tinha acesso ao mar (Costa e Silva, 2002).

Por via destes acontecimentos e como meio de retaliação, o Governo branco da Rodésia passou a fazer frente ao Governo moçambicano, encetando ataques concretos em estradas, pontes e colunas de abastecimento, dentro do território de Moçambique. Para além disso, os rodesianos prestaram-se a oferecer apoio ao grupo de elementos que mais tarde viram a constituir o grupo guerrilheiro da Resistência Nacional de Moçambicana - RENAMO.¹¹ Deste movimento, que viria a ser o segundo partido político moçambicano,

9 Organização militante que lutou contra o governo da minoria dominante branca na Rodésia (como previamente se chamava o atual território do Zimbabue), durante o período colonial da história do Zimbabue, nome com o qual foi batizado o território da Rodésia, pelo seu primeiro-ministro eleito, em 1979, nas primeiras eleições participadas pela maioria negra, o bispo Abel Muzorewa.

10 Salisbúria era o nome da cidade capital da Rodésia. Atualmente, esse território tem a designação de Harare, é a cidade capital e a cidade mais populosa do Zimbabue.

11 Primeiramente conhecida pelo nome de Movimento Nacional de Resistência, a RENAMO viria a tornar-se no segundo maior partido político de Moçambique. Esta organização política surgiu como expressão de uma reação interna e externa às políticas do único partido no poder, a FRELIMO, e viria a constituir-se como movimento de forças armadas para encetar uma guerra civil em Moçambique. A RENAMO foi um grupo

faziam parte alguns membros das hierarquias militares da Rodésia e alguns portugueses, incluindo alguns ex-membros da ex-PIDE-DGS, que se haviam retirado para a Rodésia após a tomada de posse da FRELIMO. Aliaram-se também a este movimento vários moçambicanos libertados dos campos de reeducação, que existiam próximo da fronteira com a Rodésia, e alguns ex-membros da própria FRELIMO, que tinham sido expulsos, e outros condenados sob acusações de atos de corrupção. Muitos dos elementos que aderiram a esta formação fizeram-no porque não concordaram com a adoção do marxismo-leninismo como modelo político-ideológico do Estado, tendo sido forçados a deixar o país numa fase inicial, sendo que outros viriam a abandonar o território já nos anos 80, desalentados com os insucessos político-económicos da FRELIMO) (Meneses, 2015).

A RENAMO tinha como principal objetivo a criação de entraves ao desenvolvimento económico de Moçambique para, através desta destabilização, enfraquecer a FRELIMO. Estes objetivos mostravam-se compatíveis com as aspirações da Rodésia, pelo que foi fácil aos fundadores do partido opositor moçambicano granjear apoio junto das autoridades daquele país. Do apoio prestado à RENAMO por parte do governo da Rodésia conta-se a colaboração na fundação de uma difusora de rádio (Voz da África Livre), que assumiria o importante papel de difusão de propaganda antigovernamental (Cortês, 2018).

Este mal-estar entre a Rodésia e a FRELIMO, que não deixaria de apoiar a luta pela libertação do Zimbabué até a vitória da ZANU (PF), de Robert Mugabe em 1980, foi o empurrão necessário aos opositores moçambicanos do partido do governo para o despoletar de uma guerra civil que só haveria de terminar em 1992. Para a Rodésia, Moçambique independente governado por um regime saído diretamente do movimento de libertação, representava dois perigos fundamentais: o alargamento da fronteira rodesiana a um regime hostil, que assim ficava mais exposta à infiltração da guerrilha nacionalista, e a ameaça ao acesso ao mar através do porto e do Corredor da Beira. Este profundo desentendimento entre a FRELIMO e a Rodésia poderia ter-se transformado num embate entre duas regiões, ou países, mas torna-se num confronto armado interno, porque em Moçambique existia um grande número de pessoas que não estavam satisfeitas com o regime (Agostinho, 2011).

contrarrevolucionário, criado, treinado e armado na Rodésia, pelas autoridades rodesianas e apoiado igualmente pelo regime do Apartheid Sul-Africano (Coelho, 2009).

É, pois, preciso perceber as razões do descontentamento de alguns moçambicanos, sendo que estas razões estão, segundo Menezes, relacionadas com a estratégia económica da FRELIMO, com a diminuição do fluxo de migração dos mineiros para África do Sul, com as perdas que ocorreram por via das sanções impostas à Rodésia, e também com o facto de Moçambique ainda viver no rescaldo de uma guerra anterior, a colonial, na medida em que haviam muitos dissidentes da FRELIMO descontentes e vítimas de repressão desencadeada depois da independência e muitos moçambicanos ainda estavam comprometidos com o *modus operandi* do regime colonial (Menezes, 2015).

Também importa muito para esta equação explosiva, o facto de durante a guerra colonial se terem formado movimentos de guerrilha de cariz étnico-regional, que vieram a ter dificuldades de integração na nova ordem criada após a independência e encontraram as portas abertas no processo de criação da futura RENAMO (Souto, 2003).

Com o clima de guerra civil instalado, o início dos anos 80 em Moçambique não foi auspicioso, sendo que, por esta altura, se intensificava o contexto de recessão no mundo capitalista e a Guerra Fria, juntamente com a guerra não declarada da destabilização (Souto, 2003).

A RENAMO conquistava, a par e passo, maior espaço de manobra no interior do país e, aos poucos, somava influência junto de vários quadrantes da sociedade moçambicana. Nestes avanços e recuos de confrontos civis, a morte assumiu um papel de protagonismo sério e pungente, pois muitas vidas iam-se perdendo neste caminho tortuoso, e a fome se fazia sua companheira, contando-se, por volta daquela data, cerca de 250 mil pessoas a viverem em contexto de fome extrema no sul do país e mais de 100 mil cruzaram a fronteira com a Rodésia em busca de comida. Do mesmo modo, também as infraestruturas económicas e sociais do país foram fortemente atingidas pelo défice da gestão estatal e pelas próprias incursões armadas da RENAMO (Munslow e O’Keefe, 1984).

Como se toda esta conjuntura negativa não bastasse, o país era ainda assolado, de quando em vez, por intempéries naturais, sobretudo cheias, que varriam, em particular no

sul do território, todas as estruturas que lhe apareciam pela frente. A crise que grassava Moçambique e que atrasava a construção do desejado Socialismo era, por tudo o que fomos relatando, uma imensa crise orgânica, uma crise total das estruturas do país, que minava o poder e a legitimidade dos governantes e paralisava a economia, forçando os responsáveis governamentais a impor as suas diretrizes por meio da força (Thomaz e Nascimento, 2012).

Com vista a corrigir lacunas e erros do passado, a FRELIMO leva a cabo, em abril de 1983, um 4º Congresso do partido, donde saíram orientações que incitavam as instituições públicas a prestar mais apoio ao setor familiar e ao setor privado e a tomar novas medidas com relação ao setor agrário onde, perante o reconhecimento do erro de sobrevalorização das herdades estatais, se sentiu a necessidade de dar mais atenção aos produtores civis. Num outro extraordinário recuo face aos preceitos ideológicos, a FRELIMO decide também priorizar o pragmatismo económico em detrimento das ideias marxistas, que antes perseguia, tentando, por esta via, corrigir os desequilíbrios económicos do passado (Menezes, 2015).

Segundo Menezes, estas medidas pecaram por tardias, pois o descontentamento das populações rurais, profundamente justificado no horror dos massacres que a RENAMO tinha perpetrado junto das populações, já se havia generalizado e já muitas centenas de pessoas haviam fugido para as cidades, refletindo-se, este êxodo forçado, num aumento exponencial de desemprego urbano (Menezes, 2015).

Atingida profundamente pela guerra civil e pela crise, a FRELIMO passou a assumir uma posição política suportada no autoritarismo e muitas vezes se apresentou contraditória, caracterizando-se cada vez mais, a cada ano que passava, pela promoção do culto da personalidade a Samora Machel (Costa e Silva, 2002).

Pressionado pelo colapso iminente da economia, o partido do poder viu-se forçado a negociar um “pacto de não-agressão e boa vizinhança”, conhecido por acordos de NKomati com a África do Sul, visando, por meio deste, reduzir a ameaça militar e manter um canal internacional de ajuda ao seu povo mais necessitado.¹² Os retrocessos ideológicos que a

¹² Os acordos de NKomati firmaram-se em março de 1984, e contaram, para a sua concretização, com a intermediação dos Estados Unidos da América. Neste acordo, os sul-africanos comprometeram-se a limitar as atividades da RENAMO e o governo de Moçambique assumiu a responsabilidade de impedir o African

realização deste acordo representava para a FRELIMO redundaram num clima total de autoritarismo por parte destes governantes que chegaram, inclusive, a proibir manifestações de opinião pública sobre o regime racista do Apartheid da África do Sul (Thomaz e Nascimento, 2012). Assim, o Estado de Moçambique assumia um papel de dominador perante a sociedade, exercendo o poder de forma coerciva e assistindo ao intensificar da guerra que o confrontava, o que denunciava o insucesso dos acordos de Nkomati. Pela mesma via, também a economia continuava o seu processo de definhamento e o culto de personalidade de Samora Machel assumia proporções perigosas (Thomaz e Nascimento, 2012).

Foi no quadro dos seus esforços de busca de paz para Moçambique e para a região, que o Presidente Samora Moisés Machel viria a perder a vida, vítima de um acidente de aviação em 19 de Outubro de 1986.¹³

Era chegada a hora de se assumir o ponto de viragem, começando-se pelo reconhecimento dos falhanços do 4º Congresso da FRELIMO e do pacto de boa vizinhança com os sul-africanos, que afinal não resultaram no abrandamento das ações da RENAMO, porque estes passaram a operar cada vez mais dentro do território, a partir das suas bases, interagindo de uma maneira ainda mais significativa com as populações locais.

Assim, pressionado pela falta de alternativas e já classificado como um dos países mais pobres do mundo, Moçambique filia-se, em setembro de 1984, no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial, o que resulta na liberalização do mercado para alguns produtos agrícolas e no fim das fazendas do Estado, como forma de atender às condições impostas pelos EUA em troca de apoio humanitário. Três anos após a integração no FMI, os frutos desta mudança no sentido político e de relacionamento internacional da FRELIMO começam a ganhar visibilidade, sobretudo porque nesse ano, 1987, se lança um

National Congresso – ANC, de lançar ações militares a partir do solo moçambicano (Thomaz e Nascimento, 2012).

¹³ A morte do Presidente Samora Moisés Machel ocorreu a 19 de outubro de 1986, vítima de acidente de aviação, quando o Tupolev 134A se despenhou em território sul-africano, na região de Mbuzini. As investigações sobre este acidente são, ainda, inconclusivas, o que tem dado espaço a várias especulações que referem que pode ter-se tratado de terrorismo de Estado, engendrado pelo regime do apartheid (Dava, António, Lemia, Mudender, Wane, Mazuze, Lopes, Aminagi e Lopes, 2014).

programa de ajustamento estrutural que prevê modificações a todos os níveis do modelo de desenvolvimento do país, nomeadamente:

- 1) A reversão do declínio produtivo e a garantia de um rendimento para toda a população, através do qual também se visava a promoção do consumo;
- 2) A redução substancial dos desequilíbrios financeiros domésticos e o fortalecimento das reservas e contas externas;
- 3) A otimização da eficiência e o estabelecimento de condições favoráveis ao retorno aos mais altos níveis de crescimento económico, quando se verificasse a cessação dos constrangimentos exógenos;
- 4) A reintegração do mercado oficial e paralelo;
- 5) O restabelecimento de relações financeiras conciliadoras com comerciantes e credores (Hermele, 1990).

1.6. O MULTIPARTIDARISMO E A ECONOMIA DE MERCADO

Com o fim da Guerra Fria, no final da década de 1980, e a consequente eliminação da bipolarização do mundo, a FRELIMO viu cair por terra apoios internacionais importantes, como os que tinha até então da parte dos países de Leste e, com isto, reduziram-se drasticamente as esperanças de sucesso face ao conflito com a RENAMO e, em paralelo, também não se somavam melhorias evidentes, apesar de alguns êxitos pontuais no plano económico, mesmo após a implantação das medidas estipuladas pelo plano e reconstrução económica (Bruck, 1998).

Assim, e face à cada vez maior dependência da ajuda internacional para sobreviver, o partido do governo moçambicano, em 1989, organiza mais um congresso, o 5.º, onde declara o abandono da ideologia marxista-leninista e prepara as linhas mestras de uma reforma política, que abre caminho à publicação de uma nova Constituição da República, em 1990, onde nasce o sistema político multipartidário (Bruck, 1998).

Daqui, parte-se para a abertura de negociações com a RENAMO e, em outubro de 1994, são assinados entre estas partes os acordos gerais de paz e cessar-fogo, que vieram garantir a criação de uma plataforma para a realização de eleições multipartidárias, a desmobilização das tropas de guerrilha e a constituição de um novo exército nacional (Menezes, 2015).

Deste período e destas primeiras eleições, que a ONU acompanhou de perto, ficou o registo das palavras do representante especial desta organização internacional, que em declarações proferidas na altura, classificou o ato eleitoral como “as melhores eleições alguma vez realizadas em África” (MNA, 2001).

A partir deste momento registou-se uma ligeira melhoria económica, tendo este setor registado taxas anuais de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) real de 8,2%, segundo dados divulgados pelo Banco Mundial (2005). No entanto, Moçambique continuaria numa tendência que se mantém até aos dias de hoje, ao ser classificado como um dos países mais pobres do mundo e que, portanto, nunca deixou de precisar de ajuda e de apoios financeiros internacionais.

Uma esperança de alteração deste cenário emergiu no início do século XXI, quando se descobriram importantes recursos naturais (jazigos de gás e carvão, considerados dos maiores do mundo), que motivaram o investimento direto estrangeiro (IDE) em megaprojetos de exploração. Segundo Masha e Ross, estes investimentos foram principalmente direcionados para “grandes atividades isoladas, intensivas em capital e controladas maioritariamente por investidores estrangeiros, que assentam na extração de recursos e/ou importação de bens intermédios e que exportam a quase totalidade da sua produção” (Masha e Ross, 2012: 9).

O processo de planeada transformação económica, que apesar de manter o foco na produção agrícola não se coibiu de abrir portas a estrangeiros empreendedores e multinacionais interessadas na exploração do gás natural liquefeito, continuou, no entanto, a não alcançar o tão almejado desenvolvimento, tendo o governo da FRELIMO caído num

enorme escândalo financeiro internacional de endividamento e corrupção, que tem início em 2013, conhecido por “dívidas ocultas”, que ainda se desenrola nos tribunais nacionais e estrangeiros.

O escândalo envolve suspeitas de delapidação do Estado moçambicano em cerca de 2,3 mil milhões de euros, angariados junto de bancos internacionais sem a autorização do Parlamento. Entre os arguidos estão altas individualidades do país, incluindo Armando Ndambi Guebuza, filho mais velho do antigo chefe de Estado Armando Guebuza, e o ex-diretor-geral dos serviços de inteligência, Gregório Leão (<https://pt.euronews.com/>).

Deste modo, e até praticamente à atualidade, a estrutura basilar da economia moçambicana continua a ser a agricultura de subsistência, que até 2010 dava emprego a cerca de 80% da população e se caracterizava pela sua baixa produtividade, baixo grau de sofisticação tecnológica e completa vulnerabilidade aos desastres e catástrofes naturais que não cessaram de ocorrer. Os produtos agrícolas que melhor caracterizam este setor de produção em Moçambique são o tabaco, o açúcar e o algodão. Estes produtos têm um baixo índice de representatividade na escala de exportações do país (sendo que Portugal é o principal comprador destes bens) e como não se constituem como produtos da pirâmide alimentar, Moçambique continua a ter que importar a maior parte da comida que consome (Santos, Roffarello e Filipe, 2015).

No contexto económico da modernidade moçambicana, de que aqui só replicamos uma pequena súpula de caracterização, também se verificaram progressos ao nível da desregulação da entrada e saída de empresas e da proteção dos direitos de propriedade, sendo que a legislação com vista à melhoria dos direitos dos investidores foi melhorada e também empreendeu um processo de diminuição da burocracia necessária ao estabelecimento de novos negócios. Por esta via, e tal como afirmou o Banco Mundial, Moçambique passou a ser um dos países da África Subsariana com melhor acolhimento ao investimento estrangeiro, estando até muito acima, neste parâmetro em concreto, de Angola, segundo o relatório *Doing Business* do Banco Mundial (World Bank, 2014).

Por meio destas observações depreende-se, tal como também sustentam Masha e Ross, que apesar das suas óbvias e fortes debilidades, a economia moçambicana, depois da transição, tem-se mantido fiel aos cânones ocidentais, seguindo num caminho sustentado de crescimento, a que ainda faltam palmilhar os trilhos da inclusão, por forma a que todos os cidadãos deste país possam beneficiar de igual forma do progresso e, de uma vez por todas, abandonar as agruras da pobreza que de tão longínqua e profunda parece ser uma marca identitária daquela realidade (Masha e Ross, 2012).

O abandono formal da identidade socialista que lhe batizou o nascimento e atrapalhou a implantação e crescimento, permitiu à FRELIMO adotar um posicionamento democrático liberal que impeliu a transição da economia centralizada, e em perfeito descalabro, para um novo modo de negociar e criar riqueza, sustentado em mecanismos de mercado que copiaram os seus moldes de atuação da velha Europa, que tanto se tinham esforçado por esquecer (Dinerman, 2007).

Neste momento cronológico da sua história, Moçambique dá um novo passo no seu processo de construção da sua identidade nacional, abraçando e repelindo de forma quase simultânea os laivos de colonialismo que parecem ter estado e ficado para durar. Não é por acaso que, alguns anos mais tarde, já no novo século, em 2006, o então Presidente moçambicano, Armando Guebuza, partidário da FRELIMO, classifica o acordo conseguido com o velho opressor colonialista, em relação ao controlo de uma das maiores barragens de África (a Barragem de Cahora Bassa), como uma extraordinária vitória e, nas suas palavras, um grito de “segunda independência”. A propósito deste episódio, Patraquim haveria de o descrever assim: “não é propriamente a devolução do canal do Suez transposta para o século XXI, mas, a julgar pela fanfarras e pela retórica autocelebrada da FRELIMO, assim parece.” (Patraquim, 2006: 2).

De facto, e apesar da mudança radical do sentido ideológico do partido, o discurso efusivo de vitória perante tão grandes e litigiosas batalhas com o governo de Portugal em torno da barragem, vieram trazer à superfície do debate acerca do que é a identidade do país Moçambique, as velhas e escondidas pretensões do movimento de libertação do

colonialismo, de fazer do território o espelho onde a cultura e a gênese do povo se traduzem numa moeda cujas faces são a identidade e a alteridade.

Tudo isto respalda para uma identidade contrastiva e que serve mais o propósito de garantir a afirmação do nós perante os outros, do que, propriamente, estimular a procura de elementos de reconhecimento de convergências e da construção de uma identidade autodeterminada, em permanente dialética com o passado e com o Outro (Cabaço, 2009). Poderá esta visão ser a explicação para o facto da FRELIMO nunca ter reconhecido a Moçambique a multiplicidade de etnias e de cores que a foram compondo aos longo dos séculos?

Em Moçambique, como noutros países de África colonizados, a realidade social e identitária continua a transportar uma aura de conflitualidade social e psicológica, explicada pela dualidade patente entre a pretendida identidade nacional unitária e a vida real dos cidadãos, ainda tantas vezes confrontados com questões e divisões de antecedência étnica e geográfica, e com a ambiguidade do passado dominado pelo colonizador e a dependência ao mercado que as antigas potências metropolitanas controlam com mestria (Menezes, 2015).

Cessadas as barreiras da fronteira armada entre a “nossa zona” e a “zona do inimigo”, o governo de Moçambique, em representação de todo o seu povo, vê-se perante variáveis de governação infinitamente mais complexas do que a gerência de um exército de libertação, pois passou a ter pela frente a tarefa de consolidar a correlação de forças que a independência consagrou e, num primeiro momento, como vimos, optou por contrariar os privilégios herdados, o que desencadeou reações emocionais e deu origem à construção da identidade por oposição, do nós e dos outros (Menezes, 2015).

Partiu-se neste momento para a construção de uma linha de separação sociocultural que foi ganhando forma e força, e raízes que a fazem perdurar até aos dias de hoje. O plano maior desta distância observa-se entre as elites urbanas, a quem cabe a gestão e controle do poder político e que atualmente estão em risco de optar pela referência identitária universalizante que acompanha a globalização, e as populações das zonas rurais (que a história de Moçambique, tanto do antes como do depois da independência, nunca viu com

os mesmos olhos) que são, de facto, objeto de marginalização por parte dessa mesma globalização que, de uma forma invisível, é agora a nova colonizadora do país (Rocha, 2018).

Por via desta dualidade, a atual representação coletiva da moçambicanidade não é a mesma em todos os setores populacionais, sendo que no âmbito urbano é possível encontrar elementos afirmativos de uma identidade coletiva, mas, nas zonas rurais, a identidade do povo só pode ser descrita enquanto espelho da ligação ao Estado e aos seus símbolos de demarcação de poder. Quer isto dizer que, no seio das comunidades étnico-regionais rurais, o Estado não se apresenta como a expressão de uma identidade homogénea e coletiva, mas sim como uma identidade supra, a quem cabe a gestão de burocracias e o assegurar de segurança coletiva em tempos menos bons. Trata-se de uma visão de superioridade e de respeito que o Estado tem, muito similar à visão que era imposta pelo branco colonizador aos indígenas do início do século XX, e é por isso que em Moçambique, nas suas zonas rurais, ainda se ouve com frequência expressões como “fulano foi à Nação”, quando se quer dizer que alguém foi à capital, porque é lá, em Maputo, que a identidade de Moçambique está (Newitt, 1997).

Serviu este capítulo de enquadramento histórico para, ainda que de forma muito sumária, contextualizarmos o percurso sócio-político-económico e cultural de Moçambique, que nos permitirá agora entrar na discussão teórico-conceitual central a esta tese, da colonialidade e decolonialidade que abordaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

**ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL – COLONIALIDADE E
DECOLONIALIDADE**

2. INTRODUÇÃO

Tal como a maioria dos países do continente Africano, Moçambique é um país de grande diversidade cultural. Ao conquistar a independência, em 1975, após quase quinze anos de guerra contra os portugueses, os líderes moçambicanos tentaram de uma forma muito pragmática eliminar a língua Portuguesa, ou seja, a língua do colonizador, mas tornou-se uma tarefa impossível, já que Moçambique detinha uma variedade de línguas com importância regional, mas a única de alcance nacional era e é o português (Rocha, 2018).

Em Moçambique, na realidade, existem 43 idiomas, dos quais se destacam o Macua, Tsonga (shangaan), Sena, Lomwe, Chuwabu e o Nianja. O Tsonga, por exemplo, é falado pela etnia de mesmo nome, que está espalhada por Moçambique, África do Sul, Zimbabué e Suazilândia. A língua Nianja, por sua vez, é falada pela etnia chewa e mais alguns povos próximos a eles, isto na Zâmbia, Zimbabué, Moçambique e Malawi onde constitui a língua oficial (Rocha, 2018).

Assim, só 40% dos moçambicanos dominam a língua portuguesa, no entanto a literatura do país é feita predominantemente em Português, e é bastante forte, tendo nomes de peso como José Craveirinha, Paulina Chiziane e Mia Couto. Na pintura destaca-se o nome de Malangatana Ngwenya, ou simplesmente Malangatana, um dos expoentes da pintura africana moderna, responsável por temas típicos, utilizando cores vivas destacadas e usando das formas curvas e da quantidade de figuras humanas (Cabaço, 2007).

Além da influência portuguesa, Moçambique está bastante ligado à Índia e ao Oriente Médio. Acredita-se, por exemplo, que o nome "Moçambique" é a forma aporuguesada Musa al Bik, o nome de um antigo xeque árabe que viveu no norte da Ilha de Moçambique. No fim do primeiro milênio, os povos bantu locais já negociavam maioritariamente com os povos persas, árabes e somalis, e como prova disso a região norte de Moçambique ainda hoje continua muito ligada à zona de cultura e língua Swahili (combinação de matizes leste-africanos e árabes), dividindo traços similares com os povos do Quênia, Tanzânia e Uganda. A atual cidade Nova Sofala é descendente da cidade de Sofala, que foi fundada por volta do ano de 700 por navegantes e mercadores somalis, era muito frequentada por árabes e persas. Atualmente, Moçambique abriga uma importante comunidade indiana (Cabaço, 2007).

Uma das características importantes dos países africanos, é a sua musicalidade e a sociedade moçambicana não fugiu à regra. O país tornou-se um dos primeiros, em 1930, ao sul do Saara a registrar em disco os seus estilos e entre os territórios de língua portuguesa, apenas Brasil, Portugal e Goa iniciaram antes a gravação de música. É exatamente nesse período (1930-1940) que se desenvolve a marrabenta, estilo musical urbano de Maputo (então Lourenço Marques), influenciada pelo uso do violão aplicado à música tradicional do tsonga, sendo que alguns deles, como Feliciano Gomes, Aurelio Kowano e Nacio Makanda, deixaram bastante material gravado (Cabaço, 2007).

Face a esta apresentação cultural do povo de Moçambique, neste capítulo a identidade que pretendo analisar é a identidade coletiva dos Moçambicanos, alargando a sua contextualização às suas relações, entre as distintas formas envolvidas no campo e relações laborais, da gestão das relações com as autoridades, passando pelas suas visões académicas, para chegar ao conceito de colonialidade e decolonialidade, e de que forma estes conceitos nos poderão ajudar a compreender as relações empresariais do pós-independência.

2.1. IDENTIDADE CULTURAL: ENCONTROS E DESENCONTROS DA COLONIZAÇÃO

Conforme vimos acima, os processos de identidade nacional e das diversas identidades subnacionais (ou quiçá supranacionais) existentes em Moçambique constituem uma questão importante no desenvolvimento das discussões que aqui temos levantado, pelo que se afigura necessária aqui uma reflexão sobre identidade/s para podermos perceber o contexto de interculturalidade que abordamos no caso de Moçambique.

O conceito de Identidade nada tem de simples, revestindo-se de complexidade, sobretudo pelo facto de estar relacionado com um amplo campo de utilizações e interpretações. A identidade é um conceito que em primeira dimensão se aplica aos indivíduos, na sua singularidade, e é nessa perspetiva que frequentemente se entende.

Variável do latim *identitas*, este termo, define-se usualmente como o conjunto de características que definem um sujeito e o distinguem dos demais. Assim entendida, a identidade é a consciência que cada um tem de si próprio, dos seus traços físicos, psicológicos e sociais (OMS, 2005). De acordo com a definição da OMS (2005), a identidade, quando avaliada no âmbito da singularidade humana, é sinónimo de individualidade e, ao mesmo tempo, de integração, na medida em que a sua conceptualização também se alarga à ideia de pertença de um indivíduo, que é único, a um grupo que partilha com ele semelhanças identitárias (Bergano, 2012).

Passível de ser aprofundada, dada a sua complexidade, quando apenas entendida como a “fotografia” (Bergano, 2012), única, pessoal e intransmissível de toda a vivência, personalidade, história, e até traços físicos de um indivíduo, a identidade que visamos estudar no âmbito da investigação proposta ultrapassa em larga medida as fronteiras do individual. Deste modo, devemos também considerar a agregação do seu conceito a uma nova e fundamental terminologia.

Neste contexto, a identidade que pretendemos analisar é a identidade coletiva, a identidade de um povo. Assim sendo, a sua conceptualização vê-se alargada a um conjunto de indivíduos, ganhando ainda mais interpretações. Entre as várias definições que a literatura propõe, parece consensual a ideia de que a identidade dos povos se prende com a sua língua, a sua cultura e as suas tradições (Melo, 2002).

É neste sentido que a análise da questão da identidade não pode ser feita à margem das questões culturais e sociais. A cultura exerce um papel principal para delimitar as diversas personalidades, os padrões de conduta e ainda as características próprias de cada grupo humano. No passado, as identidades eram mais conservadas devido ao relativamente menor contacto entre culturas diferentes, mas a globalização veio mudar este cenário, dando maior ênfase à interação, tanto entre indivíduos como entre estes e o mundo que os rodeia.

Segundo Stuart Hall, uma identidade cultural enfatiza aspetos relacionados à nossa pertença a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, regionais e/ou nacionais. Este autor focaliza particularmente as identidades culturais referenciadas às culturas nacionais.

Para ele, a nação é, além de uma entidade política, um sistema de representação cultural. Noutros termos, a nação é composta de representações e símbolos que fundamentam a constituição de uma dada identidade nacional. As culturas nacionais produzem sentidos com os quais nos podemos identificar e constroem, assim, as suas identidades. Esses sentidos estão contidos em histórias, memórias e imagens que servem de referências, de nexos para a constituição de uma identidade da nação (Hall, 1999).

Revestida de ampla polissemia, a construção ou descoberta da identidade cultural pode ser entendida como “um processo de tradução sempre em curso, um processo de tradução sem princípio nem fim (...), um processo de tradução permanente sem texto originário” (Melo, 2002: 54). Trata-se de um processo que “resulta dum diálogo vivo, sem dúvida conflituoso, entre o mesmo e o outro, em que o mesmo é tanto mais ele próprio quanto mais se abrir ao outro” (Gandra, 1999: 17).

As interpretações aludidas de Melo e de Gandra expõem uma interpretação do conceito, mas também transferem para a identidade cultural as características de dinâmica, adaptação e mudança permanente, sendo que estes adjetivos também concorrem para agregar, à pluralidade semântica do termo, a indissociável complexidade conceptual que demanda cuidados e abertura na sua interpretação (Gandra, 1999; Melo, 2002).

O facto de vivermos numa sociedade marcadamente globalizada, que exige dos indivíduos negociações permanentes entre as heranças culturais e patrimónias locais e as influências e mensagens externas a que os sujeitos se vêm constantemente sujeitos, requer uma recombinação constante entre o adquirido e o apreendido, que deriva também na nova identidade cultural (Fortuna e Silva, 2001).

Neste ponto do processo de construção das identidades culturais, os povos e os indivíduos que os completam são, várias vezes, sujeitos a pressões avassaladoras que, em última análise, podem resultar na total subversão de identidades antigas e em novas posições identitárias, nem sempre pacíficas ou benéficas (Delors, 1999). Esta é a opinião de Delors que, a propósito da obra Maalouf, *Identidades Assassinas*, se refere ao panorama da mundialização como uma época,

(...) desconcertante, no decurso da qual a mundialização aparece aos olhos de um grande número dos nossos semelhantes não como um enorme cadinho enriquecedor para todos, mas como uma uniformização empobrecedora e uma ameaça contra a qual nos devemos bater para preservar a nossa própria cultura, a nossa identidade, os nossos valores” (Delors, 1998:116).

Delors não tem dúvidas em afirmar que a transformação de um mundo enorme, separado por atlânticos, e onde se resguardavam em cada um dos seus quatro cantos, identidades culturais múltiplas e diversificadas, numa cada vez mais pequena aldeia global, “provoca, como reação, um reforço do sentimento de identidade” (Delors, 1999: 105). Nesta alusão, o autor ultrapassa a fronteira da mera concetualização do conceito para lhe adicionar as problemáticas de que se reveste, fazendo lembrar que da identidade cultural de cada povo emerge também a necessidade de resistência, de defesa dos valores herdados e da valorização do “nosso”, dessa propriedade imaterial que ajuda à formação das personalidades e nos vai distinguindo dos outros nos caminhos multi e pluriculturais do mundo.

Segundo Emília Ferreiro, mais do que tratar dos caminhos para a homogeneização do mundo, a globalização veio dar uma imagem clara das identidades culturais de cada povo, chamando a atenção para o conceito e para a necessidade de o estudar e compreender. Para esta autora, a aproximação dos povos, favorecida pelas novas tecnologias da comunicação e pelo progresso dos transportes, veio dar corpo a um novo fenómeno de afirmação das diferenças que marcam os povos que vivem em regiões e locais diferentes do mundo (Ferreiro, 2005). Foi por via deste acontecimento ou evolução social que o conceito de identidade cultural ganhou destaque junto de vários autores e, entre eles, vários vieram traçar a sua concetualização.

Um dos primeiros e mais proeminentes estudiosos desta matéria foi Cuche, sendo que as suas interrogações sobre o conceito em si mesmo estavam permanentemente ligadas à noção de cultura e que dizia que “existe o desejo de se ver cultura em tudo e de encontrar

identidade para todos” (Cuche, 1999: 175). Este autor entendeu o conceito à luz das perspectivas avançadas anteriormente e visou a sua explicação a partir das duas visões identificadas: a concepção objetivista da identidade cultural e a concepção subjetiva do mesmo conceito. Ele considera que os teóricos objetivistas apresentam para a identidade cultural uma interpretação ramificada do conceito, dando dele “um certo número de critérios determinantes, considerados como ‘objetivos’, como a origem comum (a hereditariedade, a genealogia), a língua, a cultura, a religião, a psicologia coletiva (a ‘personalidade de base’), a ligação a um território” (Cuche, 1999: 137).

No âmbito desta concepção, e ainda segundo a visão do mesmo autor, as explicações em torno da identidade cultural dividem-se entre dois grupos de teóricos a que poderíamos chamar objetivistas e subjetivistas.

O primeiro grupo integra aqueles que entendem a identidade como um dado, capaz de definir plenamente um sujeito e que, para além disso, também o molda de maneira indelével. Trata-se, segundo esta concepção, de um processo que começa ainda antes do próprio sujeito existir e que, por isso, o condiciona a aceitá-lo, sob pena de vir a ser marginalizado pela comunidade onde nasceu. Nas palavras do autor, o indivíduo que renega essa identidade, que lhe é prévia e de que é herdeiro, será um “desenraizado” (Cuche, 1999: 137).

Assim entendida, a identidade cultural deverá sempre ser interpretada como essência e elemento a que não cabe o adjetivo evolução. Ou seja, trata-se de algo que existe antes do seu próprio portador e que o mesmo não pode alterar ou vir a ter pretensão de o fazer.

Ainda segundo Cuche, dentro deste grupo, alguns teóricos mais radicais (que o autor não enumera), vão ainda mais longe e defendem que a identidade cultural é algo que está inscrito no código genético de cada um, “pensada como uma condição imanente do indivíduo, definindo-a de maneira estável e definitiva” (Cuche 1999:137).

Dentro deste contexto objetivista, o conceito de identidade cultural pode ser observado pela lente escrutinadora do perspectivismo culturalista ou ser interpretado no seio

da perspetiva primordialista. Na perspetiva culturalista, a identidade cultural é um legado cultural, que decorre da socialização dos indivíduos e que só pode acontecer enquanto estes permanecem no interior dos seus grupos sociais de origem. Neste contexto de acolhimento, os indivíduos são, por assim dizer, levados a interiorizar os modelos culturais que lhe são impostos, tanto e de tal modo que não poderão deixar de se identificar com o seu grupo de origem. Na perspetiva primordialista, a identidade é o suporte basilar da pertença a um grupo étnico e essa capacidade de fazer parte, pertencer, é explicada como sendo “a primeira e a mais fundamental de todas as pertenças sociais, aquela na qual se contraem os laços mais determinantes, porque são laços que se firmam numa genealogia comum” (Cuche, 1999: 138).

Um segundo grupo de teóricos, assume uma visão subjetiva do conceito e vem afirmar que a identidade cultural não pode ser uma simples equação onde se somam atributos, na medida em que, por esta lógica matematizada, a identidade cultural seria exposta à operação da redução, deixando de ser percebida em toda a sua complexidade. Segundo esta conceção, o primeiro passo a dar para o cabal entendimento do conceito deverá passar pela aceitação de que este não é um dado adquirido. Ou seja, a identidade cultural, ao contrário do que subscrevem os objetivistas, não existe antes do sujeito e não tem um ser ou vontade alheia ao querer do próprio sujeito. Não sendo uma identidade recebida, esta será “mais que um sentimento de pertença ou uma identificação com uma coletividade mais ou menos imaginária. O que conta (...) são (...) as representações que os indivíduos formam da realidade social e das suas divisões” (Cuche, 1999: 139).

Esta será uma interpretação e enquadramento da identidade cultural mais extrema do que a que foi avançada e defendida pelos objetivistas, mas é também a definição que “conduz à redução da identidade a uma questão de escolha individual arbitrária, uma vez que cada um é livre nas suas identificações” (Cuche, 1999: 139). Esta abordagem ao conceito tem o mérito de expor a característica de variabilidade da identidade cultural, no entanto, e ainda segundo opinião do mesmo autor, peca pelo facto de lhe conferir um aspeto efémero.

Vistas as coisas à luz da interpretação revisionista ao estado da arte efetuada por Cuche, conforme acima exposta, podemos aferir que ambas as perspetivas de interpretação

da identidade cultural, a objetiva e a subjetiva, são portadoras de fragilidades, que impregnam o conceito de alguma nebulosidade quanto ao seu cabal entendimento.

De todos os autores que até ao final do século passado se debruçaram sobre o conceito, a conceção elaborada por Fredrik Barth, parece-nos ser, ainda que distante no tempo, a que mais se aproxima do nosso próprio entendimento (Barth, 1969).

De acordo com este autor, a identidade cultural será um meio de categorização utilizado pelos grupos para organizarem as suas trocas. Partindo desta primeira aferição, destaca-se o facto de o autor ressaltar que a definição de identidade cultural (ou de grupo), não pode ser resumida a um inventário de adjetivos ou a um conjunto de traços culturais capazes de distinguirem os grupos. Mais do que isso, é importante que esses traços distintivos de grupos ou comunidades possam ser considerados como elementos identificadores dos membros de determinado grupo e possam, simultaneamente, servir aos seus “proprietários” para se afirmarem e manterem um certo grau de distinção cultural. Neste contexto, a definição da identidade de grupo passa por assumir também que os membros de um grupo são, eles próprios, atores da sua identidade grupal e é a eles que cabe a responsabilidade de dotar a sua identidade de significação, incluindo, neste contexto, também a semântica da pertença e da situação relacional em que se encontram. Como diria o Barth, “a identidade constrói[-se] e reconstrói[-se] constantemente no quadro das trocas sociais” (Barth, 1969: 37).

Indo ao encontro deste modo conceptual para a identidade cultural, também Maalouf viria a afirmar que “a identidade não é algo que nos seja entregue na sua forma inteira e definitiva; ela constrói-se e transforma-se ao longo da nossa existência” (Maalouf, 1998: 33). É esta a ideia que se reflete no Relatório do Desenvolvimento Humano, publicado para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e intitulado Liberdade cultural num mundo diversificado (PNUD, 2004). Neste documento estratégico pode ler-se que “os indivíduos podem ter e têm múltiplas identidades que são complementares – etnicidade, língua, religião e raça, bem como cidadania” (PNUD, 2004 p. 2). Esta definição traduz a nova realidade, advinda da globalização, em que qualquer cidadão, por via da facilidade de mobilidade entre países e da abertura de fronteiras vê, cada vez mais, “o conjunto de

elementos culturais que partilha com, ou exclusivamente, as pessoas que com ele convivem num mesmo espaço geográfico local, regional, nacional ou continental (reduzido)” (Melo, 2002: 47).

De facto, neste novo cenário mundial, é cada vez mais difícil aos indivíduos optar por um único conjunto de referências culturais, já que, mesmo os indivíduos que permanecem ao longo da vida nos seus locais de origem, se veem confrontados com referências advindas doutros lugares, seja porque outros indivíduos estrangeiros se acomodaram nas suas comunidades, seja por meio das novas tecnologias da comunicação. Por este motivo, Sen afirmou que se as pessoas se virem confrontadas com a necessidade de escolherem, entre ter apenas uma identidade cultural, entre a identidade global, ou a identidade local, a escolha será de tudo ou nada. Reduzir a questão da identidade cultural a esta escolha, ainda que hipoteticamente, seria erróneo, na medida em que a própria suposição da existência desta dualidade de critérios para a identidade cultural nega, ao conceito, a sua maior característica, que é a da multiplicidade e pluralidade da natureza humana (Sen, 2006: 182).

Tal como havia acontecido já com Maalouf, Sen sublinha o carácter multidimensional da identidade dos povos e, da mesma forma, destaca-lhe o sentido de cruzamento de pertenças (Sen, 2006). No seguimento desta linha de ideias conceptualizadoras, Robinson veio associar a identidade cultural à expressão “eu sei de onde venho” (ou de onde sou) e, por meio de uma outra expressão, também visou alcançar uma explicação para a globalização, traduzindo-a no dizer: “afinal, o mundo é pequeno” (Robinson, 2010).

Trata-se de conceções que, em última análise, parecem deixar para trás as posições defensivas de uma interpretação da identidade cultural truncada nos adjetivos patrimónios, essência, ou raiz, e lhes acrescenta outros, que lhe alargam a dimensão interpretativa e a colocam no seio do século XXI, como seja, a prática, a tradução de valores de um lugar para outro, e a negociação (Vieira, 2009).

Esta nova abordagem à identidade cultural parece ser absolutamente imprescindível neste mundo em que as emigrações se tornaram rotineiras, sendo que, por meio desta nova

interpretação, se abre o leque de aceitação do que é diferente, de quem vem de fora, moldado por valores locais e regionais, diferentes do país que os recebe. É também esta abordagem que permite ao anfitrião a adaptação e a receção do que é diferente em termos identitários. Tal como afirmou Gandra no final do século passado, “o maior dos perigos consiste em o mesmo [o próprio], eliminadas todas as rugosidades da diferença, só se poder confrontar com ele próprio. É por isso que eliminar o que é estranho (estrangeiro) se converte numa ameaça para nós próprios” (Gandra, 1999: 17).

Esta abordagem está em paralelo com o que Maalouf preconizou quando escreveu:

Se os novos meios de comunicação, que nos aproximam uns dos outros demasiado depressa, nos levam a afirmar, por reação, as diferenças, podem igualmente fazer-nos tomar consciência do nosso destino comum (...). [Nesse sentido,] a evolução atual poderia favorecer, a prazo, a emergência de uma nova perspetiva sobre a noção de identidade (...) percebida como a soma de todas as nossas pertenças, e no seio da qual a pertença à comunidade humana teria cada vez mais importância, até se tornar um dia a pertença principal, sem por isso apagar as nossas múltiplas pertenças particulares” (Gandra, 1998:112).

Também segundo a opinião de Boaventura Sousa Santos, a modernidade terá muito a ver com o facto de a identidade cultural ter ganho espaço no âmbito de muitas considerações teóricas e ter passado a ocupar uma parcela significativa de estudos e obras publicadas. Para este autor, a modernidade veio trazer ênfase e pertinência à identidade cultural, sendo que esta mesma ideia se traduz na afirmação “a modernidade nasce dela [identidade] e com ela, sendo o primeiro nome moderno de identidade, a subjetividade” (Sousa Santos, 1994: 120). Por meio desta relação destacada pelo autor, entende-se que o mesmo caracteriza a identidade cultural como um processo reflexivo e subjetivo.

Stuart Hall, que como vimos acima subscreve a ideia de que a identidade cultural traduz os aspetos herdados de cultura étnica, linguística, e religiosa, e que tem os pilares de

sustentação na ideia de nação, explica, com base na sua visão do conceito, a relação existente entre o mesmo e a modernidade (Stuart Hall, 1999). Segundo este autor, até ao final do século passado, a sociedade foi uma representação sólida porque se suportava na estabilidade advinda das tradições. São as tradições, de acordo com o autor, que transferem para as comunidades “sólidas localizações”, e dão ao sujeito um ponto de referência “unificador” (Hall, 1999: 7). Mas esta solidez viria a ser abalada pela transformação que o alvor do novo século veio imprimir às paisagens culturais do mundo. Este novo modelo globalizado teve um forte impacto no modelo antigo do Estado-nação e abalou os quadros de referência que o sustentavam, enfraquecendo as identidades culturais dos povos.

Contrário a esta ideia está o autor Liszt Vieira (2006) que, para interpretar o conceito de identidade cultural, vem defender que o ressurgimento das identidades culturais, o seu fortalecimento, e a urgente necessidade de as estudar e compreender, está no enfraquecimento dos tais Estados-nação (Vieira, 2006). Para Vieira, esse modelo de Estados, que perseguia a construção e consolidação da nacionalidade, sufocava as identidades dos povos, apagava-lhes os valores e impedia a sua divulgação. Tratava-se de sociedades, sobretudo as que vigoraram ao longo dos séculos XVIII e XIX, que privilegiavam a construção da identidade nacional cimentada na ideia de unidade em detrimento da diversidade. Eram, pois, sociedades que “oprimiam e sufocavam as identidades culturais, religiosas, étnicas e de género” e também valorizavam a “divisão da sociedade em classes” (Vieira, 2006: 73).

Neste contexto societário era muito fácil a perpetuação da confusão entre os conceitos de identidade nacional e identidade cultural, sendo que, para desmarcar uma da outra em definitivo, Vieira, com recurso a uma revisão da literatura, esclarece que:

A identidade nacional é tradicionalmente apresentada como uma “comunidade imaginada”; uma “criação histórica arbitrária”, ancorada a diversos elementos, tais como a narrativa da nação, ênfase nas suas origens, na continuidade, na intemporalidade e na tradição, na invenção da tradição e no mito fundacional, na memória

do passado, na perpetuação da esperança e no esquecimento dos conflitos de origem” (Vieira, 2006: 71).

Trata-se então de um conceito, o de identidade nacional, que remete para o discurso unificador do coletivo, para a narrativa que produz um sistema de representação cultural com uma grande carga histórico-simbólica, e que se mostra capaz de despertar nos cidadãos um leque de significados culturais e de identificação, não da identidade cultural, mas do poder cultural.

Só o novo século, de portas e janelas abertas ao mundo, veio permitir uma mudança de paradigma que o autor explica desta forma:

As identidades culturais antes sufocadas agora reaparecem, colocam no espaço público suas demandas e sobrepõem muitas vezes a identidade nacional, visivelmente abalada com o processo de globalização que enfraquece os atributos básicos do Estado-Nação: territorialidade, soberania, autonomia (Vieira, 2006: 74).

É esta nova sociedade, que Bauman entende como líquida, em oposição à solidez das sociedades do modernismo, que confere novo revestimento à identidade cultural sendo que agora, nas novas sociedades:

[o] “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e (...) as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age e a determinação de se manter firme a tudo isso, são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade” (Bauman, 2005: 17).

Boaventura Sousa Santos partilha desta mesma ideia, acrescentando que,

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas, nem muito menos imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação, mesmo as identidades mais sólidas (...) escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação (...). Identidades culturais são, pois, identificações em curso (Sousa Santos, 2013: 31).

No vasto e complexo campo conceptualizador de identidades culturais, outros autores, que subscrevem as posições de Bauman e de Boaventura Sousa Santos, defendem que a identidade cultural é o resultado de uma soma maior de adjetivos, pelo que à visão defendida pelos autores citados importa somar a dinâmica de autoconstrução identitária a partir de significados. Ou, conforme diria Castells, a identidade cultural é um processo dinâmico de semiótica em constante mutação, que se suporta nos atributos culturais de cada grupo comunitário, ou seja:

[Um] processo de construção de significado com base num atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras formas de significado. Para um dado indivíduo ou ainda um ator coletivo pode haver identidades múltiplas” (Castells, 2007:3).

Sendo construídas a partir de significados, as identidades culturais também se constituem como significados em si mesmas, fazendo-se valer “da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e fantasias pessoais, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso” (Castells, 2007: 4).

É neste complexo jogo de identificação e significações, entre todas as restantes variáveis, que a identidade cultural se vem, cada vez mais, afirmando como um conjunto de necessidades, a saber:

(...) a necessidade de um forte sentido de identificação grupal; a necessidade de raízes e de identidade; a necessidade de nos conhecermos a nós mesmos e de sermos reconhecidos; a necessidade básica de autodeterminação, proteção e dignidade; a necessidade de um sentido (sentimento) de pertença e de autoconceito positivo; a necessidade de processos de construção de significados (Castells, 2007: 4).

Em suma, e após a explanação de uma multiplicidade de conceções para um único conceito, podemos resumir o que foi dito com a ideia de que a identidade cultural é um processo que decorre ao longo da vida de cada indivíduo e que se deixa influenciar por fatores exógenos e endógenos. Fazem parte deste conjunto de elementos influenciadores, entre outros, também a imaginação e os resultados e saberes acumulados das experiências que os sujeitos vivenciam tanto no seu lugar de origem, quanto nos lugares que os acolhem e que lhes abrem a capacidade de entendimento do outro a novas e diferentes identidades.

Temos também como característica da identidade cultural o facto de se manter mutável e de se reconfigurar permanentemente, permitindo aos indivíduos que a sustentam a adaptação a novos desafios e contextos. Sem esta permeabilidade, e tal como sublinhou Bauman, a identidade cultural seria “um fardo, uma repressão, uma limitação de liberdade de escolha para o sujeito moderno” (Bauman, 2005: 60).

Deste modo, conforme vimos no enquadramento histórico deste trabalho, no contexto moçambicano, com um percurso histórico tão conturbado e de influências várias, pré-coloniais e coloniais, podemos claramente perceber o dinamismo das várias identidades ao longo da sua história, elevando-se como um fator estruturante e/ou desestruturante da própria sociedade moçambicana em toda a sua complexidade.

Para a discussão desta tese, importa realçar que, à já de si complexa discussão sobre processos de identidade, acresce o fenómeno do processo colonial que vai influenciar de sobremaneira os processos de identidade social em Moçambique e terá de ser necessariamente tido em conta na tentativa de compreensão da complexidade das relações

dentro da sociedade Moçambicana e nas relações desta com o outro/os outros, sobretudo no pós-independência, que é o período no qual nos centramos, sobretudo depois da transição político-económica da década de 1990.

É para esta complexidade, tendo em conta o processo colonial nas suas diversas dimensões, que nos vêm alertar, e tentar ajudar a entender, as novas perspectivas decoloniais de pós-colonialidade que abordaremos em seguida.

2.2. O PÓS-COLONIALISMO: AS VISÕES ACADÉMICAS

O termo "pós-colonialismo" tende a assumir duas interpretações distintas. A primeira diz respeito ao tempo histórico posterior aos processos de descolonização do chamado "terceiro mundo" a partir da segunda metade do século XX. Trata-se de um conceito que remete para a independência, libertação e emancipação das sociedades exploradas pelo imperialismo e neocolonialismo. Já no âmbito da segunda interpretação, que também lhe está arreigada, o outro entendimento direciona-nos para um conjunto de contribuições teóricas oriundas, principalmente, dos estudos literários e culturais que, a partir dos anos 80 do século passado, ganharam evidência em algumas universidades dos Estados Unidos e da Inglaterra.

A multiplicidade de teorias e orientações académicas, mesmo correntes de pensamento, orientadas pelo conceito do “pós”, deu azo ao aparecimento de uma corrente académica centrada no pós-colonialismo. Sérgio Costa (2006) afirma que o pós-colonialismo compartilha, entre as suas diferentes perspetivas, do "caráter discursivo do social", do "descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos", do "método da desconstrução dos essencialismos" e da "proposta de uma epistemologia crítica às conceções dominantes de modernidade” (Costa, 2006: 83-84).

Neste sentido, depreende-se que, para este autor, o "colonial" remete para situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de género, étnicas ou raciais. No entanto, e em contraposição, verifica-se que nem todas as situações de opressão são consequências

do colonialismo, como é o caso da história do patriarcado e da escravidão, mesmo que estas possam ser reforçadas ou ser indiretamente reproduzidas por ele, ou seja, ainda que não haja colonialismo sem exploração ou opressão, o inverso nem sempre será verdadeiro.

Terence Ranger defende que “a África colonial é muito mais parecida com a África pós-colonial” do que poderíamos inicialmente imaginar. As relações entre a autoridade colonial e as outras fontes de poder político, não sendo simétricas, uma vez que são marcadas por uma relação de poder desigual, direcionam para a presença de diálogos, mútuas interferências e apropriações, que marcam e estruturam a especificidade do Moçambique contemporâneo (Ranger, 1996: 280).

Este ponto é extremamente importante, pois o estudo da multiplicidade de instâncias de poder hoje presentes no tecido social de Maputo, aponta para o facto de o colonialismo ter interferido nas culturas políticas presentes, contribuindo para novas formas híbridas, para outros contactos e misturas entre culturas políticas (Santos e Meneses, 2006; Meneses e Santos, 2008).

Moçambique, ao longo último século, foi conhecendo uma multiplicidade de mutações políticas, como o colonialismo, o socialismo e o neoliberalismo. Todos estes movimentos acabam por se refletir na atual atuação político-administrativa e reguladora do Estado. Conforme admitido por Boaventura de Sousa Santos, a heterogeneidade do Estado moçambicano decorre da atuação de diferentes formas de regulação social, traduzindo-se numa situação de pluralismo jurídico (Sousa Santos, 2003).

Focando-nos numa leitura atenta das relações existentes entre as distintas forças envolvidas no campo da gestão local, verificamos a necessidade de uma análise mais sofisticada da questão das autoridades tradicionais, como um aspeto específico da violenta intervenção da cultura política colonial, onde a definição e a localização da autoridade assumem a forma de instrumentos de controlo político. Para verificarmos quais as funções do Estado colonial que permanecem em Moçambique, teremos que nos focar no desdobrar das múltiplas formas sobre as quais as culturas políticas contemporâneas se têm forjado, quer no período colonial, quer após a independência.

Para a compreensão da história de Moçambique, importa perceber que estamos perante um país que se caracteriza por uma ambivalência das dicotomias, como entre o tradicional e o moderno, entre o ‘eu’ e o ‘outro’, entre o ‘indígena’ e o ‘colono’. Compreende-se, assim, que a tendência marcante do período colonial procurou construir uma estrutura administrativa que justificasse ideologicamente a intervenção colonial em Moçambique. Nos álbuns fotográficos e descritivos de Santos Rufino, a cidade de Lourenço Marques era apresentada, com “um canto da Europa na África do Sul”, demonstrando o desejo de ser “uma cidade de África que procura não sentir a África” (Rufino, 1929). Isto veio a revelar uma cidade caracterizada por várias divisões – a velha África, a ‘Europa importada’, assim como extensas zonas de diferentes contactos culturais, onde se incluíam, para além das culturas autóctones, a presença histórica de comunidades muçulmanas, chinesas, etc. (Santos e Meneses, 2006).

Chegados a este ponto, as autoridades moçambicanas consideraram necessário promover uma autoridade tradicional para simbolizar o lado africano da sociedade face à presença europeia colonizadora. Foi assim que emergiu o poder estatal colonial como forma superior de organização social (Scott, 1998). A extinção dos elementos pré-coloniais ‘intactos’ africanos são, sem dúvida, representados pelo direito tradicional e pelas autoridades tradicionais. Já os espaços urbanos, caracterizados por um contexto de intervenção colonial mais forte, são convidados a transformar-se apenas em elementos em vias de absorção pelas normas da modernidade, ou mesmo a simplesmente deixarem de existir (Newitt, 1997).

Toda e qualquer análise das dinâmicas dos encontros entre colonizador e colonizado, facilmente reconhece as diferenças de poder existentes entre eles, bem como reconhece as diferenças de poder entre o colonizador e o colonizado, sendo facilmente detetáveis as linhas de influência e de interação, ou seja, o aparecimento de novos momentos culturais.

Com vista a ultrapassar o esquema simplista das categorias binárias, Cooper apela a uma leitura complexa do encontro colonial, do qual resultou uma vasta zona de contacto, um espaço de inteligibilidade e interação entre colonizadores e colonizados, repleto de

momentos de resistência e de adaptação às intervenções coloniais, dando azo à emergência de ‘novas’ formas de autoridade e representação (Cooper, 1996).

De referir também que Sérgio Costa, bem como outros autores diaspóricos, citados no livro *Dois Atlânticos*, associam o pós-colonialismo com as condições de emergência oferecidas pelos estudos pós-estruturais, desconstrutivistas e pós-moderno, mas apagam duas noções importantes: o facto dos pensadores pós-coloniais terem surgido antes mesmo da institucionalização do pós-colonialismo como corrente ou escola de pensamento e o facto do pós-colonialismo ter surgido a partir da identificação de uma relação antagônica por excelência, ou seja, a do colonizado e a do colonizador (Costa, 2006).

Se, por um lado, essa fixação binária de identidades fundamentais foi rompida nos escritos de Albert Memmi “The colonizer and Colonized” (1974), de Spivak “Pode o subalterno falar?” (2010) e de Homi Bahabha “O local da cultura” (2018) por outro, ela foi permitida pela identificação daquilo que Walter Mignolo chamou de "diferença colonial" (Mignolo, 2003, p73). Nesta perspetiva, podemos aferir que a relação colonial é uma relação antagônica: “[A] presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (Laclau e Mouffe, 1985: 125).

Foi Frantz Fanon quem, pela primeira vez, expressou esse impedimento, em 1961 com a sua obra “The Wretched of the Earth” (2004). Fanon faz parte de um conjunto de autores precursores do argumento pós-colonial, cujas primeiras elaborações podem ser observadas pelo menos desde o século XIX na América Latina. Nesse período, a América Latina atravessou "o seu" período pós-colonial, com reprodução daquilo que Casanova chamou de "colonialismo interno" (Casanova, 2002). Por sua vez, expressões anticoloniais puderam também ser encontradas em pensadores europeus, europeístas e eurocêtricos (Merle e Mesa, 1972).

O pós-colonial, apesar de inicialmente se tratar de um argumento não linear, disciplinado e articulado em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica, e disciplinar, veio mostrar a diferença colonial e acabou por interceder pelo colonizado, ou seja, a sua

essência acabou por se comprometer com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade. É assim que Feres Jr. e Pogrebinschi afirmam que o pós-colonial não é uma prerrogativa dos autores das diásporas ou colonizados das universidades periféricas, mas vem legitimar quem com ele trabalha (Feres Jr. e Pogrebinschi, 2010).

Segundo Raewyn Connel, aquilo que é considerado clássico na literatura pós-colonial é passível de questionamento, como a eleição dos próprios clássicos das ciências sociais (Connel, 2007). Porém, existe um entendimento compartilhado sobre a importância, atualidade, e precipitação, da chamada “tríade francesa”, composta pelos autores como Aimé Césaire, Albert Memmi e Franz Fanon, talvez pelo facto do argumento pós-colonial ter sido, pela primeira vez, desenvolvido de forma mais ou menos simultânea: - Franz Fanon (1925-1961), psicanalista, negro, nascido na Martinica e revolucionário do processo de libertação nacional da Argélia; - Aimé Césaire (1913-2008), poeta, negro, também nascido na Martinica; - Albert Memmi (1920-), escritor e professor, nascido na Tunísia, de origem judaica.

Estes foram os autores que inicialmente se apresentaram na defesa do colonizado quando este não tinha voz, conforme os termos de Spivak na sua obra “Pode o subalterno falar?”. Os livros “Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador”, de Albert Memmi (Memmi, 1947), “Discurso sobre o colonialismo”, de Aimé Césaire (Césaire, 1950), e os “Condenados da terra” de Franz Fanon (Fanon, 1961), foram escritos seminais. De salientar que as duas últimas obras referidas foram agraciadas com prefácios de Jean-Paul Sartre, que num “complexo de culpa” europeia, recomenda a leitura da obra, elogia os seus autores e, assim, intercede pelos colonizados.

A estes autores, que contribuíram de forma indelével para a transformação paulatina da própria base epistemológica das ciências sociais, soma-se também o nome do palestino Edward Said (1935-2003), que assinou a obra “Orientalismo” (Said, 1978), que se viria a destacar pelo poder crítico, literário e intelectual de militância pela causa. Por meio destas obras pode-se afigurar que o Oriente, como “invenção” do Ocidente, veio denunciar a funcionalidade da produção do conhecimento no exercício de dominação sobre o “outro”.

Já na década de 70, formava-se no sul asiático o Grupo de Estudos Subalternos. Este grupo, de uma forma paralela, viria reforçar o pós-colonialismo como um movimento epistêmico, intelectual e político. O Grupo de Estudos Subalternos surgiu com a liderança de Ranajit Guha, um dissidente do marxismo indiano que trabalhava com o objetivo de "analisar criticamente não só a historiografia colonial da Índia feita por ocidentais europeus, a historiografia eurocêntrica nacionalista indiana" (Grosfoguel, 2008: 116), e a historiografia marxista ortodoxa (Castro-Gómez e Mendieta, 1998).

A década de 1980 do século passado, foi marcada pelos *subaltern studies*, que se tornaram conhecidos fora da Índia, especialmente através de autores como Partha Chatterjee, Dipesh Chakrabarty e Gayatri Chakrabarty Spivak. Antonio Gramsci emprestou o termo "subalterno" e foi entendido como classe ou grupo desagregado e episódico, que tem uma tendência histórica a uma unificação sempre provisória pela obliteração das classes dominantes. Spivak, escritora e uma das mais importantes tradutoras de Jaques Derrida, apresentou o trabalho do grupo ao público dos EUA. De acordo com Subrahmanyam, sob sua influência os estudos subalternos foram sendo descaracterizados pela introdução excessiva do desconstrutivismo de Deleuze e Derrida (Subrahmanyam, 2004).

Em 1985, Spivak publicou um artigo que se tornou num cânone do pós-colonialismo: "*Pode o subalterno falar?*". Aqui, a autora faz uma profunda crítica aos intelectuais ocidentais Deleuze e Foucault, devido à sua filiação pós-estruturalista e desconstrutivista, constituindo uma autocrítica aos estudos subalternos, através da reflexão sobre a prática discursiva do intelectual pós-colonial. Segundo Spivak, o sujeito subalterno é aquele cuja voz não pode ser ouvida.

A autora faz assim uma crítica à intelectualidade que pretende falar em seu nome, e ao facto de que "nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato seja imbricado no discurso hegemônico". Pois se assim não for, o subalterno permanece silenciado e aparece como constituição de mais um "outro", uma classificação essencialista que acaba por não incorporar a noção de *différance* ou hibridismo (Almeida, 2010: 12).

Segundo Spivak, não só o subalterno não pode falar, como também o intelectual pós-colonial não pode falar em nome dele (Spivak, 1985). Mas Césaire, Fanon, Memmi e Said, também colocam a questão “O intelectual não poderia também ser um "subalterno?"”.

O debate pós-colonial que marcou as duas últimas décadas do século passado, foi difundido no campo da crítica literária e dos estudos culturais na Inglaterra e nos Estados Unidos, tendo como expoentes máximos, Homi Bhabha (indiano), Stuart Hall (jamaicano) e Paul Gilroy (inglês).

Num contexto de globalização, para observar as lógicas coloniais modernas, tornou-se fundamental estudar a cultura, a identidade (classe/etnia/gênero), a migração e a diáspora, sendo os estudos pós-coloniais convergentes com os estudos culturais e multiculturais.

Já na década de 1990, surge o grupo M/C (Grupo Modernidade/Colonialidade), nos Estados Unidos. Em 1992 - ano de reimpressão do texto hoje clássico de Aníbal Quijano *Colonialidad y modernidad-racionalidad* -, um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas, que lá viviam, fundou o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos. Este grupo foi essencialmente inspirado no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, o *founding statement* do grupo foi originalmente publicado em 1993 na revista *Boundary 2*, editada pela Duke University Press. Em 1988, Santiago Castro-Gómez acabou por traduzir o documento para espanhol como *Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos*. Deste modo, a América Latina também foi inserida no debate pós-colonial.

O trabalho do Grupo de Estudos Subalternos, uma organização interdisciplinar de intelectuais sul-asiáticos dirigida por Ranajit Guha, deu origem a um projeto semelhante, dedicado ao estudo do subalterno na América Latina. O atual desmantelamento dos regimes autoritários na América Latina, o final do comunismo com o conseqüente deslocamento dos projetos revolucionários, os processos de democratização, as novas dinâmicas criadas pelo efeito dos meios de comunicação de massa, e a nova ordem econômica transnacional: todos esses são processos que convidam à procura de novas formas de pensar e de atuar politicamente. Por sua vez, a mudança na redefinição das esferas política e cultural na

América Latina, durante os anos recentes, levou vários intelectuais da região a revisar epistemologias previamente estabelecidas nas ciências sociais e humanidades. A tendência geral para uma democratização outorga prioridade a uma reconceptualização do pluralismo e das condições de subalternidade no interior das sociedades plurais (Grupo Latino americano de Estudios Subalternos, 1998).

Tal incorporação do "Manifesto" deu-se com uma coletânea de artigos lançada em 1998, sob a coordenação de Eduardo Mendieta e Santiago Castro-Gómez, intitulada *Teorias sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. Na introdução escrita pelos dois autores, eles explicam a inspiração do grupo:

O Manifesto Inaugural redigido pelo Grupo Latino-americano de Estudios Subalternos incorpora vários dos temas abordados pelo historiador indiano Ranajit Guha, a partir dos quais se pretende avançar para uma reconstrução da história latino-americana das últimas duas décadas. Tal reconstrução ocorreria como uma alternativa ao projeto teórico feito pelos Estudos Culturais desde os finais dos anos oitenta. Por esta razão, o grupo põe muita ênfase em categorias de ordem política tais como "classe", "nação" ou "gênero", que no projeto dos Estudos Culturais pareciam ser substituídas por categorias meramente descritivas como a de "hibridismo", ou sepultadas sob uma celebração apressada da incidência da comunicação e das novas tecnologias no imaginário coletivo (Castro-Gómez e Mendieta, 1998: 16).

Já nessa coletânea, a voz mais crítica e radical do grupo, Walter D. Mignolo, demonstra o seu descontentamento também com os estudos subalternos "originais". Na leitura de seus coordenadores, Walter D. Mignolo aproveita também alguns elementos das teorias pós-coloniais para realizar uma crítica dos legados coloniais na América Latina. Contudo, diferentemente de Ileana Rodríguez e de outros membros do Grupo de Estudios Subalternos, Mignolo pensa que as teses de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha e outros teóricos indianos, não deveriam ser simplesmente assumidas e traduzidas para uma análise do caso

latino-americano. Ecoando críticas anteriores de Vidal e Klor de Alva (1993) Mignolo afirma que as teorias pós-coloniais têm o seu lócus de enunciação nas heranças coloniais do império britânico e que é preciso, por isso, buscar uma categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu lócus na América Latina (Castro-Gómez e Mendieta, 1998: 17).

Na ocasião, Mignolo denuncia o "imperialismo" dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizaram uma ruptura adequada com autores eurocêntricos. Para ele, o grupo dos latinos subalternos não se deveria espelhar na resposta indiana ao colonialismo, já que a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava oculta no debate. A história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Além disso, os latino-americanos migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império dos EUA - ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas (Mignolo, 1998).

Devido às divergências teóricas, o grupo latino foi desagregado em 1998, ano em que ocorreram os primeiros encontros entre os membros que posteriormente formariam o Grupo Modernidade/Colonialidade.

Ao não narrar o seu descontentamento com o projeto do grupo, Grosfoguel atribuiu duas razões para sua dissolução. Ambas se referem ao facto de o grupo se distanciar da episteme. Descrevendo-se como "um latino a viver nos Estados Unidos", para ele os latino-americanistas deram preferência epistemológica ao que chamaram os "quatro cavaleiros do Apocalipse", ou seja, a Foucault, Derrida, Gramsci e Guha. Entre estes quatro, contam-se três pensadores eurocêntricos, sendo que dois deles (Derrida e Foucault) fazem parte do cânone pós-estruturalista/pós-moderno ocidental. Apenas um, Rinajit Guha, é um pensador que pensa a partir do Sul. Ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico, traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos (Grosfoguel, 2008: 115).

Para o autor,

(...). Entre as muitas razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a

que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica de colonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados). Para todos nós que tomamos o partido da crítica de colonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente - ou seja, de descolonizar - a epistemologia e o cânone ocidentais (Grosfoguel, 2008: 116).

Ainda segundo este autor, o resultado da permanência de Gramsci e Foucault como referências da escola subalterna sul-asiática "acabou por espelhar o apoio dado ao pós-modernismo pelo setor do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos" (Grosfoguel, 2008: 116).

A conclusão a que chegamos é que nenhum destes dois grupos de estudos subalternos teve tanta capacidade de aprofundar e radicalizar as suas críticas ao eurocentrismo quanto Mignolo. A maioria dos componentes dos subalternos latinos não migrou para o coletivo modernidade/colonialidade, que teve na figura de Mignolo um de seus fundadores.

2.3. COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE

A decolonialidade, entendida na ótica de um projeto político e epistémico, só pode ser compreendida na sua plenitude quando relacionada com a colonialidade, na medida em que é uma decorrência desta última. Para além de estar intrinsecamente ligada na sua conceptualização à colonialidade, a decolonialidade também se relaciona com a emergência de saberes diferenciados que cabem em múltiplos contextos e se concretizam numa vasta variedade de enquadramentos.

Partindo desta primeira e marcante característica de ambos os conceitos sobre os quais pretendemos refletir, começamos por abordar a colonialidade visando encontrar-lhe,

entre as tantas conceptualizações que lhe foram dedicadas, uma conceptualização cabal e capaz de satisfazer a necessidade de se pensar a questão colonial.

O conceito de colonialidade foi aplicado pela primeira vez por Aníbal Quijano visando, no contexto em que inicialmente foi utilizado, enfatizar a chamada de atenção para a continuidade histórica que decorria em todos os territórios que alçaram a sua autodeterminação entre os tempos coloniais e o tempo de vivência das novas nacionalidades (Quijano, 1991). A este objetivo que decorria do conceito, de incutir continuidade ao antigo e incompleto termo colonial, também se juntava o inicial debate donde emergiu a nova terminologia, e a vontade de, através dele, sublinhar a ideia de que as relações coloniais são atravessadas pela dimensão epistémica. A colonialidade expressa por Quijano surgia na sequência da abreviação da palavra matriz que, na ótica deste autor, se remetia ao “padrão colonial” ou à “colonialidade do poder” (Quijano, 1991: 7).

Se a colonialidade deriva dessa matriz remetente ao poder e se se sentiu necessidade de elevar a matriz a um novo conceito, é porque este assume maior e densa complexidade e é representativo de experiências sociais, políticas e culturais, entre outras, que ocorrem em simultâneo e atuam em vários níveis. Segundo Quijano, num primeiro momento, a colonialidade procura acrescentar luz ao conceito de modernidade e da sua multiplicidade, retórica de que não se pode dissociar, na medida em que não é possível a ocorrência da modernidade sem que a decolonialidade aconteça” (Quijano, 1991).

A colonialidade também indigita subjetividades, formas de vida, histórias, saberes pluriversais e subjetividades colonizadas; todo um conjunto de conceitos e contextos donde emergem as respostas decoloniais. Para Walter Mignolo, outro autor para quem, como vimos, o conceito mereceu amplas e aprofundadas considerações, a colonialidade é a face da modernidade que nós não podemos ver e, na outra face dessa mesma moeda, ela é também a energia donde ela própria emerge (Mignolo, 2008). Na verdade, e tal como recentemente o autor viria a confessar, a colonialidade seria o lado mais obscuro da modernidade e esta, por sua vez, entende-se como:

(...) uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa, uma narrativa que constrói a civilização ocidental ao celebrar as suas conquistas enquanto esconde, ao mesmo tempo, o seu lado mais escuro, a “colonialidade”. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade. Por isso, a expressão comum e contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais” (Mignolo, 2017: 2).

No âmbito das concepções deste autor, e dado que a colonialidade está interligada com a modernidade, a primeira nunca será sobreposta enquanto os pressupostos da modernidade, tal com o é entendida, não forem ultrapassados, na medida em que é a modernidade que necessita e, portanto, produz a colonialidade. É que a modernidade serve, como sempre serviu, de desculpa e argumento a ações como o tráfico de escravos, a exploração dos indígenas e a expropriação de terras dos nativos. Tudo o que passou na história colonial teve por pilar argumentativo essa ideia de que eram necessárias estas ações e aquela modernidade, para que se pudesse difundir o cristianismo, alimentar os pobres, e todos os demais exemplos de que nos possamos lembrar, todos eles suportados na conveniente desculpa de que o progresso e a modernidade assim o exigiam (Quijano, 1991; Dussel, 2005; Mignolo, 2007^a).

Tendo em conta esta interpretação do conceito, aferimos que a decolonialidade só faz sentido quando vista à luz de três conceitos interrelacionados e, assim apresentados: “modernidade / colonialidade / decolonialidade” (Grosfoguel e Mignolo, 2008: 34).

Esta tríade, mesmo pela expressão que as barras que as separam e unem representa, não pode ser entendida senão neste conjunto e fora deste circuito de união e separação simultânea. De facto, a colonialidade não pode ser pensada sem que algum destes conceitos se considere, até porque, historicamente, eles trilharam caminhos em conjunto e ajudaram à construção do mesmo processo histórico.

Tal como bem explicaram Grosfoguel e Mignolo, “cada uma delas é constitutiva das outras duas”, sendo que o último deles remete para atividades, como o pensamento, o giro

ou as opções, de oposição e contestação à retórica da modernidade e à lógica da colonialidade (Grosfoguel e Mignolo, 2008: 34).

Em concordância com esta abordagem, conceptualizadora e dinâmica, interpretativa da decolonialidade, Adolfo Albán Achinte haveria de sublinhar que o posicionamento de oposição inerente ao conceito pode não ser uma declarada ação de resistência, mas antes de re-existência:

Concebo a re-existência como os dispositivos que as comunidades criam e desenvolvem para inventar quotidianamente a vida e poder e desta maneira confrontar a realidade estabelecida pelo projeto hegemônico que desde a colônia até os nossos dias inferioriza, silencia e visibiliza negativamente a existência das comunidades afro-descendentes. A re-existência aponta para o descentramento das lógicas estabelecidas para buscar nas profundidades das culturas (...) as chaves das formas organizadoras de produção, alimentícias, rituais e estéticas que permitem dignificar a vida e reinventá-la para permanecer transformando-se. Héctor Daniel Useche Béron "Pajáro", assassinado em 1986 no Município de Bugalagrande no centro do Valle del Cauca - Colômbia, uma vez perguntou: O que vamos inventar hoje para seguir vivendo?" (Achinte, 2009: 94).

Ao introduzir no contexto conceptualizador de colonialidade e decolonialidade a categoria da re-existência, este autor abre a possibilidade aos processos de emancipação e luta dos povos colonizados de serem analisados sob novas perspectivas. Assim, a re-existência passa a ser vista como a forma de viver noutras condições, resistindo e enfrentando a escravidão e encontrando processos favorecedores de adaptação ao poder imposto pelos colonos que, regra geral, tentam imprimir moldes que transformem os indígenas em coisas ou mercadorias (Achinte, 2009).

Da análise a este campo de abordagem teórica, Mignolo viria a acrescentar que a re-existência é a porta de entrada da pluriversalidade de saberes e tradições silenciadas pelo

colonialismo, que assim se tornam capazes de constituir um escudo de defesa face aos saberes que foram chegando sob o epíteto da universalidade (Mignolo, 2010). Também no plano teórico, o aparecimento deste conceito parece ter a potencialidade de romper com a lógica colonial a partir de um “outro pensamento”:

‘um outro pensamento’ se baseia nas confrontações espaciais entre diferentes conceitos de história. (...) O potencial epistemológico do pensamento liminar, de “um outro pensamento”, tem a possibilidade de superar a limitação do pensamento territorial (isto é, a epistemologia monotópica da modernidade), cuja vitória foi possibilitada por seu poder de subalternizar o conhecimento localizado fora dos parâmetros das concepções modernas de razão e racionalidade. (...) uma maneira de pensar que não é inspirada em suas próprias limitações e não pretende dominar e humilhar; uma maneira de pensar que é universalmente marginal, fragmentária e aberta; e, como tal, uma maneira de pensar não etnocida (Mignolo, 2003: 103-104).

A partir desta noção de “pensamento outro”, torna-se concretizável a tarefa da “dupla crítica”, abrindo-se assim caminho a uma nova alameda de respostas às histórias e legados coloniais. A “dupla crítica”, que emana do “pensamento outro”, constitui-se então numa “estratégia outra” que é, afinal, uma estratégia sem sistema fechado e “uma construção do jogo do pensar e do político que ganha terreno silenciosamente sobre os seus desfalecimentos e sofrimentos” (Mignolo, 2003: 103).

Por meio da dupla crítica que todo este novo e emaranhado conjunto de conceitos cria, o “pensamento outro” aparece assim como o instrumento capaz de garantir a colocação do pensamento nas duas tradições que se confrontam e, simultaneamente, também nos permite não pensar em nenhuma delas. Trata-se de um outro pensamento que arranca a partir da noção de “pensamento de fronteira” ou da confrontação entre diferentes histórias.

Para melhor compreender a colonialidade, e antes mesmo de se intrinsecar na teia emaranhada de outros conceitos e semi-conceitos, que com ela se relacionam, importará lembrar que os estudos decoloniais estão focados, cronologicamente, no período que se seguiu ao século XVI, altura em que se consolidou o sistema moderno do mundo colonial. É, portanto, um foco de estudos que se centra na vitória do cristianismo sobre o islão (1492) e na conversão dos indígenas à religião de Cristo, bem como na chegada de Vasco da Gama à Índia (1498) e dos jesuítas à China (1580), e nas viagens, só de ida, que os indígenas africanos se viram forçados a fazer para o continente americano.

Por via de todos estes inéditos acontecimentos, o século XVI será visto como um marco geo-histórico e cultural, entendido como um sistema onde a transcendência dos Estados e das ideologias nacionais passa a ser a aspiração de alguns e sustenta o sonho da universalização. Neste contexto, em que se lançam raízes para o aparecimento da colonialidade, surge também um novo construto geográfico e social, que é o nascimento das Américas (Quijano e Wallerstein, 1992).

No cômputo geral da construção de estruturas permissivas à cabal compreensão do conceito de colonialidade, será também profícua a análise, em contradição, do colonialismo, que, como muito bem frisa Mignolo, não é um termo que possa ser confundido com aquele que visamos analisar, na medida em que para o pensamento eurocêntrico, o sentido de colonialismo está estritamente ligado ao colonial e só pode ser observado de forma circunscrita e arreigada ao seu sentido clássico. Já a colonialidade resulta do progresso da modernidade e é construída a partir da violência que encerra (Mignolo, 2007^a).

Edward Said mostra-se concordante com esta abordagem e sublinha que a dominação política, económica, e cultural, do mundo oriental pelo ocidente, a quem, de resto, o autor atribui a responsabilidade de criação dessa ideia de orientalidade, constitui apenas representação elaborada com vista ao domínio e à reestruturação de um território imenso sobre o qual se visa ter autoridade. É por isso, diz este autor, que quando o conhecimento elaborado pela ciência ocidental se refere ao oriente, sempre o representa como primitivo, caricato, exótico, ignorante, atrasado e toda uma vasta série de adjetivos pejorativos de que nos possamos lembrar. Trata-se de uma abordagem de Um para o Outro, que se revela como

construção propositada de um discurso que visa a promoção da divisão binária entre o Ocidente e o Oriente. Para enfatizar ainda mais este objetivo, os criadores discursivos, enquanto enfatizam as características negativas do Oriente, pautam a sua atuação e discursibilidade pela construção de uma identidade ocidental plena de qualidades, superioridades e supremacias (Said, 2001).

Para Mignolo, a diferença entre colonialidade e colonial é óbvia, sendo que esta última se refere a períodos históricos concretos e a espaços geográficos dominados por impérios. A colonialidade, por seu turno, respalda para a compreensão da estrutura lógica do domínio colonial, independentemente das manifestações históricas ou daquilo que os impérios fizeram nos lugares (Mignolo, 2007^a). A colonialidade é, pois, um conceito que aponta para aquilo (ou quem) impõe controlo, domina, explora, e produz, através do mote da classificação racial da humanidade (Colaço e Damázio, 2010).

Desta sublinhada comparação e da sua interpretação, surge uma aferição óbvia, embora difícil de aceitar à luz do quadro atualmente enraizado na sociedade humana dos direitos que todos temos à igualdade e à dignidade. Os primeiros autores a apontarem para esta evidência foram Colaço e Damázio quando alertaram que o mundo, neste início da segunda década do século XXI, ainda não está totalmente decolonizado, pois os processos de independência que se observaram até o momento atual foram somente processos de descolonização:

A primeira descolonização iniciada no século XIX foi incompleta, uma vez que se limitou à independência política das periferias. Ao contrário, a segunda descolonização, que diz respeito à categoria descolonialidade, deverá dirigir-se às múltiplas relações, inclusive às epistêmicas, que a primeira descolonização deixou intactas (Colaço e Damázio, 2010: 86).

Segundo a interpretação de Restrepo e Rojas, a instituição deste novo sistema de mundo moderno, que tanto importa compreender para se destrincar o mais possível a complicada teia concetual da colonialidade, tem uma forma de se expressar que assenta na

fundação de uma hierarquia interestatal composta à semelhança de uma pirâmide, onde as sociedades europeias, essas comunidades do “mundo velho”, ocupam o topo (Restrepo e Rojas, 2010).

Para que esta nova forma de constituição social pudesse ocorrer, foi necessária a verificação de uma série de fenómenos que se relacionaram e trabalharam entre si. Assim, para acontecer, o novo sistema-mundo contou primeiro com o aparecimento do capitalismo enquanto meio de gestão dos mercados, sendo que estes, pela primeira vez, ocorriam à escala planetária num sistema que também se pode considerar de “economia-mundo” (Restrepo e Rojas, 2010: 71).

O segundo fenómeno que aqui se relaciona está diretamente ligado à evolução científica e tecnológica (um conceito que agora nos pode parecer ousado, mas que, àquele tempo, foi tão incidente como a descoberta da internet nos nossos tempos). A ciência que começou a florescer na Europa por volta do século XVI, foi uma decorrência das necessidades do capitalismo e foi favorecedora da aventura dos descobrimentos, também eles impulsionados por essa vontade humana transcendente de encontrar novas e mais rentáveis rotas de comércio e novos mercados onde o lucro se pudesse multiplicar. Um outro fenómeno a que Restrepo e Rojas se referem está relacionado com a secularização da vida social, ou seja, essa capacidade que os homens de então tiveram de se desligar de credências e conceitos religiosos, embora não de forma ampla, para passarem a auscultar e observar o mundo pelos olhos da razão (Restrepo e Rojas, 2010).

Também a constituição de um novo sistema de Estados concorreria para a instituição deste novo sistema de mundo moderno, na medida em que a velha ideia de Estado, enquanto processo de delimitação de fronteiras, caiu para dar lugar ao Estado metrópole, que continua a ter chão, para lá das suas fronteiras e para lá do mar. Estes novos Estados são os Estados que passam a ter colónias e que, portanto, passam a ter que se organizar de uma forma política nova, declarando que as suas novas periferias não são os limites terrestres com os seus vizinhos, mas sim as suas colónias.

Por último, o quinto fenómeno que incorre neste processo de nascimento de uma nova interpretação do mundo é o universalismo, ou seja, a ideia de que todos os conhecimentos, valores e direitos, de uma sociedade, pertencem a todos os Homens. Assim colocado, este fenómeno grangeia de altitude e beleza ético-moral, na medida em que respalda para o Direito aquele tempo ainda não universal, da igualdade. No entanto, e como bem sabemos, este fenómeno ficou circunscrito a muito poucos elementos e todos eles estavam no velho continente que, em face desta universalidade, implantou e difundiu para o novo sistema-mundo o autoritarismo da sua imperialidade. Trata-se, pois, de uma universalidade que não chegava a sair da Europa e apenas era válida para um grupo de privilegiados.

Consideradas estas explicações, reforça-se a ideia, já também expressa por Mignolo, de que “a expressão comum e contemporânea de “modernidades globais” implica “colonialidades globais”. Não pode haver modernidade sem colonialidade, e, mais do que isso, “não pode haver modernidades globais sem colonialidades globais” (Mignolo, 2008: 15). O decurso do aparecimento da decolonialidade decorre desta asserção pois, como também afirmou Mignolo, “o pensamento e a ação decoloniais surgiram e desdobraram-se, do século XVI em diante, como resposta às inclinações opressivas e imperiais dos ideais europeus modernos, projetados para o mundo europeu, onde são acionados” (Mignolo, 2017: 2).

Patenteada a ideia de que os estudos coloniais demandam a correta e completa interpretação da colonialidade e da modernidade, na medida em que ambas se constituem num só processo, é chegada a hora de também se sublinhar que, para além desta dualidade, os conceitos encerram outra ideia que cabe nos compêndios das suas interpretações. Queremos assim frisar que, em consonância com os autores que se aprofundaram na tarefa de escrutinar estes conceitos, a modernidade e a colonialidade são e sempre foram alvo de duas tipologias de interpretação: a modernidade, que quando balizada aos olhos dos europeus era tida como um projeto libertador e de retórica salvacionista, mas que aos olhos dos autores decoloniais apresenta-se como portadora de um lado oculto que será, precisamente, a colonialidade (Castro-Gómez, 2005^a; Grosfoguel e Mignolo, 2008; Quijano e Wallerstein, 1992).

No âmbito dos estudos empreendidos com vista à mitigação e compreensão plena dos conceitos que agora trazemos em abordagem surge, quase sempre, mas com maior expressão na obra de Walter D. Mignolo, o conceito de “limpeza de sangue” (Mignolo, 2008), que obviamente pela imediata significância vocabular, nos reporta a esse lado oculto da modernidade e à intrínseca relação com a colonialidade. A aludida “limpeza de sangue”, tal como defende Mignolo, terá sido uma imediata consequência do Circuito Comercial do Atlântico, que teve também ele um forte impacto na formação do sistema-mundo moderno/colonial, fundamentando transformações planetárias. Mais tarde, este autor viria explicar que o Circuito Comercial do Atlântico

“possibilitou uma confluência entre o controle econômico na expansão do Ocidente e também o controle epistêmico ou do pensamento” (Mignolo, 2005: 76).

Assim, e para além da já mencionada criação de uma economia mundo, o moderno sistema-mundo, por via do seu circuito comercial no mar que então se desbravava, também abriu caminho a novos padrões de conhecimento, sustentados numa base eurocêntrica, ajudando a inscrever a diferença colonial e a implantar o discurso da limpeza de sangue (Mignolo, 2000).

Segundo viria a explicar Castro-Gómez,

A noção de limpeza de sangue surgiu do enfrentamento entre cristãos, judeus e mouros durante o processo de fortalecimento da elite cristã no momento da reconquista espanhola, que culminou no final do século XV [e terá sido] “um procedimento institucional orientado a estabelecer a linhagem do solicitante para comprovar a sua qualidade e demonstrar não pertencer nem descender de judeus nem de mouros (Castro-Gómez, 2005b: 54).

Assim justificado, este movimento terá dado origem aos “Estatutos de Limpeza de Sangue”, legitimando-os enquanto mecanismos efetivos de exclusão de raças ou de gentes não-cristãs de posições em cargos públicos ou religiosos da sociedade espanhola. Só os então chamados cristãos-velhos tinham essas regalias. Tratou-se, assim, de um processo político-religioso-social com vista à classificação da população mundial e que deu origem a uma hegemonia liderada pela Espanha ao longo dos séculos XVI e XVII (Castro-Gómez, 2005b; Mignolo, 2007b).

Para lá destes séculos, e sobretudo já no século XIX, os conceitos permaneciam, mas como o imaginário cristão desvanecia deu-se origem a uma mudança de tom neste processo de limpeza de sangue, que passou a ter como alvo, já não as orientações religiosas, mas a cor de pele, argumento que, num instante, passou a servir de justificativa torpe para a superioridade de uma raça anglo-saxónica (Mignolo, 2003).

Essa ideia de raça foi, pois, tal como Quijano viria a constatar, uma construção mental que mais não fazia senão servir a “experiência básica da dominação colonial que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (Quijano 2005: 227-228). O racismo impôs-se como um padrão de poder a partir do qual se podia criar uma hierarquia racial e organizar a população conforme essa planificação hierárquica, onde os povos superiores e inferiores se constituem como princípio organizador da divisão internacional do trabalho e do sistema patriarcal global (Grosfoguel, 2008).

Mignolo vai considerar que a instituição da ideia de raças, suportada na cor de pele, ajudou a solidificar o discurso da expropriação de terras e da exploração de mão-de-obra, não sendo uma questão de sangue ou de pele, mas sim uma questão de humanidade (Mignolo, 2007b).

Com maior incidência a partir do século XIX, o conceito de raça foi priorizando aspetos como o da cor da pele e questões de linhagem (sangue), deixando cair outros elementos que até então suportavam o conceito, como a comunidade de origem. Foi neste momento que a ideia de raça passou a ser racismo. Este último é, então, uma matriz de

classificação que ultrapassa as características físicas dos seres humanos e abrange o plano interpessoal das relações humanas, como a religião, a língua, e as classificações geopolíticas do mundo (Mignolo, 2007b).

Neste sentido, Quijano não tem dúvidas em afirmar que a ideia de raça decorre da abordagem colonial que os antigos impérios perpetraram, sendo, no entanto, um conceito que perdurou no tempo, muito para lá do colonialismo (Quijano, 2005).

A observação de todos os construtos de elevação da colonialidade, tais como o racismo e o patriarcado, no sentido de que por detrás da colonização estão os homens brancos, cultos, ricos, heterossexuais, europeus, que impuseram a ordem à semelhança da sua própria imagem e quiseram fazer o outro acreditar que eram superiores, são de extrema importância para a compreensão da decolonialidade e as expressões que a ela se ligam, como o pensamento, a viragem decolonial (que decorre da ideia de virar à direita ou virar à esquerda do inglês *turn*) e a opção decolonial (Grosfoguel e Mignolo, 2008). Cada um destes termos entende-se no âmbito de uma relação com a decolonialidade se se entender, em consonância com o pensamento de Grosfoguel e Mignolo, que o pensamento decolonial remete para o universo de expressões análogas como a de “pensamento económico”, “pensamento científico” e “pensamento linear”.

Cada um dos objetivos, aliados ao termo pensamento, apontam para um universo de sentido que caracteriza uma forma de pensar particular. A “viragem decolonial”, decorre de uma opção que se tem que tomar, significa a opção decolonial, o que quer dizer que a decolonialidade é dependente de uma opção para que possa acontecer (Grosfoguel e Mignolo, 2008).

Tendo por base essa característica da voluntariedade, do querer e da opção, para a ocorrência da decolonialidade, Grosfoguel e Mignolo explicam que esta só pode ocorrer quando os Homens optarem por avançar com um processo de desprendimento das bases eurocentradas do conhecimento e quando começarem a pensar e a fazer conhecimento que venha iluminar os lugares escuros e os silêncios que a colonialidade provocou, desconstruindo a imperialidade e as bases em que se fundou. Assim, a decolonialidade,

enquanto pensamento, opção e viragem, nasce de forma espontânea a partir da fronteira, ocorrendo num processo de oposição dos dominados e taxados como inferiores, assumindo-se como resposta contraditória aos projetos universais e que eleva a sua própria história e saberes locais. Na decolonialidade, o ser dominado assume-se como o criador do seu espaço, dando expressão histórica e cultural ao que lhe foi inviabilizado e silenciado (Grosfoguel e Mignolo, 2008).

Da interpretação desta abordagem de Mignolo, Luciana Ballestrin escreve que a decolonialidade não se reporta à substituição de um paradigma por outro novo, mas sim ao aparecimento de “paradigmas outros” que transcendem o silenciamento e a subalternização dos até então submissos ao paradigma eurocêntrico e que se propõem à reconstituição deles próprios enquanto sujeitos, outrora “destituídos da condição de fala e da habilidade de produção de teorias e projetos políticos” (Ballestrin, 2013: 104-106).

Os “paradigmas-outros” de que fala Ballestrin, e que sustentam o pensar decolonial, não são conhecimento que se possa produzir numa academia ou por via de evidências científicas, eles são, como referiram Grosfoguel e Mignolo, a multiplicidade de respostas que se foram criando nos vários continentes com regiões colonizadas ao longo dos processos de formação e de consolidação da modernidade/colonialidade (Grosfoguel e Mignolo, 2008).

Assim, e ainda na sequência do pensamento de Mignolo, podemos aferir que a decolonialidade se encerra no pensamento que foi negado, nesse pensamento local que foi silenciado por imposição do racismo e do patriarcado (Mignolo, 2003). A decolonialidade surge então do pensamento negado e que emerge do conhecimento e dos saberes locais e enquadra a história, a memória, a dor, o conhecimento de línguas e dialetos.

Para Mignolo, da decolonialidade afere-se que, muitas vezes, estes conhecimentos não foram levados a sério pelas instituições do conhecimento – universidades –, porque consideravam que aqueles saberes não obedeciam às regras disciplinares de produção de conhecimento. O conhecimento gerado pela ferida colonial nunca foi considerado de forma séria pela história, pois sempre se refutaram como saberes que não se baseavam nas ideias de tempo linear, de progresso e de evolução (Mignolo, 2007b).

Nas palavras deste autor,

O paradigma descolonial luta por fomentar a divulgação de outra interpretação que traz uma visão silenciada dos acontecimentos e também mostra os limites de uma ideologia imperial que se apresenta como a verdadeira (e única) interpretação desses mesmos factos (Mignolo, 2007b: 57).

Em contraposição a esta constatação, muitos autores e intelectuais, entre os quais o próprio Mignolo, têm vindo a defender que o decolonialismo e a própria decolonialidade deveriam usar a cultura como uma das suas armas, promovendo a resistência cultural e, através dela, imaginar uma nova nação independente, não só da colonialidade, mas também da modernidade que cria e impõe cultura alheia e com ela destrói as suas raízes e a força cultural (Fanon, 1968; Césaire, 1977; Cabral, 2011).

Decorrente da História da Humanidade, tal como a conhecemos, o decolonialismo surge para dar expressão aos episódios abafados, colocando em primeiro plano as histórias locais que serviram de base ao projeto global e universal, mas foram por ele escondidas. No horizonte da decolonialidade está a pluriversalidade e a universalidade, pois existem muito mais histórias do princípio do que aquela que o cristianismo difundiu, existem muito mais civilizações do que a grega, e existem muitas línguas fundacionais, para além do grego e do latim.

Para cada uma dessas realidades escondidas, existem fundamentos de base de economia que os clássicos desta disciplina não conheceram e, possivelmente, não aceitariam, assim como existem também formas de estar em comunidade que os teóricos da política e os juristas eurocêntricos teriam dificuldade em entender (Mignolo, 2010).

De uma história universal de imposição, ressurgem agora a possibilidade de se recuperar histórias, memórias, línguas, e experiências de subjetividade, que respaldam do

jugo da expansão europeia e norte-americana e que sobreviveram aos ímpetos de cristianizar, civilizar, desenvolver ou democratizar, para ajudar à concretização do capitalismo.

Desse pluriverso de encontros, da diversidade das Américas e Caribe, da África, Ásia e da diversidade do que desde princípios do século XX se conhece como Médio Oriente, surgem formas fronteiriças de pensar e de reinscrever línguas e cosmologias, saberes e filosofias, subjetividades e línguas, que foram e continuam sendo demonizadas (isto é, racializadas), a partir da posição hegemónica e dominante da epistemologia moderna (Grosfoguel e Mignolo, 2008: 36-37).

A decolonialidade, enquanto conceito, é assim um elo de ligação entre pensadores, ativistas, académicos, jornalistas, estejam eles onde estiverem. E é também um ponto de ligação e convergência entre todos os que pensam no sentido do mundo e a partir deste sentido tomam consciência da ferida colonial. Para que a decolonialidade seja possível urge que se rompa com a universalidade do conhecimento, com a modernidade, e se apresente o esquema de construção e implantação dessa colonialidade silenciadora para, a partir do conhecimento dos motivos e razões que tornaram possível a subjugação de uma parte do mundo a outra, se possa concretizar a abertura para a pluriversalidade e para a decolonialidade do conhecimento.

Deste modo, concluindo, a decolonialidade pode abrir as portas a uma nova ordem global que, nas palavras de Mignolo, seria uma ordem:

pluriversal, não universal, e isso significa tomar a pluriversalidade como um projeto universal em que todas as opções rivais teriam de se aceitar. Aceitá-lo somente requer, como declarou Ottobah Cugoano, que nos coloquemos, enquanto pessoas, Estados, instituições, no lugar onde nenhum ser humano tem o direito de dominar e se impor a outro ser humano. É simples assim, e tão difícil. Para seguir nessa direção, precisamos mudar os termos da conversa.

Mudando os termos da conversa, e não apenas o conteúdo, significa pensar e agir descolonialmente. Muito precisa ser feito, mas a crescente sociedade política global indica que as opções descoloniais aumentarão exponencialmente, e assim contribuirão para remapear o fim da estrada para a qual a civilização ocidental e a matriz colonial de poder nos levaram. Mais uma vez, a meta das opções descoloniais não é dominar, mas esclarecer, ao pensar e agir, que os futuros globais não poderão mais ser pensados como um futuro global em que uma única opção é disponível; afinal, quando apenas uma opção é disponível, “opção” perde inteiramente o seu sentido (Mignolo, 2017: 14).

CAPÍTULO III

METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

3. INTRODUÇÃO

Todas as ciências naturais, bem como todas as ciências sociais, têm por base investigações empíricas porque as observações deste tipo de investigação podem ser utilizadas para construir explicações ou teorias mais adequadas (Hill e Hill, 2009: 19).

Partindo desta constatação e tendo em conta que a investigação empírica se sustenta num aporte de observações que permitam compreender os fenómenos que são alvo de estudo, intentamos empreender um processo de estudo suportado num quadro metodológico empírico, dotado de métodos e instrumentos de aquisição de conhecimentos rigorosos.

Por meio desses instrumentos será possível proceder a uma análise racional dos conhecimentos e dados adquiridos e, assim, construir um aporte de conteúdo que pode vir a contribuir para o desenvolvimento de conhecimentos acerca da forma como a atitude ou *mind frame* das empresas, em termos de colonialidade versus decolonialidade, poderá condicionar o seu processo de internacionalização em países que já foram colónias.

De acordo com Lessard-Herbert, o processo de planeamento de uma estratégia de investigação deve compreender três fases. A primeira é correspondente à planificação, que tem por base as observações reais, as reflexões, e a conscientização ou formulação do problema de investigação que resulta dessas observações. A segunda fase corresponde à concretização do trabalho de campo e inclui a recolha de dados que servirão de suporte ao estudo. A terceira será a redação final do trabalho de investigação, onde os dados recolhidos serão avaliados e apresentados (Lessard-Herbert, 1996).

Tendo em conta estas orientações, traçamos no presente capítulo a componente metodológica da investigação efetuada no âmbito do estudo.

Com vista a descrever o percurso metodológico que construímos para orientar a nossa investigação, seguindo o percurso aconselhado por Fortin (1999), de que a investigação deve assentar numa estrutura metodológica que favoreça a obtenção das respostas às questões de

investigação identificadas, apresentamos neste capítulo as fases de investigação percorridas, compreendendo a construção da problemática, delimitação dos objetivos de investigação, apresentação do tipo de estudo, o seu contexto e amostra, bem como as estratégias de recolha de dados e os procedimentos efetuados para a análise dos mesmos.

No primeiro sub-capítulo, abordamos a problemática que pretendemos desenvolver e enunciamos especificamente os objetivos do nosso estudo. No segundo sub-capítulo apresentamos e justificamos o porquê de nos basearmos num estudo essencialmente de cariz descritivo-analítico e exploratório, assente na descrição de dados e explicamos como pretendemos chegar à conclusão de que o mais apropriado para levarmos a nossa investigação a bom termo seria reencaminhámos para um Estudo de Caso. No terceiro sub-capítulo abordamos, então, a técnica de estudo de caso, recorrendo a diferentes métodos e técnicas que se enquadram, essencialmente, num paradigma de investigação qualitativa. No quarto sub-capítulo, utilizamos o processo de análise de conteúdo segundo o método de Laurence Bardin (2011), e explicitamos como o fizemos. No quinto e último sub-capítulo, procedemos a uma caracterização da amostra que, composta por dois grupos de participantes, sendo uns correspondentes ao primeiro grupo de enviados pela empresa para Moçambique, e outros correspondentes ao segundo grupo enviado pela empresa para Moçambique.

3.1. A PROBLEMÁTICA E OS OBJETIVOS DO ESTUDO

Qualquer investigação científica deve ter como ponto de partida a identificação de um problema, uma dificuldade que tanto pode ser de cariz teórico como prático, que se coloca ao conhecimento e impede a perceção global de um determinado tema (Marconi e Lakatos, 2003). Quando estes entraves à aquisição de conhecimento ou desenvolvimento de boas práticas profissionais se afiguram, o investigador deve propor-se à busca de soluções, sustentando essa procura nos caminhos sólidos da ciência.

Considerando estas premissas, apresentamos o problema que se constituiu como o fundamento da presente investigação e que decorreu da observação das dificuldades sentidas no decorrer do processo de internacionalização da empresa Ferpinta no país Moçambique,

um território que parecia, à partida, livre de obstáculos que se colocariam às empresas portuguesas que visavam expandir-se além-fronteiras, nomeadamente a língua e entraves culturais, na medida em que se tratava de um país que durante longas décadas foi uma colónia portuguesa e supostamente teria uma proximidade histórico-cultural em relação a Portugal, que supostamente poderia facilitar a penetração e inserção no mercado daquele país.

A partir da observação direta fundamentada com a observação participante, verificámos a ocorrência de diversos problemas e obstáculos sentidos pela empresa no território palco da internacionalização, o que nos levou a considerar a necessidade de empreender um estudo que fundamentasse as observações prévias e desse resposta a um conjunto de indagações que viríamos a formalizar em objetivos de investigação.

Assim, visamos aferir quais os obstáculos que se colocaram à implantação da empresa Ferpinta em território moçambicano, analisando o histórico das relações empreendidas entre o grupo empresarial que constitui o nosso caso de estudo e o país recetor. Considerámos nesta abordagem a análise das equipas de funcionários enviados pela empresa para Moçambique, os objetivos traçados inicialmente e a missão proposta. Da mesma forma, considerámos as dificuldades encontradas ao longo das fases de implementação e efetuamos uma avaliação da eficácia de cada um dos momentos de evolução da empresa nesse projeto de expansão internacional.

Por meio da análise de caso empreendida, verificámos a ocorrência de duas fases distintas neste processo de internacionalização, sendo que a segunda fase se justifica com o fracasso da primeira e, entre uma e outra, se regista, como principal diferença, as características sociológicas e a postura das equipas de funcionários enviadas.

De facto, e tal como teremos oportunidade de analisar, numa primeira fase, a Empresa Ferpinta optou por contratar antigos residentes ou naturais daquela província ultramarina (como então designada). Com esta decisão a empresa pretendia beneficiar dos conhecimentos do território, cultura e tradições, que esses funcionários teriam. Contudo, os objetivos inicialmente previstos não foram alcançados.

Numa segunda fase de implementação da empresa, procedeu-se à alteração das equipas de trabalho, optando-se, desta vez, por enviar para Moçambique funcionários que não tinham qualquer conhecimento prévio do país e que efetivamente obtiveram resultados melhores que os primeiros.

Não estando em causa a competência técnica dos primeiros, nem os meios disponibilizados pela empresa entre a primeira e a segunda fase, os motivos do relativo fracasso da primeira fase estariam noutra ou noutras variáveis explicativas, que não a competência técnica ou os meios disponibilizados.

Perante a problemática em questão, pareceu-nos que as técnicas de investigação mais adequadas seriam entrevistas semiestruturadas aos elementos das equipas das duas fases de implementação da empresa, precedidas da recolha e análise da documentação da empresas a respeito das duas fases, tanto no que respeita às competências técnicas das equipas da primeira e segunda fase, como no que concerne aos aspetos quantitativos, referentes à quantidade de funcionários enviados, e meios logísticos e financeiros colocados à disposição em cada fase.

Na primeira fase, os membros enviados, iam como prospetores ex retornados (retornados de Moçambique para Portugal depois da independência), normalmente ex trabalhadores do antigo regime, conhecedores da logística, mas sempre muito impregnados do sentimento de colonizador, como constatámos depois pelas entrevistas.

Já na segunda fase, os funcionários repartiam-se por funcionários licenciados e operários, conhecedores do funcionamento de máquinas, enviadas da fabrica-mãe na primeira fase, e conhecedores da produção do produto em questão (tubos variados).

As entrevistas semiestruturadas, com fim em aberto (permitindo alguma margem de liberdade aos respondentes para abordarem o tema), tiveram em vista aferir: por um lado, das posturas de ambas as equipas, das suas mentalidades caracterizadoras, suas perspetivas e modos de atuação; por outro lado, da própria perceção dos entrevistados sobre os motivos

de maior ou menor sucesso de cada uma das fases em que estiveram respetivamente envolvidos.

A escolha e aplicação do instrumento entrevista semiestruturada, foi pautada pela necessidade de dar resposta à pergunta de investigação:

De que forma a atitude ou *mind frame* das *estratégias empresariais em campo*, em termos de colonialidade versus decolonialidade, poderão condicionar o processo de internacionalização empresarial em países que já foram colónias?

Partindo da questão atrás apresentada, estabelecemos como objetivo geral e norteador da construção do processo de pesquisa, a necessidade de identificar como a colonialidade ou decolonialidade do pensamento e das atitudes poderiam ser encontradas na operacionalização da estratégia de campo de internacionalização da empresa.

Deste primeiro e fundamental objetivo decorrem os objetivos específicos que favorecem a procura da resposta à questão de investigação e constituem também os pilares orientadores do caminho a percorrer ao longo de todo o processo de estudo, a saber:

- 1) Observação das principais estratégias de internacionalização,
- 2) Identificação de fatores de competitividade - chave para a internacionalização,
- 3) Identificação de especificidades na internacionalização de empresas familiares (dado que a empresa Ferpinta é uma empresa familiar),
- 4) Estudo analítico da estratégia de internacionalização de Empresas em Moçambique,
- 5) Perceber, se e como, uma postura estratégica decolonial influenciou ou não o sucesso da empresa em Moçambique na segunda fase, ajudando-a a ultrapassar obstáculos culturais de inserção que foram encontrados na primeira fase.

Baseados na problemática atrás descrita e nos objetivos que dela decorreram, traçou-se o caminho metodológico que melhor sustenta a procura de resposta à questão de investigação proposta e que passamos a abordar nos sub-capítulos seguintes.

3.2. TIPO DE ESTUDO

O estudo apresentado é essencialmente de cariz descritivo-analítico e exploratório, assentando na descrição de dados e tendo por objetivo elencar e analisar os fatores que determinam os conceitos que possam estar associados ao fenómeno em estudo. Trata-se de uma investigação que considera a tipologia Estudo de Caso, sendo este composto por um estudo de carácter essencialmente qualitativo, embora considerando aspetos quantitativos no que se refere à quantidade de elementos que integram cada uma das duas fases da empresa em Moçambique, as suas competências técnicas (número de licenciados e técnicos superiores), e os meios logísticos e financeiros colocados à disposição de cada uma das fases.

A escolha metodológica apresentada assenta na premissa que caracteriza os estudos deste tipo, na medida em que estes permitem “descrever situações, acontecimentos e feitos”, favorecendo a interpretação e compreensão do fenómeno em estudo (Sampieri, Coltado e Lúcio, 2006:100).

Tendo em conta a problemática, a questão de investigação, e os objetivos propostos, recorreremos, portanto, a técnicas essencialmente qualitativas, embora não descurando as quantitativas acima descritas.

Explicados acima os métodos quantitativos da análise, passamos agora a descrever um pouco mais detalhadamente a metodologia qualitativa utilizada, nomeadamente no que se refere à especificidade da técnica narrativa.

A narrativa enquanto instrumento da análise qualitativa,

É o processo cognitivo que dá sentido a eventos temporais, identificando-os como partes de um enredo. A estrutura narrativa é usada para organizar eventos em vários tipos de histórias (Polikinhorne, 1991: 142).

Na metodologia qualitativa de caráter descritivo, o objetivo é descrever uma experiência tal como ela é vivenciada pelas pessoas envolvidas, pelo que ela se mostra particularmente adequada ao estudo da experiência humana (Bogdan e Biklen, 1994).

Trata-se de uma metodologia que, por ser mais flexível que a metodologia quantitativa, permite uma pesquisa mais ampla, complexa, e intensiva dos dados, tanto em amplitude como em profundidade, privilegia de um modo geral, o estudo de casos individuais ou grupais (Cervo e Bervian, 2002). As conclusões elaboradas com base nesta pesquisa não são imediatamente generalizáveis e referem-se ao caso em análise e à especificidade do contexto organizacional em questão (Bell, 2008).

Não obstante, os resultados encontrados neste estudo de caso poderão permitir a pesquisa do mesmo tipo de hipóteses para outros casos e outros países, em circunstâncias semelhantes, permitindo assim a possibilidade de estudos comparados com outros países e empresas.

A metodologia qualitativa possui cinco características fundamentais para o alcance da nossa investigação que a investigação quantitativa não possibilita. Em primeiro lugar, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), na investigação qualitativa, a fonte direta dos dados é o ambiente natural, sendo o investigador o instrumento principal. Em segundo lugar, a pesquisa qualitativa é descritiva e os dados são recolhidos sob a forma de texto ou imagens. Estes devem ser analisados pelo investigador de forma integral, respeitando-se, assim, a forma como foram recolhidos e registados. Para além disso, os investigadores qualitativos interessam-se mais pelo processo de recolha de dados do que propriamente pelos resultados, e analisam os dados de uma forma indutiva. Por último, o significado assume uma grande importância na investigação qualitativa. Neste âmbito, os investigadores preocupam-se por aquilo que se designa por perspectiva dos participantes na sua diversidade (Flick, 2005).

Deste modo, a investigação qualitativa não está preocupada com a identificação de regularidades, mas sim com a singularidade das perspetivas e significados associados ao objeto de estudo em causa. A investigação qualitativa não se baseia numa conceção metodológica e teórica unitária, antes encara a,

interação do investigador (...) como parte explícita da produção do saber, em vez de a excluírem a todo o custo (...). A subjetividade do investigador e dos sujeitos estudados faz parte do processo de investigação (Flick, 2005: 6).

A adoção do paradigma qualitativo teve implicações na forma como o próprio “desenho de pesquisa” foi elaborado. Neste âmbito, selecionamos como método de estudo o método de ‘Estudo de Caso’, aplicado ao processo de internacionalização do Grupo Ferpinta.

O método de estudo de caso refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular e, segundo Yin (2001), visa organizar os dados sociais, preservando o carácter unitário do objeto de estudo. No método de Estudo de Caso, o alcance da representatividade estatística é acessório e a singularidade do caso é privilegiada. Aliás, como destaca Isabel Guerra, a questão fulcral que se coloca não é a definição de uma imensidade de sujeitos estatisticamente “representativos”, mas sim uma pequena dimensão de sujeitos “socialmente significativos” (Guerra, 2006: 20).

No que concerne à problemática teórico-conceitual de base, colonialidade versus decolonialidade, no caso específico da relação entre Portugal e as suas ex-colónias, será de enfatizar que encontramos diversos estudos empíricos que enaltecem a importância atribuída pelos portugueses à sua história e ao seu passado “glorioso” (Miranda, 2002; Sobral, 2010). As grandes navegações e os “descobrimientos” continuam a ser considerados como a “idade de ouro” da história nacional, o que contribui para silenciar os efeitos mais brutais da expansão colonial (Sobral, 2010).

Na mesma linha de ideias, Bernd Reiter considera que “o legado do colonialismo ainda influencia fortemente as formas pelas quais Portugal define a sua pertença nacional” (Reiter 2005: 89). Este autor considera que o facto de Portugal ocupar uma posição ambivalente na hierarquia internacional contribui para uma dupla tensão: “Por um lado, o orgulho nacional, prejudicado por comparações potencialmente humilhantes com as mais ricas e mais poderosas nações da Europa, exige a evocação do passado ‘glorioso’ de Portugal” (Reiter, 2005: 89). Mas, ainda segundo o autor, essa distância em relação a alguns aspetos daquele passado também é necessária: “O resultado é uma espécie de neurose portuguesa sobre o seu passado colonial” (Reiter, 2005: 87), daí igualmente a nossa opção por uma análise qualitativa sobre a questão da colonialidade e da decolonialidade na relação dos portugueses com Moçambique.

3.3. ESTUDO DE CASO

De acordo com Yin, o estudo de caso é considerado o recurso metodológico mais indicado quando se pretende obter respostas às perguntas: “como” e “por quê?”, podendo ser definido como “uma investigação empírica que estuda um fenómeno contemporâneo dentro de um contexto realista, especialmente quando as fronteiras entre o fenómeno e o contexto não são absolutamente evidentes”, salientando-se que, para tal, pode-se usar diversas fontes para recolher evidências e informações desde que sejam apropriadas e sejam capazes de compreender o caso no seu todo (Yin 2005:13).

O estudo de caso implica, pois, um conhecimento aprofundado da realidade investigada e recorre a diferentes métodos e técnicas que se enquadram, sobretudo, num paradigma de investigação qualitativa. Conforme Baranano (2004), esta metodologia permite-nos compreender e interpretar uma realidade específica, que está sujeita às experiências e às perceções subjetivas dos participantes nela inseridos.

João Pedro da Ponte, refere que o estudo de caso é uma investigação que,
... se assume como particularística, isto é, que se debruça
deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser

única ou especial, pelo menos em certos aspetos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenómeno de interesse (Ponte 2006: 2).

Na condução de um estudo de caso devemos ter em consideração alguns aspetos, que, segundo Dubé e Paré (2003), podem ser divididos em três grupos: planeamento, que compreende aspetos relacionados com a conceção da pesquisa; recolha de dados, a qual abrange o processo de recolha de informação; análise dos dados, na qual se consideram todos os aspetos referentes ao processo de compreensão e estudo da informação recolhida.

Não obstante as inúmeras vantagens apontadas para esta metodologia de investigação, e da certeza de que a escolha desta tipologia empírica é a que mais se adequa à procura de respostas para as nossas questões de investigação e objetivos propostos, importa ter em conta que o Estudo de Caso comporta algumas limitações, tal como o facto de ser um sistema de recolha de dados não exaustivo, sendo considerado como limitativo o facto de ser circunscrito. Para além disto, devemos também ainda caracteriza-lo como um método que exige a identificação, o mais precisa possível, do objeto a estudar (Coutinho e Chaves, 2002).

Para além destes fatores, o Estudo de Caso é de carácter único, específico, diferente, e impõe que a investigação decorra em ambiente natural, demandando do investigador uma especial atenção, na medida em que este trabalhará com fontes múltiplas de recolha de dados e vários métodos de levantamento de informações e conhecimentos.

Ainda quanto à metodologia de investigação selecionada - Estudo de Caso, o investigador terá que ter agilidade para manipular corretamente as fontes de observação diretas e indiretas, estando habilitado a trabalhar com múltiplos instrumentos de recolha de dados e a fazer a interpretação objetiva de narrativas, com registos de áudio e de vídeo, ou mesmo com a observação participada (Coutinho e Chaves, 2002).

Feito este enquadramento, importa situar o nosso estudo, salientando e definindo cada procedimento técnico utilizado na recolha, tratamento e análise de dados. Neste âmbito,

as técnicas de recolha por nós utilizadas foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a observação participante, e a entrevista semiestruturada, conforme passamos a descrever nos próximos pontos.

3.3.1. PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica consiste num tipo de pesquisas científicas sem recorrer diretamente aos factos da realidade empírica (Oliveira, 2007). No nosso estudo recorreremos à pesquisa bibliográfica para obtermos dados acerca dos contributos teóricos relevantes, relacionados com as principais teorias explicativas da internacionalização, bem como para a identificação dos fatores de competitividade.

3.3.2. PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental consiste numa técnica de pesquisa de documentos que serão alvo de primeira análise científica ou análise científica reinterpretaiva. Quando se trata de primeira análise científica,

o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram previamente por nenhum tratamento científico (Oliveira, 2007: 70).

No domínio da nossa investigação, a pesquisa documental permitiu recolher um conjunto de dados acerca da empresa Ferpinta, alguns deles sendo dados públicos e outros disponibilizados pela própria empresa pela primeira vez a um investigador, a autora. A informação alcançada possibilitou-nos contextualizar a criação da empresa e analisar elementos relativos ao historial financeiro e de negócios da Ferpinta, devidamente autorizados. Ainda com base nos dados recolhidos, foram identificadas as referidas duas fases da internacionalização do Grupo Ferpinta em Moçambique, aspetos críticos e desafios da estratégia de internacionalização do Grupo.

3.3.3. OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

De acordo com Spradley, a observação participante é realizada quando existe um contato direto, frequente e prolongado, do investigador com os atores sociais e com a realidade em análise, sendo o próprio investigador o instrumento de pesquisa. Segundo este autor, esta técnica necessita que exista a eliminação de deformações subjetivas para que possa haver a compreensão dos factos, por isso deve ser uma técnica utilizada com cuidado, para que se evitem enviesamentos (Spradley 1980).

A autora deste trabalho é funcionária da empresa Ferpinta há cerca de 30 anos e, como tal, optou pela técnica de observação participante, levada a cabo na primeira pessoa, uma vez que como funcionária da empresa foi interveniente e acompanhou muito dos processos de internacionalização aqui descritos.

3.3.4. ENTREVISTAS

De forma a articular e complementar os dados recolhidos com as anteriores técnicas, recorreu-se à entrevista individual e semiestruturada, uma vez que se pretendia obedecer a um guião estruturado, elaborado a partir do referencial teórico, usando simultaneamente algumas questões de forma exploratória, favorecendo deste modo um aprofundamento da informação, com fim em aberto e garantindo alguma liberdade de resposta ao entrevistado.

Este tipo de entrevista consiste num contato mais direto entre o investigado e os entrevistados, sendo ainda caracterizado por uma fraca diretividade por parte do primeiro. Durante a entrevista, o investigador espera que as respostas sejam elaboradas livremente pelo entrevistado, de acordo com a interpretação que concede ao tópico ou questão lançada pelo entrevistador (Ghiglione e Maltalon, 2005). Simultaneamente, o entrevistador pode orientar a entrevista em função dos seus objetivos, através de um guião de entrevista com os principais temas a abordar na estrutura.

Segundo Tuckman, a entrevista semiestruturada é um instrumento de auto-registo, que, por oposição à observação direta de fenómenos, incorre no levantamento de problemas

importantes, incluindo, a necessidade de se obter a cooperação e anuência de participação do entrevistado e, também, a necessidade de ter em conta a possibilidade de este sujeito não responder a todas as questões colocadas com assertividade (Tuckman 2000).

Para as entrevistas deste trabalho foi preparado um guião semiestruturado, impositivo dos principais tópicos a serem abordados, mas com a devida abertura para o entrevistado discorrer sobre o seu conhecimento único da empresa. Os tópicos selecionados procuram informação esclarecedora, corroborativa ou complementar, quanto ao processo de internacionalização do Grupo Ferpinta, em particular quanto às motivações e opções por determinados mercados e perceção das dificuldades encontradas.

Os tópicos que consideramos mais esclarecedores para o nosso estudo, e por isso os que mais insistimos junto dos entrevistados, são:

- Histórico das relações do Grupo com Moçambique, para percebermos a atração e motivação que o grupo teve pela aquela ex-colónia.

- Dificuldades encontradas nos diferentes períodos (entrada em Moçambique, estabilização e fase de crescimento), questão fundamental para perceber a mudança de estratégia do grupo da primeira para a segunda fase.

- Um resumo da experiência, em Moçambique, que nos permite tomar conhecimento das ideologias do povo moçambicano, dos seus anseios e medos. As experiências pessoais que foram relatando também nos permitem perceber a mentalidade dos funcionários e verificar o abismo em termos de características, *mindset* e postura, entre os dois grupos.

3.4. PROCEDIMENTOS E TRATAMENTO DE DADOS

Tendo em conta que a metodologia do presente estudo é de cariz qualitativo e o instrumento de recolha de dados foi a entrevista semiestruturada, optámos por levar a cabo a análise dos dados recolhidos através do processo de análise de conteúdo segundo o método

de Laurence Bardin (2011), tendo o mesmo sido iniciado com análise total às respostas obtidas às entrevistas realizadas.

Laurence Bardin considera a análise de conteúdo como um “conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”, sustentando que “a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção” (Bardin, 2011: 40).

Foi neste sentido que se entendeu a utilidade do método para os objetivos investigativos, uma vez que por via desta análise é possível deduzir de maneira lógica a mensagem que o emissor pretende passar.

O método de análise de conteúdo leva em conta o respeito pela elaboração e pela utilização de modelos sistemáticos de leitura, do registo de suporte das respostas, e assenta no uso de regras explícitas de análise e interpretação, por meio das quais se procede à realização de inferências válidas.

Do ponto de vista prático, este método consiste na medição da frequência, da ordem, e da intensidade, de certas palavras e expressões, permitindo ao investigador estudar de forma indireta o conteúdo avançado pelos respondentes.

Tal como justificaram LoBiondo-Wood e Haber,

É após a análise dos dados que o pesquisador junta as peças finais do quebra-cabeças para ter uma visão total do quadro com um olhar crítico (LoBiondo-Wood e Haber 2001:223).

Quando se aborda e empreende esta metodologia é preciso ter em conta que a mesma deve obedecer a um criterioso processo de execução de que fazem parte quatro etapas sequenciais, a saber: a organização da análise; a codificação; a categorização e a inferência (Bardin, 2011).

A organização da análise corresponde à fase de preparação do material e esta organização compreende a pré-análise. A exploração do material corresponde à aplicação das operações de codificação, decomposição ou enumeração, e também à fase de tratamento dos resultados que derivam das operações anteriores, para além da sua interpretação, a que corresponde a atribuição de inferências.

Nesta fase, a da codificação, procede-se à transformação dos dados e à sua agregação em unidades, o que vai resultar na representação do conteúdo e na descrição exata das características que lhe são pertinentes.

De seguida, deve ser efetuado o processo de categorização, onde primeiramente se classificam os elementos que compõem cada conjunto identificado por diferenciação, para depois serem reagrupados em função de analogias construídas com base em critérios previamente definidos. Trata-se de um momento da análise de conteúdo que exige capacidade criativa, garantindo-se sempre a exclusão mútua, a homogeneidade, a pertinência da categoria, a sua objetividade, e a fidelidade aos dados recolhidos.

Por fim, na quarta fase da análise do conteúdo, a inferência, são feitas deduções lógicas sobre as opiniões do participante.

Quando todos estes passos estão cumpridos, o investigador tem construído um conjunto de áreas temáticas, categorias e subcategorias, que vão depois figurar num quadro síntese, onde também são expressas unidades de registo de significação.

3.5. A AMOSTRA DE ENTREVISTADOS PARA ESTE ESTUDO

Sampieri destaca que a amostra, na essência, é um subgrupo da população, um subconjunto de elementos que pertencem a um conjunto definido pelas mesmas características (Sampieri et al. 2006). Trata-se de uma definição que encontra paralelo na conceptualização expressa por Fortin (1999), onde a amostra é descrita como uma coleção de elementos ou de sujeitos que partilham características comuns, definidas por um conjunto

de critérios. Para esta autora a amostra é um grupo representativo da população-alvo e é constituída pelos elementos que satisfazem os critérios de seleção definidos antecipadamente, servindo o propósito de realização de generalizações a que o investigador se propõe.

A amostra do presente estudo de investigação é composta por dois grupos de participantes, sendo uns correspondentes à primeira e outros à segunda equipa enviadas pela Empresa Ferpinta para Moçambique. Acresce a esta amostra, a entrevista realizada com o administrador da empresa que liderou e esteve, desde sempre, ligado ao processo de internacionalização da mesma, na primeira e na segunda fase.

A amostra definida é uma amostra não probabilística, uma vez que se dirige a um subgrupo da população cuja eleição dos elementos não depende da probabilidade, mas das características da investigação (Sampieri et al., 2006).

No nosso estudo foram seleccionadas oito pessoas, com base nos seguintes critérios:

- 1) Forte Interação com a empresa e os funcionários moçambicanos.
- 2) Seleção, tanto executivos como dirigentes-executivos, para assim podermos ter uma visão mais abrangente das relações entre Portugueses os moçambicanos.
- 3) Entrevistados que acompanharam todas as fases de internacionalização em Portugal, quer na primeira fase quer na segunda fase, com frequentes visitas a Moçambique.
- 4) Entrevistados que tivessem dado suporte a todas as interações que se iam construindo, pois todas as situações mais positivas ou negativas passaram pela sua apreciação, análise e decisão de resposta.
- 5) Entrevistados que estiveram em Moçambique nas duas fases em análise.

- 6) Entrevistados com capacidade de refletir criticamente ao longo da entrevista sobre o que acharam mais relevante da sua missão e experiência em Moçambique ao serviço da empresa.

Complementarmente às entrevistas, foram trocados diversos *e-mails* com os entrevistados por forma a esclarecer dúvidas que foram surgindo, para complementação da informação e assim colmatar eventuais falhas ou solicitação de esclarecimentos aquando do cruzamento de informações e declarações de outros entrevistados. Do mesmo modo, foram igualmente sendo consultados documentos que os entrevistados foram referindo nas entrevistas e que se revelavam importantes para a pesquisa.

Com base nos critérios acima descritos, apresentamos aqui uma tabela de todos os entrevistados, caracterizando-os quanto aos elementos que se consideram relevantes para a problemática em questão.

Tabela 1 – Dados dos entrevistados

Denominação	Cargo	Elementos da empresa enviados para Moçambique
Entrevistado E1 Aveiro 04/04/2021	Gestora financeira	2. ^a fase
E4 Aveiro 05/01/2021	Diretor	2. ^a fase
E5 Maputo 16/12/2019	Diretora de filial	2. ^a fase
E2 Aveiro 02/01/2020	Administrador	1. ^a fase 2. ^a fase
E3 Aveiro 04/09/2019	Administrativa em Portugal para a internacionalização em Moçambique	1. ^a fase 2. ^a fase
E6 Aveiro 16/12/2019	Funcionário	1. ^a fase
E7 Aveiro 15/12/2019	Funcionária	1. ^a fase
E8 Aveiro 14/12/2019	Explorador de mercado	1. ^a fase

Temos assim para caracterizar a primeira fase, os entrevistados E6, E7 e E8. Como entrevistados que acompanharam a primeira e a segunda fase, que sentiram as grandes diferenças e que tiveram de se adaptar, temos os entrevistados E2 e E3. Por fim temos os entrevistados E1, E4 e E5, jovens trabalhadores que quando entraram em contato com os moçambicanos com uma mentalidade diferente dos seus anteriores colegas, pouco sabiam do colonialismo, apenas o que lhes foi ensinado no seu percurso académico, pelo que quando chegaram a moçambique se deparam com uma realidade de certa forma “literária”, que até então, na sua mente, só existiria nos livros, e que duvidavam que fosse uma “realidade”.

Entrevistados

Primeira fase

E6 – Somali, chegou à capital moçambicana, Maputo, acompanhado dos pais com apenas cinco anos. Ainda muito adolescente, tornou-se funcionário do Grupo. O seu estatuto de refugiado impôs-lhe algumas limitações, no entanto era um verdadeiro moçambicano.

E7 – Mulher na casa dos sessenta anos, sempre acreditou que o 25 de Abril ditou, para alguns portugueses, o fim do paraíso em África, mas não para ela. O sonho do retorno ao seu mundo nunca se desvaneceu. Ela e sua família nunca tinham vivido na metrópole, apenas a conheciam das férias que de dois em dois anos faziam. Este Portugal ao qual chegaram em 1974, forçados, nada tinha a ver com os locais que tinham deixado. As lembranças e a vida em África nunca foram dissociadas do presente.

E8 – "Eu, de facto, não sou bem é de lado nenhum", frase chave que caracteriza o nosso E8, homem, engenheiro de profissão, também ele perto de completar os sessenta anos. Tinha quatro anos quando, em 1960, saiu de Lisboa em direção a Tete, acompanhando o pai, engenheiro contratado para o Gabinete de Planeamento do Zambeze, responsável pelo estudo da construção da Hidroelétrica de Cahora Bassa.

Primeira e segunda fase

E2 – Homem na casa dos cinquenta anos, administrador, todas as decisões passavam por si. Muito exigente sempre preocupado em cumprir todos os requisitos demandados pelo governo moçambicano. Estabeleceu relações fortes de cooperação com as autoridades locais e sempre esteve aberto às solicitações dos residentes. Tratou desde o primeiro dia com igualdade tanto residentes como os funcionários que vinham de Portugal.

E3 – Jovem também na casa dos trinta anos que teve a oportunidade de acompanhar desde o início esta caminhada. Quando a empresa iniciou a sua caminhada em terras de Moçambique teve a necessidade de entregar a alguém a responsabilidade de organização processual, bem como a responsabilidade de tratar todos os processos burocráticos, desde o início. Participou na primeira fase com os exploradores contratados para iniciarem os

contatos com as autoridades, com o objetivo de arranjar um edifício para iniciarem os trabalhos, e também iniciarem o recrutamento de pessoal para trabalhar.

Segunda fase

E1 – Jovem mulher de vinte poucos anos, terminado o curso concorreu para estágio na empresa em Portugal, foi aceite, e mostrando sempre um grande sentido de responsabilidade acabou por integrar os quadros da empresa. A sua sensibilidade ficou muito vincada na entrevista. A sua ligação com os moçambicanos acabou por ser muito mais forte do que esperado. Nas suas múltiplas viagens a Moçambique desenvolveu uma grande afinidade com as crianças moçambicanas.

E4 – Recém-licenciado, com vinte e poucos anos, entrou como diretor comercial, responsável máximo pelas vendas no mercado africano, lidou de perto com africanos de diversos países e teve sempre grande cuidado para ser bem aceite e colocar a empresa como amiga dos Moçambicanos.

E5 – Funcionária Licenciada na casa dos trinta anos que inesperadamente foi convidada a ir trabalhar para um armazém construído na Beira. Aceitou como um desafio e lá constituiu família.

Com a autorização dos entrevistados, todas estas entrevistas foram registadas em gravação áudio, dando-se garantia aos entrevistados de que não publicaríamos as entrevistas na íntegra, para ajudar a manter o seu anonimato.

3.6. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

A realização de um estudo de investigação académica pressupõe a colocação de um conjunto de princípios éticos que não podem ser descurados, devendo atender aos princípios gerais da cidadania tais como a fidelidade e o anonimato, entre outros.

Fortin (1999), sublinhou a importância que as questões éticas têm para que um estudo possa ser bem realizado. De acordo com esta autora, as pesquisas e investigações devem atender a vários direitos, como o da autodeterminação, o da intimidade, e o do anonimato e confidencialidade.

A estes princípios gerais deve ainda juntar-se o consentimento informado, esclarecido e livre e, por este motivo, todos os participantes da presente investigação foram devidamente informados do teor, características, e objetivos das abordagens metodológicas a que foram submetidos no ato precedente, e de recolha das informações.

As questões de ética relacionadas com a investigação foram devidamente discutidas com a equipa docente de orientação, em conformidade com as normas de ética de investigação em ciências sociais da Universidade Aberta.

CAPÍTULO IV

**ESTUDO DE CASO - O GRUPO FERPINTA EM MOÇAMBIQUE: ENTRE
COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE**

4. INTRODUÇÃO

O presente capítulo é dedicado à apresentação do Grupo Ferpinta, mais concretamente no que se refere ao seu desenvolvimento no território nacional e consequente expansão para o mercado moçambicano. Para tal, procede-se a uma breve resenha histórica evidenciando-se a evolução de uma empresa constituída por quotas para um grupo empresarial, explorador do mercado nacional e internacional.

O grupo Ferpinta nasceu há cerca de 50 anos, em 1972, tendo sido reconhecido como um dos maiores fabricantes ibéricos de tubos de aço e marca de renome na indústria metalomecânica, alargando a sua atividade aos setores dos equipamentos agrícolas e turísticos.

A internacionalização abrange mais de 50 países, nomeadamente Espanha, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Costa do marfim e República Democrática do Congo.

O grupo emprega mais de 1200 colaboradores, mostrando grande dinamismo na economia portuguesa e estrangeira.

Mais à frente será, então, explanado o processo de internacionalização do grupo no continente africano, mais concretamente em Moçambique. Para melhor compreensão do fenómeno, serão abordadas as questões de colonialidade e decolonialidade, tal como a forma como estes conceitos influenciam o desenvolvimento empresarial no tecido moçambicano. Posteriormente, procede-se à apresentação do estudo desenvolvido, mediante a reprodução das entrevistas.

Este capítulo pretende, sobretudo, expor a influência do fenómeno de colonialidade e decolonialidade no desenvolvimento empresarial do grupo Ferpinta em Moçambique, evidenciando os efeitos do processo colonizador nas formas de reprodução da desigualdade histórica, em particular no que se refere ao contexto social, étnico-racial, cultural, político e economicista.

4.1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO GRUPO FERPINTA

Em 30 de junho de 1972, constitui-se a empresa *Ferpinta - Fábrica Nacional de Construções Metálicas, Lda.*, atual Grupo *Ferpinta - Indústrias de Tubos de Aço de Fernando Pinho Teixeira, S.A.*

Em 1975, a empresa inicia-se no fabrico de Tubos de Aço, até então a principal matéria-prima na produção de mobiliário escolar, instalações para a agropecuária e estruturas metálicas para a construção civil. Em 1978, verifica-se um alargamento da gama de produção de Tubos de Aço, com a introdução da família de Tubos para Canalizações. Deste modo, alcançou a mesma amplitude de fabrico dos maiores produtores portugueses de então - "*Oliva*" e "*Facar*".

Em 1980, dá-se a alteração da denominação social da Empresa-Mãe para *Ferpinta, Fábrica Nacional de Construções Metálicas, de Fernando Pinho Teixeira, Lda.* Em 1993, dá-se a passagem da *Ferpinta* para Sociedade Anónima, tendo-se reorganizado a estrutura do Grupo mediante a constituição de uma empresa Holding de cúpula - *Ferpinta S.G.P.S., S.A.* e uma *Sub-Holding Ferros Holding, S.G.P.S., S.A.* para controlo de todas as empresas com atividade comercial.

A procura por novos mercados obriga à elaboração de planos estratégicos de internacionalização, que conjugados com a mutabilidade e turbulência que caracteriza os mercados hoje em dia, muitas vezes inviabilizando qualquer previsão relativamente ao futuro, determina um deveras complexo conjunto de desafios com que as organizações empresariais se deparam. É assim que surge o grande lema do Grupo *Ferpinta* e que realça a sua intenção de expansão internacional: "*Negamos os desígnios dos pós Alcácer Quibir*".

No séc. XXI, em que as tecnologias de informação e comunicação nos conduzem vertiginosamente a uma crescente globalização dos mercados, a disponibilidade do Grupo *Ferpinta* para estrategicamente investir nos quatro cantos do mundo impõe-se sob a forma de imperativo de sobrevivência. A incessante busca de mercados traduz-se na sua contínua

internacionalização, a qual levou o grupo aos mercados de Espanha, de Angola e de Moçambique.

A expansão do Grupo Ferpinta inicia-se no mercado doméstico em 1980, com a constituição da *Ferromar, Lda.*, inicialmente denominada *Ferroluta, Lda.* Trata-se do embrião da rede comercial própria do Grupo, tendo por missão levar o produto Ferpinta ao consumidor final com rapidez e qualidade para uma total satisfação das necessidades do mercado. Instalada na Zona Industrial de Ovar, é atualmente a Sede do Grupo Comercial Ferpinta, a operar em Portugal e em Espanha.

Em 1986 inicia-se a expansão do grupo comercial com a abertura da *Ferroentroncamento*, no Entroncamento e, um ano depois, em 1987, chega ao sul do país com a constituição da *Ferroportimão* (Portimão). Em 1988, dá-se o alargamento do Grupo Comercial Ferpinta por todo o território nacional, através da constituição da *Ferrominho* (Braga), *Ferrotubal* (Moita) e *Ferrofunchal* (Camacha - Madeira). A conclusão da instalação do Grupo Comercial Ferpinta no mercado Nacional, através da abertura da *Ferromangualde* (Mangualde), dá-se em 1989. Nesta fase, a cobertura dos principais polos do consumo de produtos siderúrgicos no país era total.

A primordial missão do Grupo Ferpinta é corresponder às expetativas dos principais clientes com vista a sua total satisfação e fidelização, num quadro de negócios com ética e com objetivos de sustentabilidade. É assim que, em 1995, o Grupo Ferpinta abre a sua primeira delegação fora de Portugal, mais propriamente em Madrid, com a *Ferpinta Espanã, S.A.* Um ano depois, em 1996, é inaugurada a delegação de Córdoba da *Ferpinta España, S.A.*, por forma a garantir o regular abastecimento de produtos Ferpinta ao mercado da Andaluzia.

Muito importante na estratégia de internacionalização foi a decisão de expandir para África em 1997, com a constituição da *Ferpinta Angola, Comércio e Indústria, Lda.*, tendo por atividade principal a produção local de chapa perfilada, tal como a distribuição de tubos de aço, complementados com produtos longos.

A *Ferpinta Moçambique - Indústria de Base de Produtos Siderúrgicos de Fernando Pinho Teixeira, S.A.R.L.*, foi constituída em 1998. É uma unidade produtora do Grupo inserida nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), tendo como principais produtos de fabrico os tubos de aço e as alfaias agrícolas. Encontra-se sediada na Beira. No mesmo ano abre a *FerroMoçambique* (Maputo), a qual tem por missão garantir a distribuição da unidade produtora da Beira.

No ano seguinte, em 1999, dá-se a diversificação de investimentos nos PALOP (Moçambique), alargando-se para a área da exploração agropecuária, através da constituição da *SAPAP, Sociedade de Abastecimento e Produção Agropecuária, Lda.* A 7 de Abril de 2006, inauguram-se as novas instalações da *Ferpinta Angola, Comércio e Indústria, Lda.* Esta nova fábrica produz tubo, perfis e chapa, por forma a satisfazer as necessidades daquele país.

4.1.1. O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO GRUPO FERPINTA

Na contextualização do grupo Ferpinta já foi feita referência ao seu crescimento internacional. Todavia, importa agora abordar, de forma mais pormenorizada, o percurso que fez para a sua internacionalização, nomeadamente por terras de Moçambique.

Segundo a administração da empresa, a internacionalização do Grupo Ferpinta surgiu como um objetivo estratégico, após um diagnóstico efetuado à previsível evolução do setor da produção de tubos de aço a nível europeu, no contexto da dimensão do mercado interno português. Considerou-se que o reduzido tamanho do mercado interno português constituía um estrangulamento à aquisição de massa crítica que permitisse competir num mercado aberto e, num plano mais global, no domínio do crescimento do comércio internacional.

Tal motivação vai ao encontro do estudo efetuado por Franklim Root, em que refere que entre as razões que levam as empresas a se internacionalizarem está o facto de os mercados internos se encontrarem estagnados e, por isso, procurarem alternativas em

mercados internacionais onde poderão aumentar o volume de vendas com o intuito de aumentar a sua competitividade (Root 1987).

Para além disso, na origem, a decisão de internacionalização do Grupo também teve por base a preocupação de responder aos desafios que se colocavam com a entrada de Portugal no Mercado Único, prevista para janeiro de 1993. Para uma melhor compreensão desta questão, importa situarmo-nos no tempo.

A decisão final de internacionalização da Ferpinta ocorreu em finais de 1990, com o objetivo da sua implementação em 1991. Nessa altura, Portugal já fazia parte, desde 1 de janeiro de 1987, da Comunidade Económica Europeia, o que significava que, do ponto de vista das trocas comerciais entre países da Comunidade, as mesmas eram livres. Não obstante, os países impunham direitos à importação. Depois de janeiro de 1993, as trocas comerciais manter-se-iam livres, porém sem direitos de importação para produtos oriundos dos países pertencentes ao espaço do Mercado Único.

O Grupo Ferpinta, como qualquer empresa que tenha objetivos estratégicos de internacionalização bem delineados, só dá início ao seu processo de internacionalização depois de traçar os alicerces e sentir que está preparada para uma internacionalização de sucesso. Nesse sentido, de acordo com os seus administradores, só iniciou o seu processo de internacionalização após ser considerado, em 1992, líder nacional na produção de tubos de aço, controlando sete empresas de distribuição de produtos siderúrgicos. Esta situação permitiu ao Grupo obter uma cobertura a nível nacional na distribuição de produtos siderúrgicos, minorando assim os impactos adversos de uma hipotética entrada agressiva de concorrentes estrangeiros, em resposta à participação de Portugal no mercado Europeu aberto, após a eliminação dos direitos de importação.

Sendo assim, o Grupo Ferpinta atuou de acordo com o que se verifica em muitas outras empresas, pois como refere Lorga et al. (2001), muitas empresas sentem que com a experiência alcançada no mercado doméstico obtêm o *know-how* suficiente que lhes concederá uma boa base para enfrentar os riscos associados a uma internacionalização. Além do mais, este aspeto também vai de encontro ao modelo de internacionalização Uppsala

apresentado por Johanson e Wiedersheim-Paul (1975), em que refere que o alcance de novas oportunidades de negócio é efetuado a partir da aquisição gradual de conhecimento dos mercados.

O processo de internalização deste grupo começou através das suas exportações de tubo, em primeiro lugar para a Espanha, país geograficamente mais próximo. Deste modo, o Grupo iniciou um novo ciclo de vida, inicialmente interpretado através da exportação, para mais tarde dar lugar a IDE – Investimento Direto Estrangeiro –, seguindo um modelo clássico de internacionalização, consubstanciado através de um crescimento gradual para países em que as “distâncias psicológicas” eram consideradas menos disruptivas, especialmente ao nível dos fatores culturais e administrativos.

No caso da Espanha, sem dúvida que os fatores geográfico e económico vieram completar os fatores habitualmente considerados nesta abordagem clássica da internacionalização. Para além da proximidade geográfica, o mercado espanhol era cerca de sete a oito vezes superior ao mercado português, constituindo uma oportunidade para a Ferpinta se internacionalizar para Espanha, iniciando um processo de internacionalização gradual, em que o conhecimento adquirido constituísse fundamento para posterior alargamento a outros espaços geográficos, porventura com diferenças culturais, económicas e administrativas, mais acentuadas.

Quanto ao aspeto competitivo, havia diferenças entre os mercados português e espanhol, quiçá devido à dimensão de cada um e eventualmente à diferença no enquadramento legal anterior para o exercício da atividade de produção de tubos de aço soldados longitudinalmente. Assim, em Portugal havia três produtores de tubos de aço (Facar; Oliva e Ferpinta), enquanto em Espanha havia mais de uma dezena de produtores. Esta diferença no número de *players* é suscetível de se justificar pela diferença relativa à dimensão de cada um dos mercados, mas no caso de Portugal deverá atender-se ao facto de, até 1975, ter vigorado uma lei de condicionamento industrial, que impunha a prévia autorização governamental para o exercício da atividade de produção de tubos de aço em Portugal, circunstância que até então limitava o exercício da atividade a apenas a duas empresas, a Facar e a Oliva.

Como consequência das circunstâncias factuais anteriormente explicitadas, em junho de 1991 a Ferpinta efetua a sua primeira exportação de tubos de aço soldados longitudinalmente para Espanha, dando assim início ao seu processo de internacionalização. Este primeiro passo na internacionalização não decorreu sem obstáculos, tendo de enfrentar vicissitudes várias, resultantes da obrigatoriedade de os tubos de aço terem que ser previamente homologados pelo Ministério da Indústria de Espanha, dado que ao tempo estávamos em momento anterior a 1 de janeiro de 1993, data de início do Mercado Único na Europa Comunitária.

As exportações para Espanha cresceram gradualmente entre 1991 e 1995. Uma análise do mercado permitiu perceber que a estratégia para um maior crescimento deveria passar pela presença no mercado de uma empresa de direito espanhol, que embora não tivesse atividade industrial, permitisse ter um *stock* avançado, que respondesse de modo mais célere às solicitações dos clientes e sinalizasse a presença da empresa no mercado com um carácter de longo prazo, transmitindo confiança aos clientes e consequentemente uma relação com maior dedicação.

No seguimento dessa interpretação estratégica, em 1995 foi realizado um IDE – Investimento Direto Estrangeiro –, materializado na constituição da Ferpinta España S.A., que usou os seus recursos financeiros para adquirir em Madrid as instalações de uma empresa já existente com atividade de distribuição de produtos siderúrgicos, tendo reconduzido os seus recursos humanos e adquirido os seus *stocks*. Deste modo, a Ferpinta España S.A. iniciou a sua atividade suportada no *know how* de mercado que advinha de um período de cerca de quatro anos de exportações e dos ativos tangíveis e intangíveis adquiridos.

No prosseguimento desta estratégia de IDE em Espanha, através da aquisição de ativos, sucedeu-se um crescimento orgânico, com a edificação de instalações em Córdoba, em 1996, e em Santiago de Compostela, em 1998.

Concomitantemente com a internacionalização para Espanha, a empresa prosseguiu o seu processo de internacionalização, tentando, desta vez, no Brasil, mas sem sucesso, devido a uma burocracia muito lenta e exigente.

No que importa para o tema central do nosso trabalho, devemos referir que todo este processo de internacionalização para Espanha não levantou questões significativas de choque cultural ou de métodos e procedimentos, atitudes ou mentalidades. Isto deveu-se essencialmente à proximidade geográfica e histórica dos dois países, à sua situação peninsular Ibérica, ao seu percurso comum dentro das instituições Europeias e a relação de alguma igualdade em termos de pares de uma mesma comunidade.

Esses problemas que não se levantaram na estratégia de internacionalização para Espanha não constituíram portanto alertas que pudessem ter de alguma forma preparado os problemas que se vieram a encontrar em África, especialmente no caso Moçambicano, uma ex-colónia Portuguesa, com uma relação de proximidade histórica completamente diferente e com uma relação de paridade na comunidade internacional, mas com todo um percurso de subordinação histórica do território Moçambicano a Portugal durante toda a colonização, algo que por si só já representava um contexto diferente para a internacionalização, mas que acabou por não ser devidamente acautelado como veremos.

Desistindo do Brasil, surge uma abordagem aos países do continente africano. Esta abordagem é feita de forma similar à efetuada em Espanha, ou seja, teve início com o investimento direto de compra de instalações, posteriormente seguido por um processo de crescimento orgânico, procurando sempre replicar os modelos de negócios desenvolvidos em Portugal, tendo como negócios mais relevantes a produção de tubos de aço e alfaias agrícolas.

Neste sentido, em Angola e Moçambique, o Grupo Ferpinta seguiu igualmente uma estratégia de aquisição de instalações locais. Em Luanda, a empresa adquiriu instalações na zona do Cazenga e Viana, e em Benguela na zona da Catumbela, tendo-se constituído uma empresa de direito angolano em 1997. Em Moçambique, em 1998, foram adquiridas

instalações na Beira, Maputo e Nacala, a empresas do ramo da Metalomecânica, e de igual forma se constituiu uma empresa de direito moçambicano.

De acordo com os administradores envolvidos no processo, originalmente, na decisão estratégica de internacionalização, a escolha destes países deveu-se essencialmente ao que se supunha ser a proximidade cultural e de cultura administrativa em países que haviam sido ex-colónias portuguesas, isto para além obviamente do potencial económico de crescimento do mercado.

No entanto, vários problemas e equívocos vão emergir nessa expansão baseada numa suposta proximidade cultural, que supostamente facilitaria o acesso e a penetração desses mercados. É aqui que as questões de Colonialidade e Decolonialidade vão emergir no processo de internacionalização da Ferpinta em Moçambique.

Para re-enquadrarmos o tema de fundo, o próximo sub-capítulo faz a introdução da questão concreta antes de entrarmos no caso específico da empresa e do processo em análise.

4.1.2. A COLONIALIDADE E DECOLONIALIDADE NA INTERNACIONALIZAÇÃO

Conforme desenvolvido no capítulo II, os conceitos Colonialidade e Decolonialidade revestem-se de relevância fundamental porque estão ancorados em práticas políticas, retomando debates imprescindíveis para se pensar as culturas colonizadas no contato com as ex-potências coloniais no pós-independência. O colonialismo europeu deu origem a complexas marcas na civilização dos povos colonizados, especialmente no continente africano. Segundo Georges Balandier (2014), a situação colonial provocou transformações profundas na cultura dos sujeitos envolvidos no processo colonialista, decorrido desde o final do século XIX até a primeira metade do século XX.

Nos estudos da implementação do Grupo Ferpinta em terras de Moçambique, ou seja da introdução de um complexo industrial de um povo ex-colonizador num território que já foi colónia, depreende-se claramente o quanto o colonialismo do passado interfere no encetar de novas relações entre ex-colonizado e ex-colonizador.

Conforme vimos em capítulos anteriores, se, por um lado, o empreendimento colonial das nações europeias objetivava a obtenção de vantagens económicas, mediante a expansão do capitalismo industrial com a abertura de novos mercados fornecedores de matéria-prima e a abertura de mercados consumidores, por outro lado, os sujeitos europeus envolvidos no sistema colonial também acabaram por ser afetados pelo intercâmbio cultural existente na “zona de contato”, estabelecida no encontro entre as diferentes identidades culturais, produzindo o fenómeno designado por “transculturização” .

Este fenómeno é de extrema importância para compreendermos o caso específico de que aborda esta capítulo e o nosso estudo de caso.

No período pós-colonial, embora as nações africanas tenham conseguido as suas independências políticas, através de movimento de resistência bastante poderoso e incisivo, observam-se as irrefragáveis alterações culturais ocorridas na vida dos mais variados povos integrantes desse continente. As marcas da situação colonial persistem como chagas abertas na cultura dos povos africanos, mesmo no período posterior à independência política dos seus países, diante do seu reconhecimento como Estados soberanos; por exemplo, os idiomas oficiais desses Estados são, maioritariamente, línguas impostas pelos colonizadores. Tal é o caso de Moçambique, muito embora existam várias outras línguas locais.

Como diria Mignolo, a Colonialidade é construtiva da modernidade, e não derivada (Mignolo, 2005: 75), sendo este o postulado principal do grupo “Modernidade/Colonialidade”, que designamos por MC.

Em julho de 2002, Arturo Escobar apresentou um trabalho no terceiro congresso nacional de latino americanistas, em Amesterdão intitulado “Mundos e conhecimentos de outros mundos”, onde referencia o grupo de pesquisa “Modernidade/Colonialidade”.

Apresentando um carácter heterogéneo e transdisciplinar, este grupo é formado essencialmente por intelectuais da América Latina como o filósofo Henrique Dussel, o sociólogo Anibal Quijano, o semiólogo Walter Mignolo, o sociólogo Ramon Grosfoguel, a

linguista Catherine Walch, o filósofo Nelson Maldonado Torres e o antropólogo Arturo Escobar, entre outros.

A modernidade e a Colonialidade são duas faces da mesma moeda. Graças à colonialidade, a Europa teve a possibilidade de conceber as ciências humanas como modelo único, universal e objetivo na produção de conhecimentos, além de deserdar todas as epistemologias da periferia do ocidente.

Mas a Colonialidade também é conhecida como o lado obscuro e necessário da modernidade. Não existe modernidade sem Colonialidade. A colonialidade é a continuação do colonialismo por outros meios. Como um fenômeno global que é, a colonialidade reproduz-se numa tripla dimensão: do poder, do saber e do ser. A colonialidade do ser e do saber situam-se especialmente no último tipo de controlo da colonialidade do poder. Mignolo (2010) alargou o conceito de colonialidade do poder, a partir da elaboração da seguinte fórmula:

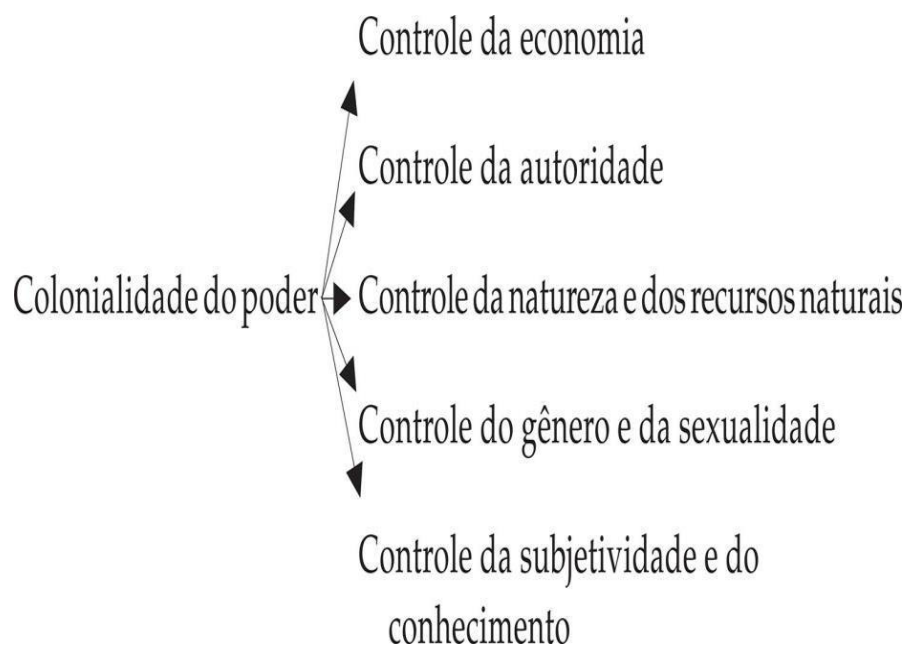


Figura 1- Colonialidade do poder

Fonte: Mignolo (2010)

Esta matriz foi inaugurada com a invenção da América e da americanidade. Não obstante, é uma matriz que pode, sem perda de utilidade analítica, ser aplicada a outros quadrantes onde existiu o fenómeno do Colonialismo, como seja o continente Africano e Asiático.

Quijano (2010), defende que não há possibilidade de descolonização dentro do quadro da modernidade. Assim, alguns autores defendem que a mudança decolonial significa o movimento de resistência – teórico e prático, político e epistemológico –, à lógica do grupo Modernidade/Colonialidade. A decolonialidade aparece, portanto, como o terceiro elemento da M/C. Quando associada ao pensamento fronteiro que produz, é uma redefinição da cidadania e da democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações económicas, estendendo-se para além das definições impostas pela modernidade europeia, contrariando as cinco ideologias da modernidade: cristianismo, liberalismo, marxismo, conservadorismo e colonialismo, (Mignolo 2003).

Descolonizar ganha um sentido de afastamento da modernidade e da sua racionalidade, no entanto não se deve descurar o facto de que a lógica da colonialidade não implica a obrigatoriedade de uma relação colonial; pelo que deve ser perceptível a diferença entre a relação colonial e a relação imperial e qual a relação da colonialidade com o imperialismo.

É deste modo que podemos entender os problemas que estudamos no nosso estudo de caso, onde algumas das atitudes e *mindsets* coloniais prevaleceram, não obstante a não existência de uma relação colonial.

Alguns autores como Grosfoguel (2000) defendem que o colonialismo pode ser compreendido como um resultado do imperialismo, enquanto a colonialidade deve ser compreendida como um resultado da Imperialidade, a lógica do imperialismo, na modernidade. Isso redireciona-nos para o trabalho dos descolonizadores, sempre atentos às estratégias de re-imperialização. Se é verdadeiro que hoje o mundo se encontra assente num

registo de ‘colonialidade global’ que perpetua o “colonialismo global”, sem uma “Imperialidade global”, essa transformação não pode ser compreendida.

Noções importantes como império, imperialismo, pós-imperialismo e ‘diferença imperial’, aparecem repetidas variadas vezes e em diversos momentos na produção teórica do M/C, nomeadamente nos textos produzidos por Mignolo (2003), o que vai de encontro ao exposto anteriormente.

Diferentemente da extensão e da proliferação do conceito de Colonialidade estes termos vão enfatizar a subexploração e o subdesenvolvimento da ideia de imperialidade. Contudo, uma imperialidade do poder, do ser, e do saber, não foram trabalhadas - a ideia de descolonização não pressupõe sempre e/ ou obrigatoriamente uma desimperialização. Logo, a explicação da reprodução da colonialidade é de difícil demonstração porque depende de uma força correspondente que a estimule e a perpetue, podendo sugerir, se não ao menos espontaneidade, pelo menos uma ausência de atenção, que enfraquece o alcance explicativo de como a colonialidade global é formada, quais são os seus agentes ativos, para que serve e quais as metas que pretende alcançar.

Numa tentativa de articulação entre colonialismo e imperialismo, Escobar (2003) conjuga as dinâmicas da globalidade imperial com a colonialidade global. Com a liderança dos Estados Unidos, a nova forma de globalidade imperial articula uma ordem econômica, militar e ideológica, que subordina pessoas, regiões, e economias ao redor do mundo, e que projeta uma colonialidade global sobre o conhecimento e a cultura dos grupos subalternos. Escobar, considerando a modernidade enquanto um fenómeno intraeuropeu, propõe a necessidade de ir para além da modernidade e do terceiro mundo.

A noção de pós-imperialismo surge com Ribeiro (2005), que aponta que a análise sobre o colonialismo e os seus efeitos ocorreu muito antes da ascensão dos estudos pós-coloniais e decoloniais; ou seja, para o autor a transformação do colonialismo, e não do capitalismo, deveu-se ao facto das análises que anteriormente eram desenvolvidas sobre a temática, subestimarem a importância dos Estados-nação e das suas elites para o entendimento das relações de poder no sistema-mundo.

O pós-imperialismo, segundo Ribeiro (2005), surge associado à sua noção de cosmopolítica, como um convite à imaginação criativa e audaz, tornando-se numa tentativa importante para colocar o problema do imperialismo no interior da discussão sobre colonialidade/modernidade.

A utilização da modernidade na colonialidade obscurece a sua relação com o imperialismo e o capitalismo, construindo um mundo pré-moderno e pré-colonial idealizado.

As hierarquias das relações causais entre capitalismo, colonialismo, imperialismo, eurocentrismo, ocidentalismo, sexismo, e racismo, não é algo dado e finalizado, tornam a modernidade num mito de origem, que incorpora todas as formas de injustiça, desigualdade, opressão, exploração e dominação. Sair ou resistir à modernidade surge como uma alternativa opcional e viável, e constitui uma estratégia de sobrevivência e luta de pessoas, comunidades ou povos, que recebem o enquadramento hoje numa lógica “originária” ou “tradicional”.

A originalidade de considerar o lado obscuro da Modernidade, como uma época, um processo, uma ideologia, uma lógica que incrementou a razão, a civilização, o progresso, e o desenvolvimento ocidentais, através do expediente da violência colonial sobre as outras formas de pensar, sentir, e atuar no mundo, deve-se ao trabalho do grupo de investigação M/C. Mas por outro lado, este trabalho também veio diminuir não somente as resistências possíveis dentro do quadro da modernidade, como também a imperialidade constitutiva de colonialidade. Assim, o argumento de que a colonialidade é constitutiva da modernidade e a imperialidade é um constitutivo relacional da Colonialidade é rebatido, pois poderá entender-se, que apesar das repercussões do processo de colonização, a sociedade foi capaz de evoluir e modernizar através das suas próprias ferramentas, com o contributo da sua cultura.

Slater (2007), desenvolveu a noção de “Imperialidade”, propondo que a colonialidade do poder seja contrastada com aquilo que ele chama de ‘Imperialidade do Poder’.

Podemos definir imperialidade como um direito, um privilégio, e sentimento, de um ser imperial, no qual a invasão geopolítica do poder ocidental é legitimada ou desejada.

Fundamentando-se na especificidade, já assinalada por marxistas do poder imperial, o autor destaca o livre-mercado, as intervenções militares, a injeção de capital, e a criação de bases militares, como algumas políticas imperiais que se diferem das formas coloniais tradicionais.

Slater (2007) e Harvey (2003), defendem que a geopolítica da invasão ou o processo de penetração dos Estados estão relacionados com a noção de acumulação por espoliação de recursos e riquezas das sociedades periféricas, sendo que estes recursos e riquezas são continuamente extraídos para o benefício dos centros imperiais.

Obviamente, esta relação não se restringe ao âmbito da economia política, invadindo múltiplas esferas, como a esfera política, cultural e psicológica. A violação da soberania em casos de transgressão do direito internacional dos países periféricos pode ser percebida como a negação do direito à autonomia e do direito de ser do ‘outro’, das sociedades não ocidentais.

Slater (2007) destaca que o processo de penetração e imposição sobre as sociedades imperializadas é visto como algo desejável e benéfico, já que mobiliza a entrada e adesão a valores ocidentais supostamente superiores. Assim,

la imperialidad no se refiere sólo a una imposición (por la fuerza) de una de las partes sobre la otra, sino que se trata de una estructura de inteligibilidad de las relaciones que aceptan, en principio las dos partes (Cairo, 2009: 68).

As contribuições de Slater são importantes para recolocar o problema do imperialismo numa perspetiva pós-colonial atenta às dinâmicas da economia política no estágio da globalização e ao papel ainda central do Estado nesse processo.

No que se refere ao caso particular dos Estados Unidos, Slater faz referência a uma identidade contraditória do seu poder imperial pós-colonial, ou seja, ao fato de que a própria existência do país ocorreu mediante esforços anticoloniais seguidos de um desejo imperial rival da noção de pós-colonialismo. Slater considera que a mentalidade imperial está intimamente relacionada com o desejo, a vontade, a capacidade, e legitimidade de expansão e intervenção do mundo ocidental perante os mundos não ocidentais (Slater 2007: 66). Daí advém o grande desejo de intervir e de se enraizar nas outras sociedades, para as ajudar a reordenar, a reajustar, a modernizar, a desenvolver, a civilizar, a democratizar, constituindo parte essencial de qualquer projeto imperial.

Para Slater, a modernidade não possui um papel central para a explicação da imperialidade do poder, percebida como um exercício contemporâneo do imperialismo pelos Estados Unidos, ou entendida como um polo relacional da colonialidade do poder desdobrada nos diferentes âmbitos e dimensões no plano global. Por outro lado, O autor considera o termo colonialidade como composto, sendo um agregado que evoca o direito, privilégio, e sentimento do ser imperial, ou a defesa das ideias de Império, na qual se justifica uma invasão geopolítica de poder do Ocidente e, mais concretamente, dos Estados Unidos.

Concluimos, assim, que a ausência de teorização sobre imperialidade impede de considerar a colonialidade como lado obscuro da modernidade.

Este tema é de suma importância para compreendermos as ações das empresas portuguesas quando entraram no território moçambicano, hoje quando se fala da presença portuguesa em África, tende-se a não considerar a deslocação proporcionada pelo processo colonial para aquele continente como um movimento migratório. Esta constatação, em âmbito geral, pode estar relacionada ao fato de que, mesmo os países africanos mais procurados, isto sem contar com a África do Sul, nomeadamente Angola e Moçambique, apresentam em termos absolutos um reduzido fluxo de população de origem portuguesa no século XX.

4.1.3. ENTRADA EM MOÇAMBIQUE

No seu projeto de internacionalização, o Grupo Ferpinta avança para Moçambique na década de 1990. Naquela época Moçambique atravessava um período particular da sua história. Depois de experimentar uma dilacerante guerra de dezasseis anos, o país celebrava, a 25 de junho de 2000, as bodas de prata da sua independência. Com a liberalização da economia e a abertura ao exterior, registavam-se elevados índices de crescimento económico, que contrastavam com fenómenos de pobreza extrema aí existentes. No âmbito da comunicação social surgiam cooperativas de comunicação e órgãos independentes do poder governamental, que experienciavam uma maior liberdade de expressão.

À data da incursão dos primeiros representantes do Grupo Ferpinta em Moçambique, as reflexões sobre a independência de Moçambique eram o foco principal dos políticos, em detrimento dos temas económicos e sociais. O foco dos noticiários e de todos os canais de comunicação relacionavam-se com a importância da própria independência e com o desenvolvimento de um sentimento nacionalista. Estes discursos não invalidaram a existência de outros, proferidos sobretudo por atores políticos da oposição parlamentar e por jornalistas, que enfatizaram o carácter despótico do partido Frelimo. O Governo foi frequentemente responsabilizado por erros políticos com consequências nefastas para o país.

Durante as reflexões em torno do desenvolvimento socioeconómico de Moçambique, predominaram as referências à pobreza, à exclusão e ao retrocesso económico, não obstante inúmeras vozes, oriundas sobretudo do partido do Governo, terem salientado diversos projetos de desenvolvimento do país, desencadeados sobretudo nos primeiros anos de independência.

No Séc. XX, a disponibilidade para estrategicamente investir nos quatro cantos do mundo impõe-se sob a forma de imperativo de sobrevivência empresarial. Esta incessante busca da competitividade traduz-se na internacionalização da Ferpinta SA por terras de África, concretamente em Angola e Moçambique.

No caso concreto de Moçambique, depois da referida constituição em 1998 da Ferpinta Moçambique - Indústria de Base de Produtos Siderúrgicos de Fernando Pinho

Teixeira, S.A.R.L.. A estratégia passou por procurar replicar a atividade do grupo no país, nomeadamente no fabrico de tubos e de alfaias agrícolas e, concomitantemente, o comércio de todos os produtos siderúrgicos.

Seguiu-se o primeiro armazém Ferro Moçambique, em Nacala, em 2010, e nesse mesmo é inaugurada a Fermóvel, na Beira, tendo como atividade principal a produção e o fabrico de estruturas metálicas para mobiliário escolar.

Esta forte aposta no continente africano veio materializar uma rede comercial para assim satisfazer o Mercado.

Segundo dados recolhidos em entrevista (E2), a motivação e decisão de investimento do grupo Ferpinta em Moçambique em 1998, deveu-se tão somente a uma decisão estratégica de internacionalização para um país que, embora saído de uma guerra civil, era potencialmente um mercado com possibilidade de forte crescimento, sustentado na sua riqueza natural (gás natural, carvão, terras férteis, matérias-primas, etc.) e na sua aptidão agrícola e turística.

No processo de internacionalização do grupo Ferpinta, Moçambique foi o terceiro país, depois de Espanha e Angola. Em qualquer dos casos, tratou-se de uma internacionalização em que se considerava que existia uma proximidade ao nível cultural, administrativo, e económico, apesar de existir uma maior distância geográfica no caso de Moçambique.

Tomada a decisão de princípio de internacionalização para Moçambique, importava conhecer a realidade e, para isso, foi organizada uma visita ao país, socorrendo-nos da diáspora, sempre muito importante na internacionalização. No caso em concreto, participou também, uma instituição de crédito participada pelo Banco Comercial Português (BCP) e o Banco Internacional de Moçambique (BIM).

Chegados os membros do conselho de administração ao país, fizeram uma apresentação da empresa no BIM, por um dos administradores da instituição. Terminada a

apresentação, a decisão foi a de conhecer a realidade, visitando todas as principais cidades em que havia aeroporto, fretando um pequeno avião para o efeito.

Depois de visitadas todas as cidades, de sul a norte do país, foi tempo de reunir com o Centro de Promoção de Investimentos (CPI), que à data tinha uma carteira de empresas do Estado para privatizar, no âmbito de recomendação/imposição do FMI e do Banco Mundial.

A decisão estratégica foi de a empresa se estabelecer no centro do país, mais concretamente na cidade da Beira, e obedeceu a uma estratégia que considerava os seguintes pilares: Porto marítimo que era a porta de entrada para os países do interior de África sem costa marítima, como são os casos do Zimbabué e da Zâmbia; aeroporto internacional; caminho de ferro que liga o porto da Beira com o Zimbabué e Zâmbia; equidistância entre o Sul e o Norte do país; maior densidade populacional no norte do país;

Em qualquer processo de internacionalização, a transposição de uma cultura de grupo é muito importante e, para isso, geralmente a alta direção da empresa fica sempre a cargo de um ou mais expatriados. No entanto, é igualmente muito importante que a cultura do grupo não se sobreponha à cultura local, para que não se coloquem problemas de rejeição, tanto mais pertinentes quanto poderiam existir, ainda, ressentimentos pelo facto de a empresa ser proveniente da potência colonizadora.

Neste entendimento, a empresa apoiou sempre os costumes locais, tais como por exemplo, atribuir uma compensação pela morte de um familiar de um colaborador, de modo a permitir que durante as cerimónias fúnebres se fornecesse alimentação às pessoas que dela participavam, ou o fornecimento de medicamentos para os colaboradores e suas famílias. Faz também parte da cultura local que no 1º de maio, Dia do Trabalhador, as empresas comparticipassem na compra de camisolas, bens alimentares e outros bens, para que os colaboradores pudessem participar num cortejo e convívio organizado pelas autoridades públicas.

Se na estrutura de topo estava a direção da empresa assumida por expatriados, nos níveis hierárquicos intermédios foram mantidas todas as chefias, bem como foi mantido todo o quadro no pessoal da empresa, existente à data da compra.

No entanto, os cuidados em termos de relacionamento inter-cultural limitaram-se a estes aspetos menos substanciais, não existindo ainda uma consciência de que poderia existir a necessidade de outros procedimentos, aqui designados por decoloniais.

4.2. DIFICULDADES ENCONTRADAS NOS DIFERENTES PERÍODOS HISTÓRICOS (ANTES E DEPOIS DA TRANSIÇÃO).

Na sua internacionalização por terras de Moçambique, a Ferpinta necessitou de adaptar a sua forma de internacionalização às condições dos mercados externos onde pretendia atuar, não podendo, por isso, adotar um modelo limitado e estanque. O Grupo Ferpinta estabilizou-se no mercado doméstico, apostou na inovação e só depois procurou obter conhecimento para estabelecer-se em mercados externos.

Mas no caso específico de Moçambique, a maior dificuldade foi o relacionamento e a confiança com os Moçambicanos. Convém referir que no caso concreto moçambicano, a internacionalização foi influenciada pelo contexto sociopolítico que se vivenciava na altura. Tratava-se de um período relativamente próximo da transição para o multipartidarismo e economia de mercado.

Durante o entusiasmo do período revolucionário, que durou desde a independência até ao início da década de 1990, emergiu uma expectativa em torno de um novo “contrato social”, onde todos teriam as mesmas oportunidades de acesso aos diversos recursos de poder quanto à participação na definição dos destinos do país, na igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de emprego, à saúde, à educação ou à habitação.

Tratou-se, sobretudo, de uma expectativa coletiva revolucionária por maior justiça social e benefícios equitativos do desenvolvimento de Moçambique e de alargamento dos

direitos de cidadania a todos os moçambicanos. A expectativa de aquisição de direitos de cidadania e a afirmação de inimigos comuns – como o colonialismo português ou o *apartheid* –, levou a que na generalidade todos os moçambicanos se apresentassem como mecanismos importantes no fortalecimento de um sentimento nacionalista.

Contudo, esses direitos de cidadania constituíram muitas vezes notícia não pela sua conquista, mas pela sua privação. Face aos limites que impôs ao pluralismo ideológico e à participação política dos cidadãos, a FRELIMO foi representada como um partido que utilizou métodos semelhantes aos praticados pelo governo colonial no controlo das consciências das populações. Tal facto fez os moçambicanos reavivarem a memória e tornarem-se desconfiados relativamente aos portugueses, mantendo muitas reservas mesmo quando trabalhavam para portugueses e mesmo que estes representassem o seu único sustento como nos disseram alguns entrevistados que viveram essa época.

Este tipo de postura não mudou muito depois do processo de transição para o multipartidarismo e a economia de mercado.

Pouco tempo depois de se estabelecer em moçambique, o Grupo Ferpinta deparou-se com Moçambicanos com graus académicos/escolares mais elevados do que aqueles que esperavam.

Nesta altura, a maioria dos moçambicanos desenvolveram, uma vez mais, as suas expectativas em termos de liberdade de expressão e de participação política num novo quadro de liberdades, direitos, e garantias, consagrados pela nova Constituição. No entanto, esse reacender de expectativas levou-os a adotar uma atitude mais crítica em relação à chegada de empresas internacionais, que, segundo os críticos, não deveriam vir para se aproveitarem das riquezas de Moçambique, mas para atuarem como parceiros num país independente e orgulhoso da sua independência, apesar de todos os fracassos económicos e sociais do período precedente e as frustrações acumuladas durante o período dito Socialista de partido único.

Esta realidade também ajudou a modificar a visão de todos os empresários que ambicionavam alargar os seus negócios por terras de moçambique. Ao deparam-se com uma classe de jovens licenciados, tomam a consciência de que o tecido social moçambicano havia mudado desde o fim do colonialismo até à década de 1990.

Apesar das dificuldades enfrentadas, o sistema educativo havia-se expandido. Regra geral, a população jovem, tinha mais consciência social e política, assumia uma postura mais orgulhosa da sua identidade moçambicana e estava mais consciente dos seus direitos adquiridos em termos de dignidade da pessoa humana e de igualdade, não aceitando quaisquer tipos de hierarquia subordinadora em relação a quem vinha do exterior e ainda menos em relação aos nacionais da ex-potência colonizadora. Se crédito tem de ser dado ao regime do pós-independência, ainda que de partido único e com muitas dificuldades económicas conhecidas e evidentes, esse crédito é o de ter restituído alguma dignidade e orgulho aos moçambicanos, fruto de uma luta de independência e uma política educativa expansiva.

As novas gerações de Moçambicanos surgiam como seres livres de uma nação livre que nada devia aos ex-colonos. Muito pelo contrário, dentro desta nova geração, por vezes o que se encontrava eram moçambicanos que consideram que devido ao período colonial, são de certa forma ainda credores do povo colonizador e, como tal, ainda mais exigentes, reticentes e desconfiados em relação aos nacionais da ex-potência colonizadora (conforme entrevista com entrevistado E2)

A guerra civil que se prolonga até 1992 deixou o país numa situação de pobreza acrescida, com fenómenos de exclusão social uma crescente dependência de Moçambique em relação ao exterior, que com a transição para a economia de mercado na década de 1990 se foi traduzindo numa maior abertura às empresas internacionais que aí se queriam estabelecer, o que beneficiou o processo de internacionalização da Ferpinta.

É neste contexto que a empresa chega a moçambique, com uma vontade enorme de rapidamente se estabelecer e, numa primeira fase, vai considerar que o conhecimento do país e da cultura por antigos colonos seria uma mais-valia. Por seu lado, muitos destes ex-colonos

ou seus descendentes sentiram que a expansão das empresas portuguesas se tornaria numa porta aberta para um regresso ao país e tentaram reaver uma vida próxima daquela que haviam tido.

Contudo, o contexto havia mudado substancialmente e essa avidez acabou por relembrar os moçambicanos dos senhores coloniais e reavivar alguns traumas deixados pelo colonialismo que permaneciam no país, mesmo nas gerações do pós-independência, que cresceram já numa narrativa anticolonial, progressista e revolucionária, do regime do pós-independência.

Segundo dados recolhidos em entrevista (E2), para além dessas questões de carácter sócio-político-cultural, a dificuldade sentida na entrada deveu-se também ao facto de o país estar a sair de uma cultura de economia estatal, que viveu de apoios da ex-União Soviética e aliados do Bloco de Leste até à queda do muro de Berlim, em 1989, tendo depois operado uma transição para uma economia de mercado com muitos obstáculos e de certa forma condicionada por instituições financeiras internacionais e doadores bilaterais que condicionaram a ajuda internacional e que levou a um certo sentimento de imposições externas, que não terá ajudado no novo relacionamento com o Ocidente e com as empresas da antiga potência colonial.

Na empresa moçambicana adquirida pela Ferpinta, apesar de não laborar até à data da compra/privatização, os trabalhadores ocupavam o tempo com plenários de catequese política, pagos pelo Estado. Naturalmente que ao ser-lhes pedido um regresso ao trabalho a partir da tomada do controlo da empresa, resistiram e havia entre esses trabalhadores moçambicanos o entendimento de que as decisões deviam ser tomadas em reuniões plenárias, algo que estava completamente oposto ao espírito de uma empresa que vinha de uma economia de mercado.

Estas resistências e posturas foram-se esbatendo com o tempo, mas obviamente que criaram muitas tensões e impaciências por parte de alguns funcionários expatriados que tinham dificuldade em aceitar esses comportamentos e tinham posturas mais assertivas, que depois eram utilizadas pelos funcionários moçambicanos para apresentarem queixa às

autoridades com argumentos de prepotência do ex-colono e regresso ao autoritarismo do passado, etc.

Ainda que tais acusações pudessem não corresponder exatamente à realidade e em muitos casos visassem protelar a entrada de uma nova dinâmica de trabalho na fábrica, o certo é que muitos expatriados portugueses foram expulsos do país, sob a condenação de terem ofendido moçambicanos. Percebia-se aqui claramente que os traumas do passado colonial não estavam ultrapassados.

Passados estes primeiros embates e episódios mais dramáticos, seguiu-se uma certa estabilização, mas as dificuldades continuaram ao nível das questões laborais, desencadeadas através de pedidos de revisão de acordos de trabalho de empresa, que fundamentavam com base na observação da produção (entendiam que se a empresa produzia, devia repartir o produto da venda) ou da chegada de matéria-prima, substanciados com propostas de aumentos de vencimentos e outras regalias, que não tinham nenhuma aderência à realidade do país, à taxa de inflação, ou mesmo aos acordos de contratação de trabalho em vigor noutras empresas. Estes acordos de empresa eram negociados com a estrutura sindical da empresa, sindicalistas externos à empresa e com o Ministério do Trabalho, em processos sempre difíceis e onde o estigma do ex-colonizador autoritário acabava por pairar de forma mais ou menos explícita e jogar contra a empresa (Entrevistado E2).

O administrador (E2) salienta que às dificuldades acresciam ações inspetivas realizadas pelas autoridades administrativas, traduzidas na aplicação de multas sem fundamento factual, no pressuposto de que as empresas incumpriam a lei e as regras e a cultura empresarial predominante no país, e como tal deviam ser objeto de procedimento sancionatório que permitisse arrecadar a receita fiscal necessária aos compromissos do Estado. Certamente que, em parte, muitas destas dificuldades integravam um processo evolutivo de adaptação às circunstâncias de uma economia de mercado e à nova legislação que acompanha uma economia de mercado, radicalmente diferente de uma economia Socialista planificada.

No entanto, muito para além destas questões adaptativas, notava-se igualmente uma tensão explícita e implícita que estava relacionada ao complexo ex-colonizador vs ex-colonizado. Do mesmo modo, notava-se que os expatriados que já haviam estado em Moçambique tinham mais dificuldade em aceitar as resistências locais e de serem aceites localmente, sendo menos pacientes e dispostos a flexibilizar, tendo uma postura mais crítica em relação ao anterior regime Socialista que eventualmente teria criado aquele tipo de atitude. Nas palavras do entrevistado E4, que trabalhou durante 7 anos em funções de direção nas empresas do grupo em Moçambique, “existia ainda uma cicatriz do longo período colonial, entre ex-colonos e ex-colonizados”.

Este entrevistado, ainda que reconhecendo que construir uma cultura corporativa demora o seu tempo, deixa perceber que a mudança de expatriados da empresa da primeira fase (ex-colonos) para a segunda (sem prévio contato com a realidade Moçambicana), contribuiu muito para aproximar todos os funcionários e construir uma equipa eficaz, capaz de entregar resultados, tornando a empresa uma das mais rentáveis em Moçambique. Atenta que passou a existir o cuidado de registar a marca como “made in Moçambique”, respeitar e aceitar as várias culturas na organização, e assim tornar a empresa mais atrativa, cultivando o sentimento de pertença nos colaboradores. Elenca que, depois da primeira fase, foram criadas condições básicas, como subsídio de transporte, refeições na empresa, e apoio na doença, campanhas de prevenção de HIV e malária. Todas estas medidas ajudaram ao processo de pacificação e colaboração entre todos os funcionários.

Nesta 2.^a fase de funcionários da Ferpinta em Moçambique o discurso é efetivamente demonstrativo de uma realidade mais leve, resultado de uma postura diferente. O entrevistado E1 refere que inicialmente existia uma “barreira” que foi progressivamente quebrada. Na sua opinião, o povo moçambicano ainda tem muito a figura de “chefe”, ou seja, que um superior hierárquico é mais alguém que manda do que alguém que trabalha em conjunto com a sua equipa (como era antigamente). Com a proximidade que se cria, essa “barreira” é desconstruída e acredita que acaba por ter uma cultura empresarial mais próxima do que se conhece ao nível europeu.

No entanto, reforça que o povo moçambicano é um povo com muita alegria e sempre disponível em ajudar, mas infelizmente muitos portugueses que estão em Moçambique mantêm reptícios de uma mentalidade colonial e têm a necessidade de se sentirem superiores, pelo que como é perfeitamente compreensível, existe sempre alguma apreensão inicial num primeiro contacto.

No processo de internacionalização da Ferpinta para Moçambique, as distâncias psicológicas que tiveram uma maior preponderância na adaptação ao mercado foram as administrativas e as económicas, conforme passamos a evidenciar de seguida.

No plano administrativo, o país não tinha uma estrutura institucional pública preparada para fazer a transição de uma economia “que se pretendia” planificada, para uma economia de mercado, na qual o papel das instituições públicas tinha que se autonomizar do das instituições privadas e garantir o princípio da legalidade de Estado.

Sucedia que a Ferpinta-Moçambique para exercer a sua atividade de produção de tubos de aço e de comercialização de produtos siderúrgicos, necessitava de importar matérias-primas e mercadorias pelo porto da Beira, que não dispunha de uma estrutura organizacional que permitisse fazer o serviço de tráfego com eficiência. Existiam problemas na aplicação da legislação aduaneira, com uma interpretação da lei (não atualizada e sem regulamentos interpretativos) que se cingia à letra. A necessidade de garantir segurança jurídica nas operações de importação, com uma tal interpretação, criava inúmeras dificuldades ao nível da tributação do imposto de transações e mais tarde do Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA, das matérias primas importadas para entrepostos aduaneiros, com suspensão de direitos até à sua utilização, devendo a liquidação do imposto ser efetuada à posteriori, consoante o produto se destinava à exportação ou ao mercado doméstico.

Ainda que a matéria-prima usada na produção de produtos exportados se encontrasse isenta de imposto, a sua importação e desalfandegamento era um imbróglio fiscal e burocrático, resultando numa complexidade e numa falta de instrumentos para a autoridade aduaneira para apurar o imposto devido, o que gerava um conflito recorrente e de difícil

esclarecimento com a direção aduaneira local (Beira), que, por sua vez, não obtinha cabais orientações por parte da direção nacional em Maputo.

Como se compreende, todas estas dificuldades colocavam a gestão da empresa numa grande incerteza, decorrente da contingência fiscal fundada na arbitrariedade que a falta de recursos conferia à autoridade fiscal, potencialmente incidente sobre um volume muito relevante da atividade da empresa, pois a exportação representava cerca de 50% do volume total de negócios.

No plano laboral, as dificuldades tinham origem numa cultura organizacional centrada em sindicatos com muito poder, que baseavam as reivindicações em acordos de empresa, cuja interpretação era enviesada devido à iliteracia dos trabalhadores e dos seus representantes. Tudo isto era consolidado por práticas de um período anterior, em que a cultura empresarial de orientação Socialista era sustentada em ajudas financeiras estatais e internacionais, muito especialmente da União Soviética, até 1989.

As recorrentes reivindicações tinham por objetivo a obtenção de benefícios que não tinham paralelo nas restantes empresas ou nas instituições públicas do país, dando a entender que julgavam existir mais obrigações por parte de uma empresa da ex-potência colonial do que das outras. Muitas das reivindicações centravam-se na obtenção de direitos de assistência na saúde, médica e medicamentosa, a familiares com grau de parentesco em segundo e em terceiro grau; facilitação de empréstimos em dinheiro a todos os funcionários, alimentado por uma percentagem das vendas; direito à remuneração nos casos de ausência ao trabalho, com a simples justificação verbal; transporte de e para o trabalho; subsídio em caso falecimento de familiar; disponibilidade de um período de tempo ilimitado para a realização de plenários e reuniões sindicais; aumentos salariais indexados às vendas da empresa; etc.

Todos estes conflitos eram de abordagem difícil, porque na negociação qualquer posição mais firme era suscetível de ser entendida como ofensa racista ex-colonial, mesmo se entendida de forma implícita, o que poderia conduzir à expulsão do país do cidadão

estrangeiro que fosse acusado, ou sanções à empresa, que poderiam desencadear o seu encerramento.

Além das adversidades anteriormente apresentadas, outras com menor impacto na vida empresarial, mas igualmente recorrentes, como a abordagem policial nas ruas/estradas, e de outras autoridades, obrigavam a uma gestão cautelosa e gerida com inteligência emocional, porque resultavam de uma grande distância entre a prática administrativa em Portugal e em Moçambique.

No plano económico, também se verificava uma grande distância, geradora de dificuldades, tais como:

- 1) Uma economia com um produto interno bruto muito baixo e um rendimento per capita dos mais baixos do mundo, que não geravam uma procura doméstica suficiente para permitir que a empresa pudesse ter economias de escala que fossem suscetíveis de competir em preço com as importações, mesmo descontando o facto de haver direitos à importação para produtos em houvesse produção nacional, se orientada apenas para o mercado nacional.
- 2) Falta de recursos humanos com a formação necessária, para garantir a direção da operação industrial e administrativa, sem recurso a expatriados.
- 3) Grande distância entre cidades, dada a configuração geográfica do país e mau estado de conservação das estradas, o que obriga a elevados custos logísticos de transporte.
- 4) Não existência de transporte marítimo de cabotagem.
- 5) Falta de empresas de logística que oferecessem um serviço de transporte dos produtos isento de roubos.
- 6) Falta de transportes públicos urbanos de passageiros.

- 7) Falta de empresas de seguros que disponibilizassem a cobertura do risco de roubo no transporte.
- 8) Falta de empresas de seguros que fizessem a cobertura do risco de crédito, quer nas vendas no mercado doméstico, quer na exportação.

Considerando estas dificuldades de natureza económica, a empresa teve que orientar cerca de 50% da sua produção para mercados de exportação, especialmente para os países limítrofes (Zimbabué; Malawi, Zâmbia, África do Sul), que, por sua vez, geravam outras dificuldades de natureza económica, de que é exemplo a falta de divisas no sistema bancário dos países de destino das exportações, para procederem ao pagamento das importações dos clientes, maioritariamente o dólar americano. Desnecessário referir que as divisas recebidas eram muito úteis e necessárias para serem usadas no pagamento das importações das matérias-primas.

De acordo com vários dos entrevistados, importa salientar que estas necessárias interações com todos os *stakeholders*, não resultavam profícuas se conduzidas por quadros da empresa, que embora aptos a conversar sobre os temas, tivessem uma ligação ao passado colonizador de Portugal, justamente porque eram suscetíveis de gerar uma desconfiança acrescida, resultante de um conhecimento mútuo profundo, com todo um passado histórico colonial com experiências mútuas nem sempre das mais agradáveis.

Nas relações da empresa com as autoridades administrativas estatais, a gestão de quaisquer desencontros funcionais era baseada no propósito de demonstrar que solução deveria ser sustentada na convicção da parte Moçambicana de que a empresa estava no país para as próximas gerações, orientada para reinvestir os recursos que gerava e, assim, aumentar a produção de valor e criar postos de trabalho, como se existisse da parte da empresa uma obrigação histórica, implícita, de reparação por um passado de “exploração” colonial.

Faria sentido que esta argumentação se fizesse sustentada em responsabilidade social empresarial (*corporate social responsibility*), quer ao nível das condições distintivas oferecidas aos colaboradores ou a instituições sociais locais. No entanto, para uma empresa europeia virada para o mercado internacional, o argumento implícito da responsabilidade de reparação histórica não fazia muito sentido, embora obviamente a empresa fosse obrigada a perceber-lo e a tentar gerir esse tipo de expectativas e sentimentos da parte Moçambicana, tentando contrapor com uma mudança na sua atitude.

A grande questão que se coloca ao problematizar a internacionalização, neste caso para Moçambique, é distinguir se devemos interpretar estas dificuldades como distâncias psicológicas comumente abordadas no processo de internacionalização, ou considerar que tais diferenças são advenientes de uma prática que deverá ser naturalizada, interpretada como potencialmente diferente, que reflita uma forma diferente de como exercer as relações de trabalho, eliminando atores comprometidos com traumas ou experiências do passado, dada a necessidade de reinterpretar e reorientar a prática das empresas, adaptando-as ao contexto não só sociológico, mas sobretudo histórico-sociológico em que a empresa se pretende inserir, ao mesmo tempo que terá também de ter consciência do seu próprio (do país de onde a empresa é originária) contexto histórico-sociológico, percebendo uma necessidade de postura decolonial.

4.3. AVALIAÇÃO DA EFICÁCIA DAS DIVERSAS FASES DE ACORDO COM A POSTURA DA EMPRESA.

A internacionalização para África é diferente da que se realiza para um contexto europeu ou Norte-Americano, porque nos oferece a oportunidade de refletirmos e de experimentarmos sentimentos e culturas empresariais muito distantes das que enformam a nossa. O fenómeno torna-se mais complexo quando existe uma relação histórica entre ex-colonizador e ex-colonizado, que tal como ficou demonstrado pelos exemplos do capítulo anterior, acaba por estar sempre presente com uma força não negligenciável.

Comparando as experiências dos agentes enviados para trabalhar em Moçambique naquilo que designamos de 1^a e 2.^a fases, percebemos que a inserção dos agentes na 2^a fase já terá sido bastante mais suave do que a experimentada pelos agentes da 1^a fase, demonstrando alguma capacidade de transformação do comportamento e aprendizagem da própria empresa e possivelmente da atitude e expectativas dos segundos em relação aos primeiros.

Nas palavras de E1, um dos entrevistados da 2^a fase,

O povo moçambicano é um povo com muita alegria e sempre disponível em ajudar, mas infelizmente muitos portugueses que estão em Moçambique têm a necessidade de se sentirem superiores...

Notamos nestas palavras, que a entrevistada é capaz de perceber, mesmo em relação a conterrâneos seus, dos quais se poderia sentir mais próxima e solidária, que existe um tipo de postura de sentimento de superioridade, resultado de tantos anos como sendo os “senhores”. Esta percepção denota claramente uma capacidade de análise crítica e consciência em relação a tais posturas e, logo, uma postura diferente daquela que critica.

Segundo um dos entrevistados, membro da administração do Grupo Ferpinta, em todas as geografias em que está presente, a empresa sempre procurou atuar em obediência a um posicionamento ético e de estrito cumprimento da lei e das regras, mas as questões culturais e psicológicas de atitude em cada um dos funcionários nem sempre é passível de ser percebida claramente, é algo sempre muito subjetivo e que mais facilmente escapa a padronizações, mas que ainda assim a empresa foi capaz de ir percebendo e ir atuando a este nível, traduzindo essa percepção nas mudanças que fez da primeira para a segunda fase.

As adversidades sentidas em Moçambique no início, levaram a própria empresa a ter de se esforçar para compreender estes aspetos mais subjetivos e a adaptar-se melhor ao contexto e aos obstáculos que era necessário ultrapassar.

O entrevistado faz uma avaliação positiva do posicionamento do Grupo e da operação em Moçambique, numa ação que se desenvolveu de acordo com uma cultura de grupo internacional, mas com uma preocupação permanente de interpretar a cultura local e de se ajustar a ela com inteligência emocional, respeitando os costumes e valores locais e fazendo respeitar os valores que se aplicavam no quotidiano, num processo com elevada consciência social, que para além do respeito pelo ambiente e compromisso social, tinha como princípio a responsabilidade para com os colaboradores e a necessidade de gerir cuidadosamente a questão do passado colonial, de forma a ultrapassar ou a acomodar os traumas desse passado. Este entrevistado frisa que a postura foi-se alterando com a experiência e a aprendizagem com a prática local, adaptando o comportamento e passando esta experiência aos colaboradores que passaram a enviar para Moçambique.

Se no início, as adversidades sentidas em Moçambique nos pareciam levar a concluir que estávamos equivocados no posicionamento, com o passar do tempo fomos sendo conhecidos pelas autoridades, depois de muito diálogo e fundamentação do que transmitíamos, e passámos a ser respeitados e considerados (E2).

Em termos de recursos proporcionados pelo grupo, esses recursos foram sempre em proporção do investimento, mas não existiram diferenças substanciais, em termos relativos, de condições logísticas e financeiras dadas aos funcionários expatriados na 1ª e na 2ª fase. De igual modo, todos os expatriados enviados, tanto na primeira quanto na 2ª fase tinham elevadas competências técnicas de nível superior.

Apesar da significativa melhoria de relações entre a 1ª e a 2ª fase, obviamente que nem todos os problemas foram ultrapassados. Um dos entrevistados (E3) refere que, ainda hoje, existem queixas de desigualdade salarial entre moçambicanos e expatriados e alegado desrespeito pelas leis de trabalho, e que têm implícito ainda o argumento de superioridade dos expatriados e subalternidade dos nacionais, que continua a reavivar algum sentimento de complexo de ex-colonizados e ex-colonizador, mas é algo que tem de continuar a ser gerido com questões objetivas da diferença de qualificações técnicas que não se encontram com facilidade em Moçambique.

Percebe-se ainda que “há um ressentimento” do moçambicano, considerando que “ambas as partes deviam falar de uma maneira mais íntima, mais profunda, mais aberta, sem preconceitos uma da outra” (E2). Podemos afirmar que ambas as partes criam imagens estereotipadas uma da outra – mas é importante lembrar que, efetivamente, a maioria das posições de chefia são ocupadas por expatriados e, na medida em que se trata de uma empresa Portuguesa, rapidamente isso poderá ser associado a posições de poder e domínio sobre moçambicanos, levando à manutenção dos velhos estigmas.

Em relação à primeira leva de expatriados, da 1ª fase, dado que estes indivíduos tinham uma longa experiência de Moçambique e tendo sempre os principais cargos de chefia nas suas mãos, sentiram sempre a necessidade de mostrar a sua superioridade, adotando uma postura mais impositiva e autoritária. Para estes indivíduos, era mais difícil desligarem-se de todo um passado colonial, em nada contribuindo para diluir sentimentos de frustração e injustiça que vinham do passado e permaneciam em muitos moçambicanos, mesmo nas gerações mais jovens.

Vendo os portugueses regressar numa posição de chefia, com melhores condições e melhores salários, é natural que estes fantasmas do passado regressem às mentes dos moçambicanos, sendo necessário grande habilidade para lidar com estas questões.

Extrapolando para o cenário nacional, poderá ser assim que, em parte, se explica um sentimento que por vezes se expressa nas conversas dos moçambicanos pobres a respeito dos estrangeiros, vistos com ressentimento devido ao superior nível de vida que ostentam face à maioria dos nacionais. Com o aumento das dificuldades económicas de uma grande parte da população, é natural surgir um sentimento de injustiça contra os estrangeiros em geral, e os portugueses em particular, e assim vemos notícias sobre portugueses que são brutalmente assassinados, a troco de poucos meticais, numa violência que quiçá esconde alguma daquela frustração acumulada, que de repente emerge de um passado recalçado.

São notícias que, como é natural, deixam apreensiva a comunidade portuguesa em Moçambique, incluindo as empresas portuguesas a operarem em Moçambique, numa altura

em que o país atravessa uma grave crise financeira, com os preços dos bens básicos, como o pão e os transportes (“chapas”), a subirem numa base quase diária, o que poderá levar ao aumento da criminalidade e da xenofobia em relação a estrangeiros em geral, e a portugueses em particular.

No entanto, aparte estas situações, muito graves ainda que pontuais, verificou-se que a eficácia da empresa foi reduzida durante as primeiras fases, precisamente pelo facto de os primeiros funcionários da empresa que foram enviados serem antigos colonos, com uma perspectiva paternalista e/ou autoritária, de certo complexo de superioridade cultural, tendo a empresa passado a ser eficaz quando percebeu que a suposta vantagem que pensava ter nos antigos colonos era afinal uma desvantagem, tendo optado por alterar a postura e o perfil de quem enviava para Moçambique e com isso conseguiu ultrapassar muitos dos anteriores obstáculos e deficiências de relacionamento com os seus funcionários e com os agentes das autoridades Estatais.

O contraste de posturas, de mentalidade, e de atuação, dos agentes enviados (1.^a e 2.^a fase), indica que o “antes” da empresa reflete-se em dificuldades de penetração e o “depois” num sentido inverso, com novos funcionários e uma nova postura.

Podemos dividir, assim, a internacionalização do grupo em duas grandes fases. A primeira fase decorre nos primeiros 8 anos e a segunda será desde então, com vários progressos e correções de atitude e postura até à atualidade.

Conforme foi identificado, os primeiros representantes do grupo foram ex colonos, que devido às vicissitudes da guerra e da independência, tiveram de regressar à pátria – Portugal –, mas que nunca se adaptaram verdadeiramente ao seu país, pois em Portugal nunca tiveram as condições de vida que tinham em Moçambique. As saudades do país onde foram felizes, onde eram considerados “senhores”, eram muitas. Por este motivo, não resistiam a voltar e tentar novamente integrar-se quando a oportunidade surgiu na década de 1990, com o fim do anterior regime Socialista e a transição para o multipartidarismo e a economia de mercado.

O problema residiu no facto de a sua mentalidade estar demasiadamente impregnada por um passado de formatação de mentalidades do tempo colonial, que se apoiava na suposta superioridade civilizacional, sendo extremamente difícil livrarem-se desse enquadramento mental na nova etapa das suas vidas, que obviamente se fazia num contexto totalmente diferente.

Selecionámos aqui os casos de dois dos entrevistados que são em parte exemplificativos dos funcionários da 1ª fase.

A entrevistada aqui designada por E7, tem um percurso muito demonstrativo do percurso de muitos dos funcionários da 1ª fase, sendo moçambicana filha de portugueses que após o 25 de Abril de 1974 regressaram a Portugal.

Nas suas palavras,

A revolta dos negros contra os brancos sentia-se, mas a desigualdade racial não termina. Dei o meu adeus a Africa como a maioria, com a Independência.

É com magoa que recorda os anos que passou em Portugal,

O fenómeno dos chamados retornados foi uma realidade a que assisti na primeira pessoa. Por isso, a saudade e a necessidade de voltar falou mais alto.

Voltou para Moçambique quando se apercebeu que muitas empresas portuguesas estavam a recrutar pessoal para retornar a Moçambique.

Detentora apenas do ensino básico, foi como governanta, tinha de tratar de todas as situações da vida doméstica quotidiana dos funcionários que iam de Portugal para trabalhar na empresa do grupo Ferpinta em Moçambique. Aí, sentiu na pele a desconfiança dos Moçambicanos relativamente aos portugueses e a ela em especial, uma vez que estava como

representante direta dos portugueses a lidar com o pessoal de apoio moçambicano, responsável pela execução das tarefas.

Não culpo os moçambicanos, ao mínimo sinal eles revelavam a sua revolta por terem sido tratados como seres de segunda no tempo da colonização, esse sentimento vai-se desvanecendo com o tempo, mas não desapareceu.

Um outro entrevistado, aqui designado por E8, que aqui também trazemos como exemplificativo da 1ª fase, é bem demonstrativo do sentimento de “orfandade” daqueles que, uma vez nascidos em Moçambique ou que lá viveram a maioria das suas vidas, se sentiram desenraizados em Portugal, sendo que se caracteriza como, “não sou bem de lado nenhum”.

Este entrevistado nasceu em Moçambique, era filho de portugueses, viveu a sua infância e juventude numa família abastada, vinha a Portugal de férias, sendo que a metrópole para ele não passava de um resort onde gastava avultadas somas da mesada generosa que recebia mensalmente do pai, um português homem de negócios de sucesso até ao 25 de Abril, ou seja até à independência de Portugal, e que em Moçambique sempre lhe proporcionou uma vida fácil dentro de uma sociedade cheia de preconceitos e onde detinham um estatuto social superior.

Nas suas palavras,

Não tinha amigos pretos, nem me cruzava com eles no meu dia a dia. Mesmo entre brancos, a sociedade colonial de Lourenço Marques (hoje Maputo) era "classista" e "estratificada", havia liceus para uns e para outros.

Reconheço que aquele regime colonial onde eu, apesar de tudo, vivia feliz e contente e muito bem, para mim sempre foi claro que era uma enorme indignidade.

Depois da independência teve de voltar para Portugal, embatendo de frente com uma realidade de vida completamente oposta àquela a que estivera habituado toda a sua vida. No seu regresso a Moçambique na década de 1990, ao serviço da Ferpinta, vai, no entanto, encontrar uma sociedade diferente,

Em Moçambique continuava a não ter amigos pretos, mas passei a ter olhares de ódio, alguns de medo, e muitos de vingança. As ordens que tinha era de exigir trabalho e manter uma certa distancia, para não afetar a autoridade dos dirigentes da empresa.

Os moçambicanos achavam sempre que eu não passava de um branco que estava ali para servir os portugueses com o único intuito de os explorar.

Estes dois relatos são bem exemplificativos das características que analisámos a respeito da 1ª fase.

Depois, da 1ª fase, a empresa percebeu a necessidade de enviar pessoas mais novas e formadas para um trabalho de responsabilidade tanto profissional como social, mentalizados para uma postura diferente, que percebesse que não se poderia tratar de uma relação de superioridade, mas de igualdade e adaptação a um país soberano estrangeiro.

Esta 2ª fase da internacionalização iniciou-se com a dispensa dos anteriores funcionários da 1ª fase e com a chegada de vários outros imbuídos de um outro espírito e outra atitude, tanto ao nível do trabalho em fábrica, como os executivos e diretores. Esses novos diretores caracterizavam-se por serem pessoas mais jovens, recém-formadas, como é o caso do novo entrevistado designado por E4, diretor da empresa durante 7 anos.

Neste período denotei que existia ainda uma “cicatriz” do longo período colonial, entre ex-colonos e ex-colonizadores. Sendo eu de uma geração que já não viveu o colonialismo, o meu foco sempre foi

construir uma organização eficaz, capaz de ter um objetivo e propósito comuns.

Esta nova fase chegou sem vícios adquiridos, com uma nova mentalidade e uma nova atitude que fez toda a diferença. Nesta altura também chegaram de Portugal responsáveis de produção e operários para formar tecnicamente os funcionários moçambicanos para os novos métodos de produção dos produtos em questão, mas já avisados dos erros do passado e da necessidade de um comportamento diferente. Os novos diretores, depois de se instalarem, também iniciaram uma busca por novos funcionários, mas com uma postura totalmente diferente, algo que passou a ser um dos objetivos da nova estratégia de recrutamento de recursos humanos.

A respeito da mudança de atitude da 1ª para a 2ª fase, é importante trazer aqui os casos concretos de alguns entrevistados, bem demonstrativos das alterações ocorridas.

O primeiro caso que aqui trazemos diz respeito a um funcionário que sendo Africano não é moçambicano. Trata-se de um funcionário Somali, aqui designado por entrevistado E6, que entrou como operário na 1ª fase e manteve-se a trabalhar na 2ª fase, tendo na 2ª fase a oportunidade de ser promovido a funcionário administrativo com a ajuda do Diretor e de outro funcionário português que o ajudou a resolver questões de legalização, demonstrando a diferença da anterior postura de distanciamento referida pelo entrevistado E8.

Nas palavras do entrevistado E6

Tinha na fábrica um português que me ajudou a tirar os papeis que me permitiu evoluir.

Sendo um Africano estrangeiro em Moçambique, é muito interessante o seu testemunho e apreciação das relações entre Moçambicanos e Portugueses,

Não, eles (moçambicanos) não gostavam dos portugueses, mas no início eu também não gostava deles, queriam que trabalhasse muito,

e mandavam-me fazer de tudo, por isso também me juntei aos moçambicanos e só trabalhávamos quando era preciso para nós.

No entanto, com a chegada da segunda fase, muita coisa se alterou até para este Somali. O diretor reparou o quanto se esforçava, incentivou-o a estudar e acabou por colocá-lo nos serviços administrativos como ajudante. O funcionário ficou radiante, aproveitou a oportunidade e hoje é-lhe reconhecida muita competência junto dos seus colegas, quase todos portugueses.

Depois veio para cá um diretor novo de Portugal, que mudou tudo. Como eu tinha que ir arrumar o escritório dele no final do trabalho, ele gostou de mim, e colocou-me a fazer serviço para ele, por isso agora trabalho no escritório. Agora todos gostam de mim, e os moçambicanos também, até casei com uma moçambicana.

Um segundo caso que aqui trazemos, diz respeito a uma entrevistada aqui designada por E5, sendo uma funcionaria da 2ª fase. Foi trabalhar para a Beira, mas passou primeiro por um estágio de um mês em Maputo. Quando chegou ficou chocada com o que viu,

Aqui houve choque visual logo à saída do aeroporto, no percurso até ao hotel fiquei assombrada com o grau de deterioração da cidade, entre lixo, prédios velhos e degradados, sendo o impacto mais negativo o facto de existirem grades de ferro na maioria das janelas e portas, ou seja, aquilo foi como se estivesse rodeado de cadeias, e o lixo nas ruas.

Na Beira, o mais chocante era sem dúvida a situação das crianças, a apanharem areia com as mãos, descalços, e a carregar os sacos pesados que em Portugal certamente poucos adultos o fariam. Esta realidade contrastava com as nossas condições de vida enquanto expatriados que chegávamos e tínhamos condições de vida muito superiores, sendo perceptível o choque que obviamente também

sentiam os moçambicanos pobres ao verem as nossas condições, que comparadas com as da maioria da população seriam de luxo.

De igual modo refere como contraste os ritmos de trabalho,

Para o moçambicano, eu era uma pessoa muito estressada, porque queria andar com as coisas rápido e não gostava de estar parada, para eles as coisas eram feitas muito devagar e sem stress e aproveitavam todos os momentos livres para descansar, mas com uma capacidade de explicarmos a necessidade de disciplina produtiva para a vida da empresa e os resultados que serviam para suportar os salários e todas as regalias sociais, considero que conseguimos progressivamente mudar as atitudes, apelando ao espírito de corpo da equipa na empresa.

No entanto nunca lhe passou despercebido o sentimento dos moçambicanos para com os portugueses,

Sim, acho que existe este ressentimento em parte da população, embora não seja geral. Penso que tem vários fatores associados, o facto de Portugal ter sido a potência colonizadora tem influência, mas acho que o principal agora é que infelizmente ainda existem muitos portugueses que vão para Moçambique e não têm os comportamentos mais adequados, ou seja, a forma de tratar os moçambicanos é rude, tratando-os como serventes, e inclusive os chegam a chamar de “burros, que não sabem fazer nada” e são preguiçosos. Depois também existe a questão das diferenças socioeconómicas visíveis que também geram ressentimentos.

Os casos ilustrativos destes funcionários entrevistados e que integraram a da 1ª e a 2ª fase, facilmente nos fazem perceber que o processo de internacionalização das empresas portuguesas na sua ex-colônia de Moçambique no pós-25 de Abril, não foi fácil, chocavam

constantemente de frente com um nacionalismo exacerbado dos Moçambicanos relativamente aos portugueses como resposta ao passado colonial.

Com o tempo, e aliado a uma mudança de postura, aqui retratada no caso específico da empresa Ferpinta, mas que poderia ser encontrado em várias outras empresas que se têm conseguido manter e crescer naquele mercado, esse sentimento foi desvanecendo um pouco, o que proporcionou a possibilidade de sobrevivência e expansão das empresas naquele país, constituindo uma condição que nos parece absolutamente necessária para essa sobrevivência e expansão.

CONCLUSÕES

Este capítulo encontra-se dividido em dois subcapítulos, primeiro a conclusão e posteriormente um subcapítulo redirecionado para a uma apresentação de propostas de trabalhos futuros. Será apresentada uma conclusão acerca de todo o trabalho desenvolvido, respondendo aos objetivos propostos e descritos na introdução da presente dissertação. Na secção trabalhos futuros tentamos descrever as limitações que foram encontradas com o desenrolar do projeto e que constituem futuras oportunidades de investigação.

O caminho para a internacionalização das empresas portuguesas, constitui uma opção cada vez mais frequente. Um mercado nacional pequeno e estagnado acaba por ser um dos motivos impulsionadores desta decisão. No entanto, para as empresas se internacionalizarem com sucesso é necessário que possuam uma presença no mercado nacional consolidada que lhes permita arriscar em mercados internacionais.

Num processo de internacionalização, os fatores predominantes a ter em conta são, o mercado externo a seleccionar e o modo como a empresa pretende ingressa nesse mercado são fatores importantes a considerar.

No que concerne à escolha do mercado internacional, esta opção é dependente das particularidades do mercado escolhido, dos recursos da empresa que se pretende internacionalizar e das oportunidades de trabalho existentes nesse país. Todas estas variáveis devem ser contabilizadas de modo a determinar qual a estratégia que melhor se adequa, uma vez que estas possuem diferentes características e por consequência impõem diferentes riscos.

Os países alvo mais frequentes da internacionalização das empresas portuguesas, estão localizados nos continentes de África, Europa e na América do Sul. As principais forças motrizes para a escolha dos países em Africa são, a língua, aproximação cultural, legislação e o conhecimento empobrecido do país.

A primeira conclusão a retirar do estudo, refere-se à perceção do que foi o colonialismo e a importância da Decolonialidade no desenvolvimento e progresso dos países

ex-colonizadores nas suas relações com os países que foram suas ex-colónias, nomeadamente em Moçambique, através da experiência de internacionalização de um Grupo empresarial português.

O colonialismo pode ser entendido como um modo de perceção do mundo e de enquadramento da vida social, pois foi muito mais do que um sistema de exploração económica e de dominação política.

O que os estudos coloniais e pós-coloniais têm demonstrado, sobretudo aqueles realizados a partir da década de 1990, é que as dimensões das relações entre ex-colonizadores e ex-colonizados devem ser vislumbradas através de uma nova lente.

Os estudos históricos sobre a presença europeia em África, bem como os eventos contemporâneos que recorrentemente descortinam aos olhos do mundo as feridas abertas deixadas naquele continente pelos projetos imperialistas, não nos permitem minimizar a violência explícita e implícita das ações de subjugação política e de extração de recursos que acompanharam o colonialismo.

O colonialismo foi um processo histórico que levou a uma hegemonia orientadora da perceção e da experiência social. Ou seja, se adotarmos uma perceção num sentido mais amplo, o colonialismo passa a ser entendido como um evento que alcançou os domínios mais insólitos das práticas quotidianas, os mais recônditos cantos da vida social.

O colonialismo, como produto de um complexo encontro que alterou tudo e todos, alterou muito da história que se seguiu e influencia até aos nossos dias as relações entre países ex-colonizadores e ex-colonizados.

O esforço conjunto da historiografia, da antropologia e da sociologia, realizado nas últimas décadas, tem levado a um exame do colonialismo como um processo que atuou, simultaneamente, igualmente e inseparavelmente, na economia política e na cultura. A economia política e a cultura constituíram-se como aspetos de uma mesma realidade. O colonialismo está relacionado ao evento histórico do capitalismo industrial e aos imperativos

materiais da modernidade, ao mesmo tempo que atravessa o campo das representações, dos discursos e dos valores.

De salientar que nos regimes coloniais, muita energia foi investida na construção de categorias sociais, em particular na definição da dicotomia fundamental entre colonizador e colonizado. Essas duas classes em oposição tiveram que ser cuidadosamente fabricadas. Conforme defende Cooper (1996), uma gramática da diferença precisava ser continuamente construída para a legitimação dos impérios.

A criação e manutenção de uma percepção do mundo fundada em relações de identidade e alteridade, devidamente valoradas, foram fundamentais para o sucesso do empreendimento colonial, pois de certa forma definiu-se o status de cada pessoa na nova estrutura forjada pelo colonialismo

A realidade que enfrentaram na época do poder colonial era extremamente plural e com contornos pouco definidos. Em primeiro lugar, as sociedades que os europeus encontraram em África eram muito diversificadas. Em segundo lugar, a própria categoria “europeu” abarcava uma multiplicidade de atores, entre administradores, missionários, colonos, homens de negócios e militares, com agendas díspares e relações conflituosas e, todos eles, pertencentes a impérios coloniais muito desiguais entre si. Não obstante, estavam todos envolvidos em situações de encontros societários marcados por trânsitos de naturezas diversas. Os contatos e as trocas que os acompanhavam davam origem a uma dinâmica social complexa, produtora de hibridismos, misturas, apropriações e aproximações. Em virtude disso, categorias como “civilizado”, “assimilado”, “moderno” e “tradicional” foram criadas para simplificar, distinguir e hierarquizar e discriminar. A administração colonial destrinchava, e quanto menos claras eram as fronteiras mais reinventava e impunha sistemas classificatórios diferenciadores.

África era assim caracterizada como o “outro” a partir do qual a ideia de Europa se consolidava. Mais do que representar a divisão entre dois continentes, o termo implicava a divisão entre duas classes de pessoas: europeus e africanos, colonizadores e colonizados.

Mas para compreender as opções dos colonizadores, é preciso insistir no caráter totalizador desses sistemas classificatórios. Ou seja, a dicotomia central, colonizador *versus* colonizado, desdobra-se, percorrendo múltiplas dimensões da vida social. Categorias jurídicas que condicionavam o acesso a direitos políticos e civis dos sujeitos coloniais foram articuladas a outras tantas classificações como religiosa, estética, territorial e comportamental.

O estudo da vida colonial precisa, então, abrir-se ao exame de novos terrenos, como a linguagem, os atos de sociabilidade, a vida doméstica, os rumores e as variadas formas de manifestação artística. O conjunto desses campos fornece elementos para uma apreciação mais acurada do que foram as experiências nascidas desse encontro transformador em território africano.

Em segundo lugar, tem-se mostrado produtivo o entendimento do colonialismo como uma forma de hegemonia sob uma ótica gramsciana. Quer-se com isto dizer que não se restringiu às formas de poder mantidas diretamente pela agência dos grupos sociais dominantes, cuja atuação se dava no nível da consciência, tanto dos dominantes quanto dos subordinados (Minter, 1998). Como um poder hegemônico, o colonialismo atuou igualmente de forma mais difusa e indireta; trata-se de um poder que prolifera fora do domínio da política institucionalizada e que acaba sendo internalizado, na forma de convenções e valores. Sugere-se assim que, nas próprias sociedades coloniais, a lógica dualista instaurada pelo colonialismo frequentemente se solidificava, reproduzindo um dado ordenamento social que simplificava uma realidade muito mais complexa. O regime colonial susteve uma série de distinções no mundo dos colonizados, afetando os modos como eles incorporaram as suas identidades.

Esta hegemonia, embora dominante, nunca será exclusiva. Ela também apresenta fragilidades e precisa responder a uma série de pressões exercidas por outros campos de força que a limitam. Ao lado da internalização da visão de mundo imposta pelo colonialismo, esta realidade deve abrir espaço para pensar sobre formas de resistência: da caricatura mordaz dos agentes de poder colonial e dos movimentos de revitalização religiosa à resistência armada. Podemos assim dizer que os Europeus foram constantemente desafiados,

seja pela oposição frontal e violenta, seja pelas armas típicas dos fracos como a sabotagem, dissimulação, deserção, calúnia e rumores.

Para além da discussão sobre resistência, que sozinha não nos permite escapar das amarras das dicotomias, é preciso estar atentos a outras tantas formas de agência dos “dominados”, mais subtis e ambíguas, fundadas em processos de negociação e geradas na própria dinâmica dos encontros coloniais.

Tudo isto, foi experienciado pelos primeiros responsáveis pela implementação das empresas portuguesas em Moçambique, nomeadamente pela empresa aqui estudada, o Grupo Ferpinta S.A. A grande dificuldade destes homens e mulheres deveu-se ao facto de chegarem numa época ainda impregnados de uma mentalidade de agentes do poder colonial, tendo vivido e experienciado um Moçambique colonial, anterior ao 25 de abril de 1974.

À época de entrada dos primeiros prospetores e funcionários do grupo, ou seja, já numa época pós-colonial e de transição para a economia de mercado e multipartidarismo, estes, ainda impregnados com as categorias do colonialismo e da sua lógica de exclusões e inclusões, acabam por criar um abismo que comprometeu muito as relações que a empresa necessitava de encetar para a implementação da empresa.

O que se verificou ao longo deste estudo é que os comportamentos atuais das relações laborais em Moçambique, estão ainda impregnadas de uma vivência da era colonial, havendo uma necessidade de decolonizar as mentalidades, tanto do lado português, quanto do lado moçambicano, para construir um novo tipo de relações, baseadas na igualdade e respeito mútuos, desarmando as mentes e os espíritos.

A continuidade de alguns aspetos do modo colonial de organizar a vida social, justifica-se pela força hegemónica do mapa mental obsessivamente construído pelas mãos dos agentes do colonialismo, mas também pelos usos estratégicos que tais classificações ainda podem ter para alguns grupos sociais na contemporaneidade. Não obstante, conforme fomos destacando ao longo desta tese, o colonialismo não reinou soberano sobre as mentes dos sujeitos. A política colonial congregou, de facto, uma pluralidade de discursos e práticas,

muitas vezes inconsistentes e contraditórios, onde sempre se evidenciavam as facetas mais frágeis dos regimes coloniais ao longo do tempo.

Os regimes coloniais precisaram de lidar também com a inconstância das relações sobre as quais assentavam. As experiências coloniais estiveram imbricadas numa realidade altamente dinâmica.

Existe, pois, a necessidade de valorizar a época pós-colonial e de certa forma cortar em definitivo com o colonialismo e, em especial, com tudo o que este representou, para seguir em frente, nomeadamente na área dos negócios, evitando sempre o tipo de diálogo que os regimes coloniais mantinham com os “colonizados”.

Nesse encontro inter-societário, também os indígenas avaliavam e classificavam o outro, os seus hábitos e conhecimentos, e organizavam ações de resistência. E, para além de mera resposta à opressão colonial, os idiomas locais nunca deixaram de revelar o seu carácter ativo na conformação das identidades e das experiências coloniais em geral. É a mesma tónica da agência que encontramos no mundo pós-colonial e nas diversas formas acionadas pelos sujeitos no processamento das heranças do colonialismo.

A reconstituição de uma retórica sobre o passado imperial português é, portanto, composta por uma história e por uma geografia colonial específicas, por imperialismos contemporâneos e por um sem fim de possibilidades pós-coloniais. A interrogação das diferentes formas pelas quais o passado colonial se projeta na contemporaneidade passa pela reconstrução destes múltiplos itinerários.

É fundamental questionar as permanências desse passado no presente e as consequências que daí resultam no que toca ao relacionamento com os sujeitos que passaram pela experiência colonial, sejam estes imigrantes de antigas colónias portuguesas, «retornados», ex-combatentes ou colonizados.

Esta análise deve, portanto, incluir a interpretação dos múltiplos e complexos trânsitos entre colonizador e colonizado, e também entre ex-colonizador e ex-colonizado,

mas mais importante, deve questionar a condição de indivíduos e grupos, a permanência de lógicas de organização social, de relações de poder assentes em poderosos mecanismos de classificação e de categorização herdados do período colonial e que operam ainda hoje, muitas vezes por intermédio de categorias que eufemizam esse poder e ocultam a sua génese.

Tal pressupõe a indagação das formas pelas quais essas categorias são apreendidas, vividas e praticadas, por aqueles que fazem uso dessas representações em tempos pós-coloniais.

Facilmente se verifica pelas entrevistas, bem como pela sua análise, que os entrevistados E6, E7 e E8, integraram os quadros da empresa no início da sua expansão, ou na 1ª fase, conforme aqui caracterizada.

A entrevistada E7 voltou a Moçambique integrada na empresa, para encetar os primeiros contatos, apercebendo-se que afinal Moçambique estava longe da realidade do reinado onde viveu tantos anos sem se aperceber da real dimensão das dificuldades do povo Moçambicano, povo esse que ela agora vê-se na obrigatoriedade de cumprimentar e relacionar-se de igual para igual.

O entrevistado E8, engenheiro, filho de alto responsável pela construção da barragem de Cahora Bassa, fez um excelente trabalho, pois encetou contactos importantíssimos para viabilizar a empresa e para esta iniciar os seus trabalhos naquele país, mas não se adaptou à sua nova condição em Moçambique, aquele país já não era o dele, pois assim que teve uma oportunidade regressou a Portugal, preferindo ficar com a recordação de Moçambique dos velhos tempos onde tinha sido tão feliz.

As entrevistas a E7 e E8, são o espelho dos regressados a Portugal, mas que nunca esqueceram o país onde nasceram ou onde viveram os melhores anos das suas vidas nas ex-colónias. Todos estes regressados com quem falei, seja de Moçambique, Angola, ou outros países de África, não conseguem esconder a nostalgia que sentem desses países, de um tempo colonial que ficou para trás.

Também foi muito demonstrativo na entrevista de E7 e E8, que o país que deixaram com o 25 de Abril, se transformou, e quando voltaram tiveram que enfrentar uma realidade diferente e com a qual nem sempre lidaram bem.

O entrevistado E6 achei por bem incluir, pois evidencia uma passagem de consciência. Os moçambicanos da 1ª fase da empresa denunciaram-no por estar ilegal, mas com a ajuda dos portugueses da 2ª fase ficou legal e permaneceu como funcionário administrativo. Esse ato não deixou indiferente os moçambicanos, e parece-me que os alertou para a necessidade de eles próprios terem uma mudança de postura e de consciência, para não replicarem comportamentos discriminatórios e segregacionistas para com um outro Africano estrangeiro. A sua atitude para com o funcionário Somali, acabou por mudar radicalmente, deixaram de o ver como o intruso estrangeiro e acabaram por o aceitar.

Os portugueses da 1ª fase também passaram ainda assim por transformações positivas e, dentro das suas “limitações”, foram tomando consciência e consciencializando os moçambicanos para a realidade de um mundo global, no qual todos temos direito de trabalhar e lutar por melhores condições em igualdade e respeito mútuo.

Hoje já ninguém se lembra desta história, o somali passou a ser um moçambicano por direito, respeitado e acarinhado por todos, portugueses e moçambicanos.

Na 1ª fase, podemos aferir que os moçambicanos viviam, já nessa altura, um sentimento de liberdade, depois de dois períodos históricos de opressão, um colonial e outro Socialista de partido único, agora com uma necessidade de mostrar que não mais eram os serviçais de outrora, ou os oprimidos do tempo do partido único, mas sim homens e mulheres livres num país que era a sua pátria e que garantia agora as liberdades fundamentais e liberais.

Esta evolução do povo moçambicano acabou por chocar os Portugueses que retornaram a Moçambique em busca do paraíso perdido por força das circunstâncias.

Esta tomada de consciência afetou e muito os primeiros anos das empresas que aí se propuseram estabelecer, tendo em conta o caso concreto da Ferpinta, pois os seus primeiros funcionários iam imbuídos de um sentimento de ex-colonizadores e assim acabaram muitas vezes por entrar em choque com a realidade local.

Consciencializando-se dessa mudança do país que pretendiam penetrar, as empresas tiveram de mudar de postura, atitude e estratégia, e começaram a enviar jovens, muitas vezes acabados de sair das universidades, imbuídos de uma mentalidade e de uma atitude diferente do que foi outrora o colonialismo e o poder e opressão que um dia os Portugueses exerceram por aquelas paragens.

Os entrevistados E1, E4 e E5, são jovens recém-licenciados que encararam Moçambique como um país para iniciar as suas carreiras, preocupando-se com uma nova imagem que queriam deixar nas comunidades locais, interessados em apagar a antiga imagem colonial, embrenhando-se na vida e nos problemas das comunidades locais que tentavam ajudar com trabalho social voluntário nas horas vagas, conforme nos foi relatado pelos mesmos.

São estes jovens que contribuem para um processo de descolonização de mentes e atitudes.

Sem dúvida que esta foi a resposta acertada da empresa portuguesa aqui em análise e sem dúvida que será necessariamente a resposta e a atitude de qualquer empresa que se queira estabelecer nas mesmas circunstâncias e provindo do mesmo contexto.

No entanto, o que ficou demonstrado é que foram muitos anos de colonialismo, que não se esquecem facilmente. O sentimento de distanciamento e de operação que existiu foi passando de geração para geração. Esse sentimento acabou por, também e de certa forma, ser revivido com os primeiros funcionários da empresa, que chegados a Moçambique fizeram tudo para resgatar a sua posição de superioridade.

Sabemos que Portugal e Moçambique têm “uma relação única”, conforme afirmaram o Primeiro-Ministro António Costa e o Presidente da República de Moçambique, Filipe Nyusi, no final da última visita oficial do Chefe do Governo português a Moçambique.

No jantar em honra do Primeiro-Ministro ao Presidente Nyusi, retribuindo o que lhe fora oferecido na noite anterior, o Primeiro-Ministro recordou uma frase que ouviu a crianças de São Tomé e Príncipe e que deve sintetizar o espírito das relações entre os países lusófonos,

Vizinhos de tão longe, mas amigos de tão perto e esta é a relação que nós temos. A distância separa-nos, mas a amizade une-nos.

Mais do que estas frases diplomáticas habitualmente pronunciadas nestas ocasiões, devemos realçar que, acima de tudo, existe ainda um longo processo de decolonialidade a ser feito entre ex-colonizados e ex-colonizadores, desconstruindo amarras mentais e culturais para um relacionamento profícuo, com base no respeito e na igualdade.

A decolonialidade não é um fim, é um processo que tem de ser contínua e tenazmente perseguido e trabalhado por cada indivíduo e pelos diferentes coletivos que compõem as sociedades de ex-colonizadores e ex-colonizados.

Limitações e perspetivas para trabalhos futuros

Durante o desenvolvimento da presente dissertação foram encontrados alguns obstáculos que conferiram desafios ao próprio trabalho de investigação. A construção, bem como a sua realização do questionário foi uma tarefa complexa, pois como se pretendia respostas muito abrangentes, optou-se por questões abertas e menos pormenorizadas, o que limitou a aquisição de informação relevante. No entanto, esta estratégia não se revelou eficaz, uma vez que, a maior parte dos entrevistados não se sentiu confortável a falar de colegas e da empresa onde trabalhavam. Alguns dos entrevistados que foram convidados para serem entrevistados, simplesmente não se mostraram disponíveis, recusando-se a dar a

entrevista. Aliado a este sentimento esteve, também, sempre presente, a época de pandemia que vivemos e que limitou muito as viagens, impedindo um trabalho de campo mais intenso.

O número reduzido de questionários respondidos limitou bastante a amostragem para análise estatística dos resultados.

Posto isto, de forma a ultrapassar as limitações anteriormente referidas, e também de modo a acrescentar valor ao trabalho efetuado, novos horizontes de pesquisa podem ser abertos à pesquisa, a partir do presente trabalho, nomeadamente:

- A realização de mais estudos de caso, tanto a empresas bem-sucedidas como a empresas que acabaram por desistir da sua internacionalização em Moçambique, de forma a fazer o levantamento exaustivo de informação relativa a toda a influência que a colonialidade e a decolonialidade tiveram no processo de internacionalização das mesmas. Um tal estudo forneceria informação relevante para empresas com filosofias de expansão semelhantes para os seus processos de internacionalização em Moçambique.
- Novas pesquisas poderão de igual forma incorporar também uma perspetiva de género.
- Estudos sobre a problemática clientelar dos sistemas políticos africanos poderão igualmente trazer um valor acrescido na compreensão das estratégias de internacionalização das empresas em Moçambique

BIBLIOGRAFIA

AJAYI, Ade (2010). *História geral da África, VI: África do século XIX à década de 1880*. Brasília: UNESCO.

ALBUQUERQUE, Mousinho (1934). *Moçambique 1896 - 1898*. Biblioteca Colonial Portuguesa.

ALMEIDA, Sandra (2010). Prefácio. In SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG.

AGOSTINHO, Feliciano (2011). *Guerra em Angola – As heranças da luta de libertação e a guerra civil*. Lisboa: Academia Militar (no prelo).

ARENDRT, Hannah (2006). *O Que é Política?* 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BALANDIER, Georges (1993). A Noção de Situação Colonial. *Cadernos De Campo* (São Paulo - 1991), v. 3, n. 3, pp. 107-131. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v3i3p107-131>

BALANDIER, Georges (2014). A situação colonial: abordagem teórica. *Cadernos CERU*, v. 25, n. 1, 33-58. <https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v25i1p33-58>

BALLESTRIN, Luciana (2013). América Latina e o Giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº11, pp. 89-117.

BARAÑANO, A. (2004). *Métodos e Técnicas de Investigação em Gestão*. Lisboa: Edições Sílabo.

BARDIN, Laurence (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.

BARTH, Fredrik (1969). Les groupes ethniques et leurs frontières. In POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FERNANRT, Jocelyne, *Théories de l'ethnicité* (pp. 203-249). 2ª. Edition. Paris: Presses Universitaires de France.

- BAUMAN, Zygmunt (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: J. Zahar.
- BELL, J. (2008). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva
- BERGANO, Sofia (2012). *Ser E Tornar-Se Mulher: Geração, Educação E Identidade(s) Feminina(s)*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 56 Universidade de Coimbra.
- BOGDAN, Robert e BIKLEN, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação – uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- BRUCK, Tilman (1998). *Guerra e desenvolvimento em Moçambique*. *Análise Social*, 23 (149), pp. 1019 – 1051.
- CABAÇO, José (2007). *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: UNESP.
- CABRAL, Amílcar (2011). Libertação nacional e cultura. In: SANCHES, Manuela Ribeiro. (Org.). *Malhas que os Impérios tecem: Textos anticoloniais, contextos pós-coloniais* (pp.355-375). Lisboa. EDIÇÕES 70.
- CAHEN, Michel (2010). *Moçambique: o “fim da história” ... única*. *Aficana Studia*. Nº 15 pp. 195 – 240.
- CAIRO, Heriberto (2009). La colonialidad y la imperialidad en el sistemamundo. *Vento Sur*, Madrid, n.100.
- CASANOVA, Pablo González (2002). *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes; Buenos Aires: Clacso.
- CASTELLS, Manuel (2007). Communication, Power and Counter-power in the Network Society. *International Journal of Communication*, n. 1, pp. 238-266.
- CASTELO, Cláudia. (1998). *Recepção em Portugal da doutrina de Gilberto Freyre. O Modo Português de Estar no Mundo. O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (1998). "Introducción: la translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (coords.). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2005a). "Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da 'invenção do outro'", em LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago (2005b). *La poscolonialidad explicada a los niños*. Bogotá: Universidad del Cauca, Instituto Pensar.

Centro de Informações das nações Unidas em Portugal (s.d.) *Carta das Nações Unidas*. Retirado de www.onuportugal.pt em 22/02/2022.

CERVO, Amado e BERVIAN, Pedro (2002). *Metodologia Científica*. 5º Ed. São Paulo: Prentice Hall.

CÉSAIRE, Aimé (1978). *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.

COELHO, João (2009). *A 'Literatura Quantitativa' e a Interpretação do Conflito Armado em Moçambique (1976-1992)*. Trabalho apresentado à Conferência Internacional Pobreza e Paz nos PALOP. Lisboa: Centro de Estudos Africanos ISCTE-IUL.

COLAÇO, Thais e DAMÁZIO, Eloise (2010). Um diálogo entre o Pensamento Descolonial e a Antropologia Jurídica: elementos para o resgate dos saberes jurídicos subalternizado. *Sequência*, v.31, n. 61, pp. 85-109.

CONNELL, Raewyn (2007). *Southern theory*. Cambridge: Polity Press.

COOPER, Frederick (1996), *Decolonization and African Society: The labour question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.

- CORTÊS, Edson (2018). *Velhos amigos, novos adversários – as disputas, alianças e reconfigurações empresariais na elite política Moçambicana*. Lisboa: Universidade de Lisboa (no prelo).
- COSTA, Sérgio (2006). *Dois Atlânticos: teoria social, anti-racismo e cosmopolitismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- COUTINHO, Clara e CHAVES, José (2002). O estudo de caso na investigação em Tecnologia Educativa em Portugal. *Revista Portuguesa de Educação*, v. 15, n.º 1, pp. 221-243.
- CUCHE, Denys (1999). Hierarquias sociais e hierarquias culturais. In Denys Cucho, *A noção de cultura nas ciências sociais* (pp. 103-121). Lisboa: Fim de Século Edição.
- DAVA, Fernando; ANTÓNIO, Alexandre; LEMIA, Rosário; MUDENDER, Arrissis; WANE, Marílio; MAZUZE, Célia; LOPES, Sónia; AMINAGI, Dulámito e LOPES, Daniel (2014). *Samora Moisés Machel – História de uma vida dedicada ao povo moçambicano*. Maputo: Académica.
- DELORS, Jacques (1999). *Educação: um tesouro a descobrir: Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. 3 ed. São Paulo: Cortez.
- DIAS, Jill (1991). *História da Colonização – África (séc. XVII – XX)*. *Ler História* 21, pp. 128 – 145.
- DIREITO, Bárbara (2013). *Políticas Coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892 – 1942*. Lisboa: Universidade de Lisboa (no prelo).
- DUBÉ, Line e PARÉ, Guy (2003). Rigor in Information Systems Positivist Case Research: Current Practices, Trends, and Recommendations. *MIS Quarterly*, n. 27, pp. 597-635.
- DUSSEL, Enrique (2005). *Europa, modernidade e Eurocentrismo*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales.

ESCOBAR, Arturo (2003). "Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano". *Tabula Rasa*, n. 1, p. 58-86.

FABIAN, Johannes (1971). *Jamaa: a charismatic movement in Katanga*. Evanston: Northwestern University Press.

FANON, F. (1968). *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

FERES Jr., João e POGREBINSCHI, Thamy (2010). *Teoria política contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier.

FLICK, Uwe, (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor.

FORTIN, Marie-Fabienne (1999). *O processo de investigação da concepção à realização*. Loures: Lusodidacta.

FORTUNA, Carlos (1985). *Descolonização, o fim de um ciclo: Portugal, a África e a Economia Capitalista Mundial*. *Revista Crítica de Ciências Sociais* nº 15/ 16/ 17, pp. 469 – 499.

FREYRE, Gilberto (2006). *Casa Grande e Senzala*. Global Editora.

GANDRA, F. Prefácio. In CUCHE, D. (1999), *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC.

GHIGLIONE, Rodolphe e MATALON, Benjamin (2005). *O Inquérito – Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.

GROSGOUEL, Ramón (2000). *Developmentalism, Modernity, and Dependency Theory in Latin America*. University of California, Berkeley.

GROSGOUEL, Ramón (2008). Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, pp. 115-147.

GROSFOGUEL, Ramon e MIGNOLO, Walter (2008). Intervenciones Descoloniales: una breve introducción. *Tabula Rasa*, n. 9, pp. 29-37.

GRUPO LATINOAMERICANO DE ESTUDIOS SUBALTERNOS (1998). "Manifiesto inaugural", em CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (orgs). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa.

GUERRA, Isabel (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo, Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncipeia.

HALL, Stuart (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.

HERMELE, Kenneth (1990). *Moçambique numa encruzilhada: Economia e Política na era de ajustamento estrutural*. Report Chr. Michelsen Institute. Department of Social Sciences and Development. Bergen.

HOBSBAWM, Eric (1998). The Nation and Globalization. *Constellations*, vol. 5, Issue 1 p. 1-9

JOHANSON, Jan; WIEDERSHEIM-PAUL, Finn (1975). The internationalization of the firm — four swedish cases. *Journal of Management Studies*. v. 12, n. 3, pp. 305-323.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal (1985). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. Londres: Verso.

LAINS, Pedro (1998). *Causas do colonialismo português em África, 1822 – 1975*. Análise Social Vol. 23, pp. 463 – 496.

LOBIONDO-WOOD. G.; HABER, J. (2001). Desenhos não experimentais. In LOBIONDO-WOOD, G.; HABER, J., *Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização* (pp.110-121). 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan.

LORGA, Susana e BRITO, Carlos (2001). Marketing Internacional. In BRITO, C. E LENCASTRE, P. (Ed.) *Horizontes do Marketing*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa e Verbo Editora.

- LUCAS, Maria (1992). *A ideia colonial em Portugal (1875 – 1914)*. Revista de História das Ideias. Vol. 14, pp. 297 – 298.
- MACQUEEN, Norrie (1998). *A Descolonização da África Portuguesa, A revolução metropolitana e a dissolução do império*. Mem Martins: Inquérito.
- MAALOUF, Amin (1988). *Samarcande*. Paris: J.-C. Lattès.
- MASHA, Iyabo; ROSS, Doris (2012). Mozambique's Growth Experience, Macroeconomic Policy Mix, and Institutions. In ROSS, Doris, *Mozambique Rising: Building a New Tomorrow* (pp. 7-25). Washington, D.C.: International Monetary.
- MELO, Alexandre (2002). *Globalização Cultural (O que é)*. Lisboa: Quimera.
- MENESES, Maria Paula (2015). Xiconhoca, o inimigo: narrativas de violência sobre a construção da nação em Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 106, pp. 9-52.
- MENESES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa (2008), *The Rise of a Micro Dual State: The case of Angoche (Mozambique)*. Trabalho apresentado à Conferência do CODESRIA – Yaounde, Dezembro de 2008.
- MERLE, Marcel; MESA, Roberto (1972). *El anticolonialismo europeo*. Madrid: Alianza.
- MIGNOLO, Walter (1998). Postoccidentalismo: el argumento desde América Latina. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago; MENDIETA, Eduardo (coords.). *Teorías sin disciplina: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate*. México: Miguel Ángel Porrúa.
- MIGNOLO, Walter (2000). *Local Histories/ Global Designs: Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- MIGNOLO, Walter (2003). *Historias locales/disenos globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Akal.
- MIGNOLO, Walter (2005). On subalterns and other agencies. *Postcolonial Studies*, v.8, n. 4, pp. 381-407.

MIGNOLO, Walter (2007a). *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa.

MIGNOLO, Walter (2007b). El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramon (coords.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar.

MIGNOLO, Walter (2008). La opción decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto y un caso. *Tabula Rasa*, n.8, pp. 243-282.

MIGNOLO, Walter (2010). *Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad*. Buenos Aires, Del Signo.

MIGNOLO, Walter (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Rev. bras. Ci. Soc.*, v. 32, n. 94, p. 1-18. <https://doi.org/10.17666/329402/2017>

MINTER, William (1998). *Os contras do apartheid: as raízes da guerra em Angola e Moçambique*. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.

MIRANDA, Joana (2002), *Aidentidade Nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.

MNA (2001). *Frelimo cadre conference in Beira*. Mozambiquefile. Maputo, n.º 303, pp. 4-7.

MUNSLOW, Barry; O'KEEFE, Phil (1984). Rethinking the revolution in Mozambique. *Race & Class*, v. 26, n.2.

NEWITT, Malyn (1997). *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América.

NEVES, Olga (2008). *O movimento associativo africano em Moçambique – Tradição e luta (1926 – 1962)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa (no prelo).

OLIVEIRA, Djalma (2007). *Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia, práticas*. São Paulo: Atlas.

- PATRAQUIM, Luís (2006). *Uma G3 chamada Cahora Bassa*. Disponível em: https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2006/11/uma_g3_chamada_.html [consultado em 23 de outubro de 2021]
- PÉLISSIER, René (1987). África: memórias de ontem, fantasmas de amanhã. *Des millions de pages sur le Mozambique*, nº 6, pp. 217-224.
- Polkinghorne, Donald E. (1991). Narrative and Self concept. *Journal of Narrative and Life History*, Vol.1, n.º 2 & 3, pp. 135-153.
- PONTE, João Pedro da (2006). Estudos de caso em educação matemática. *Bolema*, n.º 25, pp. 105-132.
- QUIJANO, Aníbal (1991). Prólogo. In MARIÁTEGUI, J. C. *Textos basicos de José Carlos Mariátegui* (Seleção, prólogo e notas introdutórias de Aníbal Quijano (p.VII-XVI). Lima-México: Fondo de Cultura Económica.
- QUIJANO, Aníbal (2005). *Colonialidad y modernidad-racionalidad*. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>. [Consultado em 15 mar. 2013].
- QUIJANO, Aníbal; WALLERSTEIN, Immanuel (1992). La Americanidad como Concepto, o América en el Moderno Sistema Mundial. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*, vol. XLIV, n.º 4, pp. 583-591.
- RANGER, Terence (1996). Postscript: Colonial and Postcolonial Identities. In R. Werbner; T. Ranger (orgs.), *Postcolonial Identities in Africa* (pp. 271-281). London: Zed Books.
- REITER, Bernd (2005). Portugal: national pride and imperial neurosis. *Race Class*, 47,79-91.
- RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel (2010). *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Colombia: Editorial Universidad del Cauca.
- RIBEIRO, Gustavo Lins. (2005), *Post-imperialism: A Latin American Cosmopolitics*. Brasília. Disponível em

<http://www.academia.edu/4497219/Postimperialism._A_Latin_American_Cosmopolitics
>. [Consultado em Agosto 2019].

RITA-FERREIRA, A. (1988). *Moçambique post- 25 de Abril: causas do êxodo da população de origens europeia e asiática*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

ROBINSON, Ken (2010). *Changing Education Paradigms*. Disponível em: https://www.ted.com/talks/sir_ken_robinson_changing_education_paradigms/up-next [Consultado em outubro 2021].

ROCHA, Fabrício (2018). *As histórias dos depois: Processos identitários na trajetória de moçambicanos “brancos” em Maputo e Tete após a independência de Moçambique*. Coimbra: Universidade de Coimbra (no prelo).

ROOT, Franklin (1987). *Entry strategies for international markets*. Lexington, Mass: Lexington Books.

SANTOS, André Almeida; ROFFARELLO, Luca Monge; FILIPE, Manuel (2015). *Mozambique 2016: African Economic Outlook*. AfDB, OECD, UNDP.

SANTOS SILVA, Augusto e FORTUNA, Carlos (2001). As Cidades do Lado da Cultura: Espacialidades Sociais e Modalidades de Intermediação Cultural. In Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* (pp.409-461). Porto: Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (1994). *Pela mão da Alice. o social e o político na pós-modernidade* (7.^a Ed.). Porto: Edições Afrontamento.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2003), “O Estado Heterogéneo e o Pluralismo Jurídico”, in B. S. SANTOS; J. C. TRINDADE (orgs.), *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1, 47-95.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (2006), *Identidades, colonizadores e colonizados: Portugal e Moçambique*. Relatório final do Projeto POCTI/41280/SOC/2001. Coimbra, Portugal.

- SAMPIERI, R.; COLLADO, C. & LUCIO, M. (2006). *Metodologia de pesquisa*. 5 ed. Porto Alegre: Penso.
- SANTOS RUFINO, José (1929), *Álbuns fotográficos e descritivos da colónia de Moçambique: Lourenço Marques – álbum 1*. Lourenço Marques: Broschek & Co.
- SCOTT, James (1998), *Seeing Like a State*. New Haven: Yale University Press.
- SILVA, António (2018). *O Império e a Constituição Colonial Portuguesa*. Lisboa: Caleidoscópio – Edição e Artes Gráficas, S.A.
- SLATER, David. (2007), “Imperial Power and Democratic Imaginations”. *Revista Sociedad y Economía*, nº 12, pp. 60-78. Consultado em agosto 2019.
- SLATER, David. (2011), “Latin America and the Challenge to Imperial Reason: A Comentary on Arturo Escobar’s Paper”. *Cultural Studies*, vol. 25, nº 3, pp. 450-458.
- SOBRAL, José Manuel (2010). “Dimensões étnicas e cívicas e glorificação do passado em representação da identidade Portuguesa numa perspetiva comparada”, in J. M. Sobral; J. Vala (eds.) (2010), *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “Pode o subalterno falar?” “Belo horizonte: Editora da UFG, 2010
- SPRADLEY, J. (1980). *Participant observation*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (2004). "Prefácio", em CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: Edufba.
- TUCKMAN, B. (2000). *Manual da investigação em educação*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.
- YIN, Robert (2001). *Estudo de caso: planeamento e métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman.

ANEXO I

GUIÃO DE ENTREVISTAS

Apresentamos o guião mestre utilizado nas entrevistas, mas com fim em aberto, foi-se adaptando conforme o entrevistado iam desenvolvendo as questões que lhe são colocadas.

- 1) Como sente que é visto/a pelas pessoas moçambicanas com quem trabalha?
- 2) Sente algum tipo de ressentimento por parte dos Moçambicanos em relação aos Portugueses? Se sim, a que acha que se deve?
- 3) Sente que com o tempo o povo moçambicano tem mudado a sua postura para com os Portugueses? Se sim, acha que essa mudança é positiva?
- 4) Pensa que Portugal e as empresas portuguesas sediadas em Moçambique podem mudar a sua postura em Moçambique, ou considera que já fazem o suficiente e porquê?
- 5) Pode apresentar exemplos de experiências vividas por si e que sejam demonstrativas das posições defendidas nas respostas acima.?